

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**CENTRO DE ESTUDOS GERAIS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**CIDADE “VERMELHA” DO AÇO: GREVES, CONTROLE OPERÁRIO E  
PODER POPULAR EM VOLTA REDONDA (1988-1989)”**

**Marcos Aurélio Ramalho Gandra**

**NITERÓI**

**2009**

**Marcos Aurélio Ramalho Gandra**

**Cidade “vermelha” do Aço: greves, controle operário e poder popular em  
Volta Redonda (1988-1989)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de História da Universidade Federal Fluminense  
para obtenção do título de Mestre em História.**

**Eixo cronológico: História Contemporânea**

**Linha Temática: Econômico-social**

**Leitora Crítica: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virgínia M. Fontes**

**Orientador**

**Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos**

**NITERÓI**  
**2009**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

G196 Gandra, Marcos Aurélio Ramalho.

Cidade "vermelha" do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989) / Marcos Aurélio Ramalho Gandra. – 2009.

128 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 122-127.

1. Industrialização - Brasil. 2. Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, RJ). 3. Sindicalismo. 4. Movimento operário. 5. Poder. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 338.0981

Marcos Aurélio Ramalho Gandra

**Cidade “vermelha” do Aço:  
greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

Banca:

---

Professor Doutor Marcelo Badaró Mattos (orientador – UFF)

---

Professora Doutora Virgínia Maria Fontes (leitora crítica – UFF)

---

Professor Doutor Edson Teixeira da Silva Jr. (convidado – UNIFOA)

Junho de 2009.

*“Porque se chamavam homens,  
também se chamavam sonhos,  
e sonhos não envelhecem.”*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido ao paciente empenho do orientador Marcelo Badaró Mattos, por vezes sendo obrigado a “gastar” seu sentimento de amizade. Agradeço também seu estímulo permanente, ajuda que, felizmente, também recebi dos outros membros da banca, Virgínia Fontes e Edson da Silva Jr., cujas valiosas críticas não lhes imputa nenhuma responsabilidade por qualquer incompletude do trabalho.

Por não ter sido bolsista, não posso agradecer às instituições de fomento, mas devo registrar o agradecimento à riqueza das aulas durante o curso, que realmente contribuíram por dar um norte ao nosso trabalho: aulas de Marcelo Badaró Mattos, Renato Lemos, Laura Maciel e José Sérgio Leite Lopes/ Marta Ciocari.

E, como não poderia deixar de ser, todos os colegas nestes cursos que promoveram o debate fértil que, satisfeito, participei. Representando todos os colegas, deixo meu agradecimento a Danilo Caruso, por dividirmos trabalho e discussões sobre os temas que coincidentemente trabalhamos.

Devo agradecer também à grande colaboração e paciência dos entrevistados: Dodora, Dom Waldir, Lurdinha, João Helvécio, João, Alvino, Monção, Isaque, Vanderlei, Braitto, Cerezo. Vocês deram lógica às minhas confusas referências.

Impossível listar todas as pessoas que devo gratidão por concluir esta etapa de trabalho. Para não correr o grave risco da injustiça, citarei apenas os núcleos de amigos e parentes sem os quais esta dissertação não teria saído.

Colegas e amigos das escolas Rosa Carelli, Wandir de Carvalho e Roberto Silveira: por relevarem inevitáveis ausências e sempre terem palavra estimuladora para nossa bela atividade de educar e aprender com as gerações mais novas.

Aos alunos e alunas destas instituições, pelo carinho em me “rejuvenescer” e constante desafio em fazer do conhecimento histórico ferramenta para modificar nossa realidade.

Aos companheiros e amigos de militância política, por perdoarem a quase completa ausência, entendendo o trabalho que por ora se encerra como uma tarefa. Companheiros (as) do SEPE, Enlace e PSOL, sem suas “atrevidas e revolucionárias” críticas não haveria coragem para a pesquisa.

A todos os meus parentes, em Volta Redonda e em Minas Gerais, pelos infindáveis carinho, estímulo e ajuda, sempre que precisei. Agradeço a todos, representados por minha mãe, Wanda, e meu irmão, Márcio, família pequena mas de coração grande. Cito também Sérgio e Célia, amigos, representando minha nova e admirável família.

Todos os meus amigos e amigas espalhados por Lafaiete, Volta Redonda, Niterói, Rio de Janeiro, Serrinha, Santo Antônio do Rio Grande, São Paulo, Barra Mansa, Morada da Granja, etc. Mesmo encontrando-os sempre, ou não, “o que importa é a voz que vem do coração”, e ela diz que vocês são “santo remédio, abrigo seguro”.

À dupla que dá sentido maior à existência, razão das pequenas e enormes felicidades, Vinícius e Thaís. Por perdoarem ausências e humores alterados e por me chamarem à realidade do amor.

Valeu Vinícius, pequeno grande amigo, muitas pendências nos esperam.

Obrigado Thaís, Negrita, presente da vida.

À todas e todos que tomaram na luta contra a exploração do homem pelo homem.

## RESUMO

A Companhia Siderúrgica Nacional foi fruto de um grande empreendimento estatal brasileiro, cujo financiamento (estadunidense) se deu no contexto da II Guerra Mundial. O gigantismo da unidade industrial implantada e a necessidade de fixação de mão-de-obra para a construção e operação da Usina Presidente Vargas exigiram a construção de uma cidade, Volta Redonda. A mão-de-obra de primeira geração e origem rural era gerida de forma militarizada e militarizante, ficando exposta à ideologia do populismo getulista do “Estado pai dos pobres” através da “CSN-mãe”, o que ocultava o caráter de classe da exploração sofrida. Apesar do controle da empresa, o sindicalismo que se desenvolveu no pré-64, apesar dos vínculos com o populismo, ancorava-se na luta pela implantação dos direitos conquistados na CLT e teve dramática passagem quando da implantação da Ditadura Civil-militar em 1964. O modelo de sindicato da Ditadura fragilizou o movimento sindical da cidade, mas, acompanhando o processo de crise do regime ditatorial e de abertura política, organizou-se também em Volta Redonda a Oposição Sindical Metalúrgica, que guarda semelhança com o processo conhecido como “Novo Sindicalismo”. Desde o início, a oposição teve o apoio dos outros movimentos sociais organizados da cidade (CEB’s, associações de moradores, sindicatos de professores, movimento estudantil, posseiros urbanos, aposentados, artistas, etc; com meios de comunicação desenvolvidos por eles), imbricação esta que se concretizou na greve da CSN em 1984. A partir desta, os metalúrgicos desenvolveram crescentemente a experiência de controle operário da CSN, sempre apoiados pelos movimentos sociais da cidade, o que desencadeou, em compasso com a agudização dos conflitos sociais no Brasil da Nova República, crescentes experiências de controle da população sobre a cidade. Tal controle permite afirmar que em duas ocasiões, no mínimo, viveu-se nesta localidade embriões de poder popular, onde a população, mobilizada, nas ruas, em assembléias massivas, lideradas pelos movimentos sociais organizados em conjunto, governaram a cidade por alguns dias, superando e/ ou agindo paralelamente à institucionalidade. Na greve de 1988, apesar da morte de três operários em violenta invasão da cidade pelo Exército, os movimentos sociais dirigiram Volta Redonda por mais de dez dias, assim como na greve geral de 14 e 15 de março de 1989, quando por bandeiras nacionais a cidade foi completamente paralisada. Finalmente, tentamos a intelecção de como, apesar da força destes movimentos, seu isolamento não impediu a privatização da CSN. A condição imprescindível para tal projeto era a derrota da CUT no Sindicato dos Metalúrgicos, o que ocorreu em 1992, já no contexto da penetração do ideário neoliberal no país. A questão da articulação da memória operária é discutida visando compreender a conjuntura local atual.

**Palavras-chave:** industrialização – CSN – movimento sindical – Volta Redonda – controle operário – poder popular.

## **ABSTRACT**

The “Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)” was the result of a large Brazilian state enterprise, which financing (U.S.) was in the context of World War II. The enormity of the plant and the need for setting up the labor for the construction and operation of the Usina Presidente Vargas demanded construction of a city, Volta Redonda. The labor of the first generation and rural home was managed so militarized and militarizante, being exposed to the ideology of “getulista’s” populism, the “father of the poor state” by “CSN-mother”, which hid the character of the class exploitation suffered. Despite the control of the company, the unions that developed in the pre-64, despite the links with the populism, rooted in the struggle for the implementation of the rights won in the CLT and had dramatic shift when the deployment of civil-military dictatorship in 1964. The model of union dictatorship weakened the union movement in the city, but, following the process of the dictatorial regime crisis and political openness, is also held in the Volta Redonda Opposition Metallurgical Union, which stores similarity with the process known as “New Syndicalism”. From the beginning, the opposition had the support of other social movements organized at the city (CEB’s, resident’s associations, unions of teachers, student movement, urban settlers, retirees, artists, etc, with the media developed by them), this overlap which is made in the strike of the CSN in 1984. From this, the metallurgical workers developed increasingly the experience of workers control of CSN, when supported by social movements of the city, which triggers, in the bar with exacerbation of social conflicts in Brazil’s New Republic, experiments to control the growing population on city. This control lets say that on two occasions at least, lived in this town embryos of popular power, where the population, mobilized in the streets in mass meetings, led by organized social movements together, ruled the city for some days, overcoming and / or acting in parallel to the institutionalization. Strike in 1988, despite the death of three workers in the city’s violent invasion by the Army, social movements directed Volta Redonda for more than ten days, as well as the general strike of 1989, March 14 and 15, when the national flag by city was completely paralyzed. Finally, try the intellection of how, despite the strength of these movements, their isolation has not prevented the privatization of CSN. The prerequisite for this project was the defeat of the Union of Metalworkers CUT, which occurred in 1992, already in the penetration of neoliberal ideology in the country. The question of the articulation of working memory is discussed to understand the current local situation.

Keywords: industrialization - CSN - the union movement - Volta Redonda - control workers - people power.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>002</b>
. Definição do tema	002
. Metodologia e fontes	003
. Questões teóricas:	
A Comuna de Paris e os soviets em Marx, Lênin e Trotski.	004
Os conselhos de fábrica em Gramsci.	010
<b>CAPÍTULO 1 - SIDERURGIA, POPULISMO E DITADURA</b>	<b>016</b>
1.1. A construção de uma cidade para atender à CSN	016
1.2. O sindicalismo chamado de “populista”	025
1.3. Ditadura civil-militar: sindicatos?	030
<b>CAPÍTULO 2 – O “NOVO SINDICALISMO”</b>	<b>034</b>
2.1. O “Novo Sindicalismo” no Brasil (1978/1990)	034
2.2. A Formação das Centrais Sindicais	040
2.3. O “Novo Sindicalismo” em Volta Redonda	044
<b>CAPÍTULO 3 – PODER POPULAR EM VOLTA REDONDA?</b>	<b>062</b>
3.1. Controle operário da Usina Presidente Vargas /CSN	062
3.2. Outros movimentos sociais e relação com a institucionalidade	070
3.2.1. Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)	070
3.2.2. Associações de Moradores e Comissão de Posseiros Urbanos	074
3.2.3. Professores e o SEPE	083
3.2.4. Movimento Estudantil	088
3.2.5. Outros movimentos	093
3.2.6. Formas de comunicação no movimento	098
3.3. Poder popular em Volta Redonda?	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>118</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

### -Definição do tema

Aqui iremos explicitar o que levou-nos a escolher o fenômeno conhecido como “Novo Sindicalismo”<sup>1</sup> como tema do trabalho. Partimos da compreensão de que este evento tornou-se o principal ator na luta pela redemocratização do Brasil, por tensionar política e economicamente a Ditadura civil-militar e a Nova República tutelada pelos militares, alargando a noção de cidadania. Os recortes espacial e temporal justificam-se pelo fato da cidade de Volta Redonda, no período trabalhado (1980-1990), ter sido palco de todas as manifestações que podem precisar o conceito de Novo Sindicalismo e porque a radicalização do processo nesta localidade possibilitou experiências de controle operário da Usina Presidente Vargas (UPV), de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>2</sup>.

E a articulação, entre o movimento sindical com os outros movimentos sociais organizados da cidade, aponta para a possível existência de embrionárias experiências de poder popular nesta localidade. Esta dualidade de poderes ter-se-ia manifestado na greve de novembro de 1988 e na greve geral de 14 e 15 de março de 1989. Nos dois casos, a cidade foi “governada” por assembleias, ou uma espécie de democracia direta. No primeiro caso, e mais conhecido, o Exército invadiu a cidade, matou três operários e mesmo assim a greve e/ou enfrentamento com o Estado burguês foram vitoriosos. No segundo, por bandeiras nacionais, de enfrentamento a mais um plano econômico do governo Sarney, a cidade parou, com a população mobilizada nas ruas, por dois dias.

Já trabalhamos o tema em Monografia de Graduação, com o título “O Novo Sindicalismo em Volta Redonda: greves, relação com os outros movimentos sociais, controle operário e resistência à privatização da CSN”, onde privilegamos o histórico de formação da cidade, sua especificidade de experiência de *company-*

---

<sup>1</sup> Procuramos, ao longo do texto, registrar entre aspas a expressão “Novo Sindicalismo”, como uma tentativa de evitar o enquadramento da memória, que apresenta este fenômeno em oposição ao sindicalismo do período ditatorial e do período “populista”, sem se dar conta da continuidade histórica.

<sup>2</sup> A partir deste ponto utilizaremos as siglas CSN e UPV, ou simplesmente usina.

*town* em um empreendimento estatal e os aspectos que permitiram localizar o estudo no conceito de “Novo Sindicalismo”, com o objetivo de debater como uma experiência histórica tão forte e ímpar de mobilização social pôde ter sido tão fragorosamente derrotada.

Posteriormente voltamos ao tema em Monografia apresentada como conclusão de Pós-Graduação *lato sensu* em História Contemporânea, sob o título “Novo Sindicalismo X Neoliberalismo: greves, controle operário e luta contra a privatização da CSN”. Neste trabalho privilegiamos aspectos da luta contra a privatização da CSN.

### **-Metodologia e fontes**

Trabalhamos com duas linhas de investigação e trabalho com fontes. Na primeira utilizamo-nos dos materiais produzidos pelos próprios movimentos sociais da cidade, somados às entrevistas com participantes daqueles acontecimentos. Suas trajetórias individuais e re-leituras do período contribuíram para a intelecção do tema, mesmo e apesar das dificuldades de se trabalhar com História do tempo presente. A outra linha de trabalho com fontes diz respeito às publicações de jornais e revistas, locais e nacionais, sobre os acontecimentos pesquisados, para então procedermos a uma análise comparativa entre as diferentes abordagens, investigando a possibilidade da ocorrência de um embrião de poder popular no espaço recortado.

### **-Questões teóricas**

Fundamentamos nosso trabalho como de História Social, referenciado em leituras de Karl Marx sobre a luta de classes como chave interpretativa da História, e em leituras de Lênin sobre a concepção de Estado. Utilizamos também as contribuições de Antonio Gramsci para compreensão da complexidade moderna da sociedade, recorrendo a conceitos como de guerra de posição e guerra de movimento, disputas entre frações de classe, hegemonia, coerção e consenso, Estado ampliado, etc. Para os debates em torno da memória operária recorreremos a trabalhos de E. P. Thompson e Michael Pollak.

- A Comuna de Paris e os soviets em Marx, Lênin e Trotski.

Ao decidirmos pela investigação sobre as possibilidades de ocorrência de curtas experiências de “poder popular” na cidade de Volta Redonda, deparamo-nos com a necessidade de buscar uma referência que permitisse, ou negasse, tal ousadia teórica.

Fomos buscar esta referência, inicialmente, nos estudos sobre a Comuna de Paris, em 1871. A classe trabalhadora de Paris, formada e informada por grandes processos revolucionários, mas ao mesmo tempo frustrada em muitas de suas expectativas, deparava-se com uma difícil situação pós-golpe de Estado que pôs fim à Revolução de 1848. Como bem colocado por Marx, o II Império

*“em realidade, era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido”.*<sup>3</sup>

Todo o crescimento econômico, garantia dos interesses burgueses, corrupção no Estado e ostentação do luxo, contrastavam com a miséria dos trabalhadores franceses. E o governo da burguesia, em 1871, ao se auto-intitular “governo da defesa nacional”, eclipsava seu real objetivo, a saber, o de combater o proletariado parisiense, agora armado contra as tentativas de restauração do velho poder.

A podridão do Estado francês e da sociedade que ele defendia, foi externada pela ação militar da Prússia, o que não impediu que um ato de “traição nacional” (aliança com os alemães), perpetrado pelo governo francês em Versalhes, levasse a um dos maiores derramamentos de sangue da História, a destruição da Comuna e dos *communards*.

Mas o que nos permitiria concordar com a expressão de que esta experiência foi um “assalto ao céu”? Podemos citar alguns exemplos. Primeiro, o proletariado parisiense tomar o poder e enfrentar uma guerra civil. E como primeira experiência socialista desfez-se do Exército, substituindo-o por uma Guarda Nacional composta pelos operários, ou o povo em armas.

---

<sup>3</sup> MARX, Karl. *Textos*. Karl Marx e Friedrich Engels, vol. 1. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1977, p. 196.

Os conselheiros municipais da Comuna, eleitos direta e universalmente, tinham o mandato revogável. Elegibilidade e revogabilidade que valia também para os funcionários públicos, polícia e Justiça, com salários que não podiam ultrapassar o de um operário. Com a separação entre Igreja e Estado, todas as igrejas foram expropriadas, os padres só podiam viver das contribuições dos fiéis e as escolas ficaram livres do ensino religioso. O ensino público, gratuito, laico e acessível a todos, mostra a atualidade da revolução, mesmo e apesar de seu massacre, sendo bandeira política até os dias de hoje.

Portanto, podemos afirmar que, em substituição à máquina de Estado (entendido como força especial para a repressão de uma classe determinada) quebrada, foi iniciada a extinção do Estado (através da extinção de um funcionalismo privilegiado e do Exército) em direção à reorganização estatal necessária à transição do capitalismo para o socialismo, no sentido atribuído por Lênin, ou seja, desde que ligada à expropriação da propriedade privada ou à preparação desta expropriação.

Não se trata da extinção de uma só vez de todo o funcionalismo, mas de quebrar a máquina burocrática do Estado burguês para iniciar a construção de uma nova, assim como a supressão do Parlamento não significa extinguir a representatividade, ou a elegibilidade, mas sim que a Comuna deveria ser “um corpo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo”<sup>4</sup>. Ou, como bem precisou Lênin,

*“a Comuna substitui o parlamentarismo venal e apodrecido da sociedade burguesa por instituições onde a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, porque os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios as suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente perante seus eleitores”*<sup>5</sup>.

Não se trata de inventar a pólvora, mas de agir como já agiam as empresas capitalistas com suas divisões de trabalho.

A Comuna também se colocou a tarefa de liderança política da sociedade francesa, como atestam a adesão da numerosa classe média parisiense e o chamamento aos camponeses, importante grupo social, haja vista a ação dos grandes proprietários em

---

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 197.

<sup>5</sup> LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. In: Obras escolhidas em três tomos. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1988, p. 254.

impedir o contágio das ideias, via bloqueio policial, nos meios rurais. Para tanto, não se tratava de quebrar a unidade da nação, como uma ideia de guerra civil pode erradamente parecer, mas de organizar a sociedade, desde o menor rincão à delegação nacional, através de uma “Constituição Comunal”. Comunas que, unidas na ação contra o capital, estariam centralizadas de forma democrática, e não de forma burocrático-militar, como no Estado burguês. Forma política passível de expansão, mas não baseada na repressão, como todas as formas políticas anteriores.

Internacionalista, a sublevação chegou a nomear um estrangeiro como ministro do Trabalho (do país em atrito com a França) , e despertava o apoio do proletariado de todos os países. Suas medidas sociais, que incluíam a abolição do trabalho noturno para padeiros, proibição penal da redução de salários, entrega aos operários das oficinas e fábricas fechadas, demonstram a vinculação com as necessidades do proletariado.

A redução da criminalidade em Paris, como a inexistência de assassinatos, roubos, furtos e agressões durante a vigência da Comuna, sem a necessidade da polícia tradicional, aponta para o envolvimento e coesão da população, ou, como sugeriu Marx, “a polícia levou consigo para Versalhes todos os seus amigos conservadores”<sup>6</sup>.

Marx, Lênin e Trotski já analisaram com atenção as razões para a derrota, ou mais precisamente, do massacre a que foram submetidos os *communards*. A dupla tarefa, contraditória segundo Lênin, de libertar a França da invasão alemã (nacional-patriótica) e de libertar a classe operária do capitalismo, embora seja uma peculiaridade da Comuna, teria sido o erro fatal dos socialistas franceses. A esta observação somam-se duas outras, a primeira que o proletariado teria parado no meio do caminho no que tange ao processo de expropriação da burguesia. A segunda, que teria sido magnânimo demais, negligenciando a importância militar de eliminar os inimigos, permitindo assim que Versalhes, não tendo sido definitivamente atacada, pudesse se recompor e praticar a semana sangrenta de maio.

Trotski, em sua inflamada polêmica com Kautski, é bem mais incisivo na crítica à Comuna, identificando inexperiência dos *communards*, falta de preparo dos militantes, confusão no programa, falta de unidade entre seus dirigentes e indecisão e problemas na execução dos projetos. Mesmo assim, reconhecendo que era a aurora da primeira república proletária. Aponta também como Paris e Petersburgo foram

---

<sup>6</sup>

MARX, K. Op. cit., p. 204.

desqualificadas em seus propósitos, com o diferencial de que a segunda cidade conseguiu resistir e continuar sendo motor da Revolução Russa<sup>7</sup>.

Em significativa passagem, a “jovem águia” mostra como a Revolução de Outubro foi precedida de nove meses do governo Kerenski, período no qual os bolcheviques ocuparam-se com a agitação e a organização, fundamentais para serem esmagadoras maiorias nos sovietes das principais cidades da Rússia, transformando-os em “organizações possantes, dirigidas por nosso partido”<sup>8</sup>. E, novamente reconhecendo, que tinham por trás a experiência da Comuna, e que deviam prever os acontecimentos, preparando-se para eles, para evitar a queda como em 1871.

Quanto ao aspecto militar, Trotski, ao criticar a magnanimidade da Comuna, mostra como esta “indecisão generosa”<sup>9</sup> também se deu na Rússia, por ser fruto das fases iniciais de uma guerra civil, citando o exemplo da libertação, sob palavra de honra, do general cossaco Krasnov, que voltaria a atacar ferozmente os comunistas. A ofensiva dos operários dependeria portanto de uma necessidade de ferro (o que não faltava à Paris pré-revolucionária), assim como o recurso ao terror vermelho seria fruto da ameaça dos massacres contra-revolucionários. A ação implacável sobre Versalhes, visando tomar o Exército, modificar o corpo de comando e tomar a província, deveria ser acompanhada da detenção dos agentes de Thiers em Paris e da execução dos conspiradores e espíões.

Às acusações de Kautski quanto à inumanidade dos bolcheviques, Trotski responde, citando Marx, ter sido um erro dos *communards* a realização de eleições em Paris, o que adiou a marcha sobre Versalhes, desarmou os espíritos para o enfrentamento, favoreceu as divisões entre os líderes. Enfim, ajudou a inumanidade do inimigo. O Comitê Central da Guarda Nacional, então linha de frente da revolução, passou a dividir o poder com a Comuna eleita, situação de dualidade de poderes perigosa por demais sob a perspectiva militar.

Ou seja, a realização de eleições, assim como em Petersburgo, não tira da Comuna seu caráter revolucionário. A diferença é que, em lugar da citada dualidade de poderes (entre os revolucionários), na experiência russa a Duma municipal submeteu-se voluntariamente ao soviete de Petersburgo, colocando a ditadura do proletariado (entendida como o firme e necessário governo da maioria, de transição para o

---

<sup>7</sup> TROTSKI, Leon. *A Comuna de Paris e a Rússia dos sovietes*. In: Escritos sobre a Comuna de Paris. São Paulo, Xamã Editora, 2002, p. 154.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 155.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 157.

socialismo) acima do princípio do sufrágio universal. As ilusões eleitorais escondiam, em Paris, as ilusões de um acordo com a burguesia, onde esta aceitasse sua inevitável derrota. Tal concepção, que levou ao limite de não se atacar a propriedade privada, desarmou o proletariado ao mesmo tempo em que não desarmava seus inimigos, cientes de que a vitória do primeiro era a maior ameaça.

Marx já afirmava que o Comitê Central da Comuna cedeu o lugar prematuramente à Comuna eletiva. Para ele, o primeiro lugar deveria pertencer a um órgão de combate, que seria o centro da insurreição e das operações militares contra os versalheses. A administração autônoma da democracia operária deveria entrar em função em sua vez, mais tarde. Que Trotski não hesitaria em exemplificar com a disciplina e a força do Exército Vermelho.

A compreensão de que a Comuna não era uma Assembleia Constituinte, ou apenas uma administração, ou que não deveria buscar sua “legalidade”, aconteceu. Porém, já era tarde. Lissagaray exclamava que ela era uma barricada, Millièrre, que era um conselho de guerra<sup>10</sup>. Sendo assim, seria inoportuna a realização de eleições às portas de um duro enfrentamento, assim como era inadmissível, sob vistas militares, não haver um aparelho de direção regular e centralizado, razão pela qual teria havido certa “desorganização” no corpo de combate da Comuna, o que ajuda a explicar o terrível massacre do povo de Paris. Barbaridade esta que nos faz lembrar um comentário de Trotski acerca de inumanidade:

*“enquanto os guardas brancos, assim como seus aliados anglo-franceses, fuzilam, sem exceção, todo comunista que tomba em suas mãos, o Exército Vermelho deixa com vida todos os prisioneiros, mesmo os oficiais superiores.”<sup>11</sup>*

Quando Marx insiste que a tarefa da insurreição consistia

*“não em chamar de sua vitória o assentimento mal-garantido de uma Assembléia Constituinte, mas em cobrir toda a França com uma rede de comunas, agrupadas em torno do centro e constituídas não segundo os princípios da democracia, mas baseando-se numa incontestável autonomia administrativa dos produtores”<sup>12</sup>,*

---

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 165.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 178.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 175.

torna-se irresistível, para nós, pensar na experiência russa dos soviets.

Como citamos acima um problema, o da dualidade de poderes entre órgãos diretivos da Comuna, faz-se necessário resgatar que este fenômeno também se deu em relação à França como um todo, ou de outra forma, pois houve dois poderes, o da burguesia sediado em Versalhes e a Comuna em Paris e outras cidades, mesmo e apesar de suas divisões. Conforme Lênin, este poder de novo tipo “não está numa lei previamente discutida e aprovada pelo parlamento, mas na iniciativa direta das massas populares partindo de baixo... , na conquista direta”<sup>13</sup>. Reside também no fato de substituir a polícia e o exército pelo armamento direto de todo o povo e na transformação do funcionalismo, justiça, burocracia, de casta privilegiada em pessoas elegíveis e exoneráveis pelo próprio povo. Como vimos, a essência da Comuna de Paris como tipo especial de Estado.

A discussão se colocava para Lênin pois ele identificava este tipo especial de Estado no processo revolucionário russo, que eram os soviets, de deputados operários, assalariados agrícolas, camponeses e soldados, o melhor tipo de governo que a humanidade já criou, conforme o autor, pois era apoiado na absoluta maioria do povo armado, em especial o soviete de Petrogrado. Em contraponto ao governo de Lvov, governo da burguesia russa aliada à anglo-francesa na guerra e com vários acordos com os monarquistas, apesar da vitória da Revolução democrático-burguesa de fevereiro de 1917.

Escrevendo imediatamente após esta revolução, Lênin já identificava que ela se aproximou bastante da ditadura do proletariado e campesinato, poder de fato da população armada, que numa experiência original de dualidade de poderes, voluntariamente entregou o poder de Estado à burguesia e seu governo provisório, ou mais precisamente, ditadura burguesa. E que, num Estado, não podem existir dois poderes, sendo que um deles deve ser reduzido a nada, tarefa que a burguesia assumiu em todo o país. Citando o autor:

*“A dualidade de poderes não exprime senão um momento de transição no desenvolvimento da revolução, quando ela já foi além dos limites da revolução*

---

<sup>13</sup> LÊNIN, V. I. *Sobre a dualidade de poderes*. In: Obras escolhidas em três tomos. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1988, p. 17.

*democrático-burguesa comum mas não chegou ainda a uma ditadura 'pura' do proletariado e do campesinato”<sup>14</sup>.*

Se a Comuna foi um assalto ao céu, a “ocupação definitiva do céu” viria meses após os escritos sobre fevereiro, com a Revolução de Outubro. O momento analisado por Lênin, curiosamente instiga um paralelo com a Comuna. O autor se refere à Rússia como o país mais pequeno-burguês da Europa, dada a multidão destas pessoas despertadas e envolvidas no processo revolucionário, o que teria contaminado e arrastado círculos muito amplos de operários, dada a insuficiência numérica, de consciência e organização do proletariado russo, que exigiu habilidosa propaganda dos bolcheviques para que Outubro ocorresse. Fato que, guardadas as devidas proporções, podemos identificar na Paris insurrecional e sua numerosíssima classe média e pequena burguesia, lideradas politicamente pela Comuna. A diferença reside exatamente no fato do aprendizado com a Comuna, o que era rigorosamente observado pelos bolcheviques.

- Os conselhos de fábrica em Gramsci.

A experiência dos soviets vai influenciar a prática política e a formulação teórica de outro grande pensador, Antonio Gramsci. Tomando os soviets como a concretização da sociabilização comunista, significa entender que o Estado socialista já existe nas instituições características da classe trabalhadora, conforme o pensamento gramsciano. As instituições características da classe trabalhadora no contexto italiano seriam as Comissões Internas de fábrica na cidade de Turim, deixando claro que o autor, em seus “Escritos políticos”,<sup>15</sup> debruça-se também sobre os comitês de bairro e cita as organizações equivalentes de camponeses.

Indo do plano das instituições para o comportamental, equivaleria a dizer que o objetivo final, a sociedade socialista, só terá condições de existir se houver uma vivência/experiência que a materialize. Ou, como diria Gramsci: “Quem quer o fim deve também querer os meios.”<sup>16</sup> A experiência de liderança política da sociedade russa pelos soviets é que permitiu a consigna de todo o poder aos soviets, pois o Estado de novo tipo (fim) já era vivenciado através destes organismos (meios).

---

<sup>14</sup> Idem. *A original dualidade de poderes e seu significado de classe*. In: Obras escolhidas em três tomos. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1988, p. 26.

<sup>15</sup> GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, , 2004, p. 248.

<sup>16</sup> Idem, *ibidem*, p. 249.

Como fazer para as Comissões Internas serem os meios para a revolução na Itália? A primeira condição, segundo o autor, era fazer com que elas deixassem de ser uma correia de transmissão dos sindicatos, que passassem a ter autonomia. Até então, os “delegados sindicais” eram indicados pelas direções sindicais e só podiam ser votados por operários sindicalizados. Gramsci e o grupo do *L'Ordine Nuovo*<sup>17</sup> propunham que as comissões fossem representativas de todos os trabalhadores da fábrica e que todos pudessem votar e serem votados, independente de filiação ao sindicato, e que os mandatos fossem revogáveis, a exemplo da Comuna e dos soviets.

E a organização destas comissões deveria se dar por equipes, de trabalhadores de uma mesma seção a um comitê diretor geral. Esta organização, enquanto expressão do “trabalhador coletivo”, seria capaz de controlar e dirigir o processo produtivo, o que transformaria as comissões em Conselho de Fábrica. E a articulação dos vários conselhos num Conselho Executivo Central, somado aos conselhos de camponeses, resultaria no Estado socialista. O controle da produção mostra necessariamente a desnecessidade da figura do capitalista, fazendo possível a quebra do Estado capitalista, sendo substituído pelo novo Estado organizado a partir da experiência concreta dos conselhos, de cada fábrica, de cada bairro, aos conselhos centrais, ao Conselho Executivo Central.

A argumentação do grupo do *L'Ordine Nuovo* pode passar a falsa impressão de que os sindicatos são um problema, um obstáculo para a construção do socialismo. Podem vir a ser, não necessariamente são, como Gramsci demonstra baseado na realidade concreta da luta de classes na Itália. Em um plano mais genérico/teórico, os sindicatos tornaram-se limitados para a luta revolucionária devido ao crescente gigantismo de seu aparato, multiplicado no caso das confederações e centrais sindicais. Para gerir tal aparato, a burocratização dos líderes é consequência nefasta, afastando os sindicatos da realidade concreta de seus representados. Sem falar na “profissionalização” dos líderes sindicais, pessoas que se tornam estranhas à tarefa maior de superação da ordem burguesa e da contribuição dos sindicatos nesta tarefa, porque preocupados com a manutenção de seus cargos. Passam a ser escolhidos por competência jurídica, burocrática ou demagógica, e não por ação revolucionária de se chegar, juntos a todos, à “verdade”<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Nome do jornal lançado em Turim por Gramsci, Ângelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, em abril de 1919.

<sup>18</sup> GRAMSCI, A. Op. cit., p. 295.

Importa ressaltar que os sindicatos foram forjados nas mais adversas e violentas condições da luta de classes. Primeiras formas orgânicas desta luta, propunham suprimir a figura do capitalista, a superação da ordem burguesa. Não havendo força e condições políticas para a concretização da tarefa principal, os sindicatos

*“dirigiram todas as suas forças para o objetivo imediato de melhorar as condições de vida do proletariado, reivindicando maiores salários, a diminuição da jornada de trabalho, um conjunto de leis sociais... mas... o princípio da propriedade privada permanece intacto e forte.”<sup>19</sup>*

Ora, os sindicatos, assim como os partidos políticos, nasceram e fazem parte de uma sociedade dominada pela burguesia, com sua liberdade política e democracia burguesa, que impõe a relação entre cidadão e cidadão. Ao passo que o processo revolucionário nasce no interior da fábrica, da relação entre opressor e oprimido, onde não existem liberdade política e democracia para o operário. Os sindicatos terminaram por serem atores do mercado capitalista. Gramsci intensifica as críticas quando sai do plano teórico e analisa a atuação da CGL (Central Sindical italiana), das confederações e dos sindicatos dirigidos por reformistas e os “pseudo-revolucionários” do Partido Socialista, que não apoiaram institucional e efetivamente as “jornadas de Turim”, deixando isolados estes trabalhadores, condição fundamental para sua derrota.

Mas como um sindicato pode se tornar revolucionário, sem ser apenas junção de palavras, como ironizou o autor? A legalidade industrial foi uma grande conquista para a classe operária, pois a situação anterior era de muito desrespeito. Para que o sindicato deixe de ser a forma que a mercadoria-trabalho assume em busca de um equilíbrio vantajoso para a classe operária, , deve lidar de outra forma com a legalidade industrial. Compreendê-la como um compromisso necessário, mas não perpétuo, significa em um momento determinado empreender uma ação que seja vitoriosa contra o capital. Se o sindicato assim o faz, é revolucionário, e impõe uma disciplina revolucionária para se respeitar a legalidade industrial enquanto a correlação de forças for desfavorável.

---

<sup>19</sup>

Idem, ibidem, p. 293.

Partindo deste ponto de vista Gramsci formula como devem ser as relações entre sindicatos e conselhos. Os sindicatos e suas direções reconhecerem o caráter revolucionário, a energia criadora dos conselhos, se permitirem serem influenciados por estes, para que não se percam na burocratização e na defesa da legalidade. E os conselhos, em caso de direção revolucionária dos sindicatos, estimularem a filiação aos sindicatos, a compreensão da necessária centralização e disciplina, para que nenhum capricho espontaneísta ponha a perder os avanços organizacionais obtidos e a possibilidade de conquistas duradouras. O impulso e a razão revolucionários que não se anulam, que se somam.

Para que estas reflexões se concretizassem, Gramsci lembrava que os responsáveis por fazer direções sindicais e conselhos compreenderem seus papéis, eram os comunistas, através de sua organização nos sindicatos e fábricas visando aproximá-los da tática política da III Internacional. Vale a citação:

*“...influenciando a disciplina sindical e determinando seus objetivos, influenciando as deliberações dos conselhos de fábrica, fazendo com que se tornem consciência e criação revolucionária os impulsos à rebelião que decorrem da situação que o capitalismo cria para a classe operária.”<sup>20</sup>*

E para que as relações de interdependência entre sindicatos e conselhos significassem o vínculo entre organização-disciplina com espírito revolucionário, era fundamental não atrelar os conselhos aos sindicatos, como relação de subordinação. Isto tiraria dos conselhos sua capacidade ímpar de selecionar os melhores e mais conscientes elementos da classe operária. Gramsci enxergava isto nos soviets e nos sindicatos revolucionários russos, ao contrário da burocratização do sindicalismo italiano, que se colocou contra o movimento revolucionário de Turim.

A proposta do grupo do *L'Ordine Nuovo* de fazer os trabalhadores avançarem da luta por melhores salários e condições de trabalho para a compreensão de sua condição de produtores, através dos conselhos, possuía limitações, como observamos na crítica de Carlos Nelson Coutinho. O jovem Gramsci ainda não formulara “uma clara concepção da política de alianças da classe operária com outros

---

<sup>20</sup>

Idem, ibidem, p. 372.

grupos sociais.”<sup>21</sup> Além disso, um possível erro corporativista, de supor que o controle das forças produtivas dispensaria a direção e a dominação sobre as relações sociais de produção e reprodução, levaria também à subestimação do papel do partido político enquanto organizador da vontade coletiva da classe operária para conquistar a hegemonia da sociedade num território mais amplo (a sociedade civil). E, para o cumprimento deste objetivo, o papel dos sindicatos também é importante para a organização e unificação da classe operária, possibilitando sua interferência na direção da vida nacional.

Coutinho, porém, ressalta os pontos positivos do Gramsci dos “Escritos políticos”, como a importância dos organismos de base para a construção de uma democracia socialista; a negação de que o Estado socialista deva ser uma ditadura de partido; a concepção de que a dominação do proletariado deva se dar por uma pluralidade de organizações; a necessidade de que haja democracia na célula básica da infra-estrutura material da sociedade, a fábrica<sup>22</sup>.

Gramsci, portanto, teria assimilado as reflexões de Lênin no que tange à necessidade de colocar a questão do Estado como questão central da revolução socialista e de se construir um partido que preparasse a classe operária e seus aliados para a tomada do poder e construção deste novo Estado.

As referências teóricas citadas contribuíram para a inteligência do problema que levantamos, repetindo, da possibilidade de ocorrência de embrionárias experiências de poder popular na cidade de Volta Redonda nos anos de 1988 e 1989.

Dividimos o trabalho em três partes. No primeiro capítulo, apresentaremos um pequeno histórico da gênese da cidade de Volta Redonda, inserida na solução da chamada “questão do aço” no Brasil. Intervenção do Estado na economia e financiamento estadunidense para promover o capital privado no Brasil, sob um discurso nacionalista em um contexto de guerra. Contexto e discurso que nos ajudam a compreender a formação e gestão da mão-de-obra da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Nesta seção ainda analisamos o sindicalismo do período pré-1964, chamado por alguns autores de “sindicalismo populista”, e do período ditatorial no Brasil, em seus aspectos gerais e localizados no espaço do objeto de estudo.

---

<sup>21</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 32.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, pp. 34 e 35.

No segundo capítulo procuramos fazer um histórico do movimento conceituado como “Novo Sindicalismo”, buscando as contribuições de autores que se dedicaram ao tema assim como de sua manifestação na cidade de Volta Redonda.

Na terceira parte do trabalho tentaremos demonstrar como o operariado da CSN conseguiu atingir um nível de organização política que lhes permitiu ter o controle operário da Usina Presidente Vargas, maior siderúrgica da América Latina, em algumas das greves ali realizadas. Buscaremos mostrar também como se deu a articulação entre o movimento operário – Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e região (SMVR), e os outros movimentos sociais da cidade (Associações de Moradores, Movimentos de Posseiros, Movimento Estudantil, Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, etc.); articulação esta, enfim, que teria possibilitado as duas embrionárias experiências de controle da cidade pela população mobilizada, ou poder popular.

Finalmente, faremos uma breve exposição sobre a memória operária da cidade, através das diferentes gerações de operários, e de como estas diferentes memórias se articulam, numa especulação para tentar a compreensão do quadro político atual da cidade. O autor, tendo participado de alguns dos acontecimentos apresentados a seguir, busca a inteligência da riqueza política vivenciada nesta localidade, a causalidade, o ir-sendo e, como afirmado acima, as possíveis conseqüências do processo estudado para a realidade atual da luta de classes na cidade. Em suma, com a contribuição de todos os autores que já se dedicaram ao tema, busca pagar uma dívida histórica com Volta Redonda, onde a realidade objetiva e concreta produziu sua consciência de classe.

## **CAPÍTULO 1 - SIDERURGIA, POPULISMO E DITADURA.**

### **1.1 A construção de uma cidade para atender à CSN.**

A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) foi fundada em 09/04/1941, mas sua produção só teve início em 1946, tamanha era a incrementação industrial implantada no Vale do Rio do Paraíba do Sul fluminense. Junto da Fábrica Nacional de Motores, da Companhia Nacional de Álcalis e da Companhia Vale do Rio Doce, percebem-se as primeiras tentativas do Estado brasileiro na esfera da produção.

A CSN e a Vale do Rio Doce representavam algo mais, já que subordinadas às tentativas de articular as várias frações de capital na constituição de uma base produtiva interna, encarada como garantia de independência econômica, e portanto, condição indispensável à independência política. Podemos entender que a estrutura industrial brasileira, muito resumida ao setor de bens de consumo, sofria uma política que visava implantar o setor de bens de produção “como meio de garantir ao incipiente capitalismo brasileiro alguma capacidade de autodeterminação.”<sup>23</sup>

A tentativa se dava em contexto adverso, de crise mundial do capitalismo pós-29, o que exigia esforços das economias centrais para se auto-recuperarem, restringindo fornecimento de tecnologia e capitais; e que fazia despencar os preços do café, principal fonte de divisas do Brasil. Para superar as dificuldades de financiamento o Estado procurou regulamentar os fatores produtivos, redefinir o papel da agricultura e tornar-se ele mesmo o investidor (e não apenas coordenador) em infra-estrutura. Neste ponto, as empresas estatais, através da produção de bens e serviços indispensáveis vendidos ao menor preço possível, favoreciam a acumulação industrial privada. O Estado de compromisso vigente pode ser percebido na ausência de uniformidade das políticas financeira e monetária e, apesar da diversidade de interesses em seu interior, a industrialização extraiu alguns ganhos. Uma “modernização conservadora”, já que mesmo levando em conta as disputas e divergências das frações da classe dominante e dirigente, houve modernização, mas sem deixar de preservar o caráter conservador do sistema político.

---

<sup>23</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 28

Para tornar o núcleo urbano-industrial o pólo dinâmico da economia havia um dilema no caminho: amparar a agroexportação (já que tinha papel central e os investimentos dela dependeriam) e ao mesmo tempo desestimulá-la. Essa ambigüidade foi conceituada de “industrialização restringida”, ou seja, dependente do setor agrário-exportador para o financiamento dos investimentos, no que tange ao período 1930-1955.<sup>24</sup>

O Estado manipulou o câmbio, taxas de juros e prazos de financiamento em favor do setor industrial. Estimulou a agricultura de gêneros alimentícios, barateando o custo de reprodução da força de trabalho urbana. Medidas que, na ponta da análise, beneficiavam a estrutura agrária, já que a industrialização impulsionava sua expansão. E o mais importante: permanecia intocada em relação aos latifúndios e aos regimes de organização da produção e do trabalho (não-capitalistas), bem de acordo com o caráter conservador do Estado pós-Revolução de 1930.

E o Estado brasileiro, ao contrário do “livre” jogo do mercado, regulamentava os fatores produtivos para a reprodução da acumulação capitalista industrial, e o fazia também com a implantação de uma legislação sindical e trabalhista. O “liberalismo” anterior a 1930 impunha a liberdade para que burguesia e forças da repressão reprimissem o movimento sindical ao mesmo tempo em que o Estado era “apropriado”, intervindo em favor da oligarquia cafeeira.

Mas com a legislação citada, o Estado evitava o confronto entre capital e trabalho e facilitava a acumulação urbano-industrial, pois o salário-mínimo, por exemplo, nivelava por baixo o conjunto dos salários. Cabe lembrar que a estrutura sindical estabelecida transformou os sindicatos em agências do aparelho de Estado e controlava a mobilização da classe trabalhadora e suas lideranças. O sindicalismo corporativista-autoritário mostrou-se mais autoritário que corporativista, pois os patrões (e o próprio governo com suas empresas) se recusavam a respeitar a legislação protetora do trabalho. E os conflitos eram administrados no e pelo próprio Estado. Nas cidades, conquista de direitos mediada pelo Estado, através do contrato de trabalho; no campo, ausência de direitos trabalhistas e sociais, coerção em nome dos interesses dos grandes proprietários.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. In: MENDONÇA, S. R. de. Op. cit. p. 29.

<sup>25</sup> FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*. In: Reflexões im-  
pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Ed. Bom Texto, p. 205.

A discussão apresentada, debatida por muitos autores, pode ser resumida na noção de “crise de hegemonia”, que aplicada à década de 30, seria chave explicativa para todo o período posterior. A crise de hegemonia da burguesia cafeeira pode ser atestada através das lutas entre as frações dos grandes proprietários de terra; entre grandes proprietários de terra e setores industriais; entre frações agrárias regionais; crescentes reivindicações do operariado, funcionários, camadas médias, jovens militares; etc.

A Revolução de 1930 seria, conforme Boris Fausto, “... a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares.”<sup>26</sup> Seguindo a mesma vertente, o golpe de Estado militar de 1937, que inaugurou a Ditadura do Estado Novo, mostrou a incapacidade de uma das frações da classe dominante de aglutinar em torno de si e de seus projetos uma ampla maioria. A subordinação dos poderes regionais a um poder central (centralizando politicamente) marcou a construção do Estado Moderno no Brasil, sob o “cesarismo” de Getúlio Vargas. O recurso à coerção se faria mais “necessário” que o convencimento.

A ampliação do Estado corresponderia, conforme Gramsci, a uma complexificação da sociedade civil, campo onde se daria a disputa de hegemonia. Sendo assim, as superestruturas da sociedade civil seriam como o sistema de trincheiras na guerra moderna.<sup>27</sup> A “guerra de posições” no período 45-64 evidenciava também a crise de hegemonia ainda sem solução. Todos os grupos em disputa participavam direta ou indiretamente do poder, mas nenhum possuía a hegemonia. Isto ficaria nítido no golpe de Estado civil-militar de 1964, que embora perpetrado pela aliança entre militares, empresários nacionais e multinacionais, significava a impossibilidade de democracia, ou a coerção, novamente, acima do consenso (o que não significa que não houve ampliação do Estado, pois houve, só que seletiva). Golpe que não resolveu a crise de hegemonia, pelo contrário, ela parecia mais vigorosa ao final do período ditatorial, com a chamada “Nova República” tutelada pelos militares. Poder-se-ia afirmar que no Brasil prevaleceu uma “sociedade oriental”, de um Estado poderoso e sociedade inconsistente? Ou

---

<sup>26</sup> FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1976, p.103.

<sup>27</sup> GRAMSCI, Antonio. “*Breves notas sobre a política de Maquiavel*”. In: *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, v. 3, p. 73.

prevaleceu a dualidade de elementos que possam caracterizar uma sociedade oriental, nos termos de Gramsci, ao mesmo tempo em que a modernização e a complexificação da sociedade civil apontam para um processo de ocidentalização? Acreditamos que a segunda possibilidade seja mais plausível.

Voltando à Revolução de 1930, esta veio a desatar o nó da questão: o Estado brasileiro passou a ter condições de ser investidor, planejador e empresário, calçado pela ideologia do nacionalismo e da defesa nacional, que apresentou os interesses industriais como sendo os interesses nacionais, fruto da aliança entre a burocracia governamental (forças armadas, tecnocratas, funcionários públicos), a burguesia industrial e oligarquias não vinculadas ao café.

Podemos então, em concordância com Graciolli, entendê-la como uma transição conservadora, pois ocorre com a preservação de interesses latifundiários, alavancamento da burguesia industrial, não participação das classes populares e utilização do aparelho repressivo do Estado. E o Estado “revolucionário” do pós-30 como fruto de um processo que, em que pese suas especificidades, pode ser sintetizado nos conceitos elaborados por Lênin, de “reformismo pelo alto” ou “via prussiana” ou de Gramsci, “revolução-restauração” e “revolução passiva”.<sup>28</sup>

A ditadura do Estado-Novo, implantada em 1937, intensificou a repressão política assim como a estruturação econômica. A política varguista, para além desta estruturação, incluía um projeto de legislação trabalhista, a normatização do mercado de trabalho e o cerceamento ao movimento dos trabalhadores, tentando, portanto, dar conta das decisões das políticas que o Estado iria adotar, pelas “Comissões Técnicas”, formadas por militares, técnicos e engenheiros.

Seguindo a cronologia, pode-se afirmar que, na passagem para os anos 40, o Brasil continuava com o “problema siderúrgico”: as empresas nacionais e/ou aqui instaladas estavam longe de suprir o que era considerado suficiente.

Da participação de militares na política de substituição de importações, destaca-se a figura do General Edmundo de Macedo Soares Silva, que já mantinha contato com a *U. S. Steel*, grande produtora estadunidense de aço. Com a entrada dos EUA na guerra e a conseqüente adoção de uma “economia de guerra”, os investimentos que porventura fariam foram adiados, incluindo no Brasil. Getúlio Vargas, em um fato já bastante discutido pela historiografia, pressiona os EUA abrindo conversações com os alemães

---

<sup>28</sup> GRACIOLLI, Edílson. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia, Edufu, 1997, p. 20.

para o financiamento da construção da usina siderúrgica. Os estadunidenses cederam e através do Eximbank liberaram o empréstimo para aquisição de máquinas. Mas permanecia a indefinição do governo brasileiro frente à guerra, o que preocupava os EUA. Com o episódio de Pearl Harbor o governo Vargas rompe com o Eixo, o que veio a facilitar as negociações com os EUA. Conseguiram-se então mais créditos para a construção da usina mediante uma cooperação militar onde acertava-se que os EUA poderiam usar bases brasileiras no Nordeste e poder-se-ia fornecer matérias-primas brasileiras aos EUA.

Pois é nesse contexto teórico-histórico que tentaremos a intelexção da construção da CSN e da formação da mão-de-obra para sua operação. A construção de uma usina siderúrgica numa área predominantemente rural do município de Barra Mansa (a Fazenda de Santo Antônio da Volta Redonda, que tinha esse nome graças à volta que o Rio Paraíba do Sul faz na região, mudando sua direção), que já possuía uma siderúrgica e uma metalúrgica, ambas de pequeno porte, tinha como argumentos a facilidade de transporte para a região, a localização entre os dois principais mercados consumidores (Rio e São Paulo), a questão da segurança militar (afastada do litoral) e a facilidade de obtenção de matérias-primas. Esse último aspecto é discutível, já que técnicos também afirmam que o mais próximo do ideal seria a instalação da usina junto às fontes de matérias-primas, como foi feito com as posteriores Usiminas e Açominas, ambas em Minas Gerais.

Em um contexto de guerra imperialista entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista, disputando a influência sobre o Brasil, cabe ressaltar que a preocupação com a “segurança nacional” informou o esforço industrializante. Conforme Tronca, cabe problematizar o que se entende por segurança nacional, posto que não havia, por parte das lideranças militares no Brasil, a preocupação ou proposta de se prover o país de uma indústria de base. O interesse real dos militares dizia respeito às disputas no interior do aparelho de Estado brasileiro, onde o Exército, para ter mais espaço político, buscava sua modernização, a fim de obter também o controle militar interno.<sup>29</sup> A questão siderúrgica estava inserida, portanto, também numa questão de disputa de hegemonia interna.

---

<sup>29</sup> TRONCA, Ítalo. *O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III, Unidade 3 (Sociedade e política - 1930/1964), capít. VII. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p. 341.

Mas um outro fator pesou tanto quanto os outros: o apadrinhamento político de Getúlio Vargas a seu genro, o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, também agraciado com a Cia. Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores. Esse pitoresco traço da política brasileira não pode, no entanto, ofuscar a dimensão do empreendimento estatal.

Com essas determinações, foi necessário construir não apenas uma usina siderúrgica, mas uma cidade para atendê-la, em um projeto que pode ser definido como de uma “company-town”:

*“...cidades ou regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, de um lado suprir com razoável grau de garantia as necessidades de força de trabalho, através da fixação desta pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento... em praticamente toda a história da CSN, havia um poder quase ilimitado de disciplina dos encarregados e supervisores dentro das seções”*.<sup>30</sup>

A citação nos permite fazer referência ao estudo de Lopes intitulado “A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés”. Na cidade de Paulista (PE), onde funciona a companhia de tecidos de mesmo nome, o autor aponta para o “caso-limite” que mostra “aspectos importantes deste padrão específico de dominação das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera de produção”, ou seja, ao “controle material da esfera da própria reprodução da força de trabalho”, que com “obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores”.<sup>31</sup>

No caso da CSN, a empresa policiava o acampamento das obras e posteriormente os bairros operários, atuando até em brigas de vizinhos; fornecia assistência médico-odontológica; cuidava dos serviços urbanos em geral; fornecia treinamento específico para o trabalho na fábrica e/ou na Escola Técnica Pandiá Calógeras, de sua propriedade. A repressão era o lado mais visível da política da companhia, em paralelo à prática supostamente assistencialista, visando o fortalecimento da ideologia da CSN-mãe:

---

<sup>30</sup> GRACIOLLI, E. Op. cit., p. 20

<sup>31</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo, Marco Zero e Universidade de Brasília, 1988, p.16

*“(...) Sabe o que era a fila do osso? É, comprava o boi, desossava, tirava toda a carne, eles não tinham o que fazer com aquela ossaria. A carne pra fazer sopa, pra fazer comida pra peãozada, as partes melhores iam pro Hotel Bela Vista, pros engenheiros (...) as carnes de segunda, de terceira, de quarta, de quinta, ia pra peãozada, pra arigozada (...) Toda semana tinha a fila do osso (...) ia com umas bacias, umas latas, ficava assim um guarda da CSN só cutucando (...) rapaz um fedor de carniça insuportável, e aquela molecada, aqueles homens, crianças, tudo passando assim com aquelas latas, e aquilo ia enchendo, colocando osso, carne desossada, não, osso descarneado (...) Minha mãe ia no tanque, eu via, ia lavando aqueles ossos, e aquilo ficava cozinhando na panela, no caldeirão, no quintal, fazia com tijolinho assim, botava fogo, aquilo ficava cozinhando o dia inteiro pra tirar todo o gosto daquele osso e jogar aquele macarrão goela de pato meio cinzento, macarrões horrorosos (...) Aquilo era nossa janta, depois no outro dia era almoço (...) mas não tô falando nem com sentimento de raiva, era assim, era o tempo, o tempo era esse, não tinha ninguém que passava melhor não, era dali pra pior (...) Meu pai sempre dentro da CSN era revoltado com certos tipos de atitude que ele via (...) o chefe se ele ficasse, tivesse um problema contigo, ele não resolvia contigo, ele chamava a guarda pra te levar, te dar porrada, te intimidar, porque a guarda da CSN era guarda armada (...) era uma guarda patrimonial mas tinha o poder de ‘teje’ preso...”<sup>32</sup>*

Em relação às moradias fornecidas pela empresa, o aluguel era deduzido diretamente dos salários e o valor era inferior aos do mercado imobiliário. O padrão de construção das casas e sua localização reproduziam a hierarquia presente no interior da empresa: o luxuoso Hotel Bela Vista, de quatro estrelas, por exigência dos técnicos e engenheiros estadunidenses; casas também luxuosas para os diretores no Bairro Laranjal; boas casas para engenheiros e técnicos nos bairros Bela Vista e Vila Santa Cecília; pequenas e geminadas casas ou “balancinhos” (dois andares) nos bairros Sessenta e Conforto para os operários de baixa qualificação.

Porém, os sete tipos de casas não foram suficientes, e a partir da década de 60 muitos operários e imigrantes foram residir na “cidade velha”, ou “do lado de lá do Paraíba”, região hoje conhecida como o bairro Retiro e adjacências (por sinal o maior da cidade). Esta parte, que não foi fruto do planejamento urbanístico, mais desprovida

---

<sup>32</sup> Entrevista com Isaque Fonseca, realizada pelo autor em 04/02/2009. Arquivo de voz nº 01, de 00:11:10 a 00:15:27.

de recursos/serviços urbanos, sofre a agravante da poluição atmosférica, já que o regime de ventos predomina em direção àquela região. A venda das casas, feita pela administradora CECISA (de Santa Cecília Imóveis, propriedade da CSN), quando mais tarde a CSN se desfaz do modelo de cidade-companhia, foi um problema, pois os preços, bem acima da capacidade salarial dos operários, proporcionaram a compra pela classe média. Os operários se afastavam das proximidades da usina, e a área “nobre” (porque planejada e dotada de serviços urbanos e vigilância), não lhe era possibilitada.<sup>33</sup>

Os primeiros operários que afluíram para a região, os “arigós”, vieram do interior dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que a maior parte (cerca de 78%) é proveniente da Zona da Mata Mineira. O recrutamento se deu através de propagandas do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) no programa A Voz do Brasil, onde se oferecia a dispensa do serviço militar; e através de agenciadores nestas regiões. O arigó é um pássaro de “arribação”, ou seja, que vai e não volta, como os primeiros operários que na região se estabeleceram.<sup>34</sup>

A concessão das moradias contribuiu muito para alimentar a imagem da “CSN-mãe” no mundo do trabalho que ali se formava, e à inexperiência e heterogeneidade étnico-cultural da mão-de-obra a empresa respondia com rigidez disciplinar na lógica do Estado tutor da sociedade. Portanto, para pertencer à “família siderúrgica” era necessário, além de um verdadeiro ritual de admissão (aprendizado do novo no próprio ambiente de trabalho), ter consciência de seus deveres e se adequar aos padrões de industrialização exigidos pelo Estado. Isto, no limite, se assemelhava a servir às Forças Armadas, imposição ideológica que se legitimava no período de guerra. Podemos dizer então que o início das operações na CSN se deu com uma concepção militarizada e militarizante do trabalho. São fartos os registros dos operários da CSN desfilando de forma semelhante às paradas militares, no Estádio de São Januário (Rio), ostentando mensagens de louvação à “família siderúrgica”.

Outro fato, que era a estabilidade no emprego na recém-criada estatal, trabalhada ideologicamente como uma suposta “cidadania diferenciada”, somado à noção da CSN-mãe citada acima, nos permite afirmar que seria um prolongamento da idéia do Estado Varguista “pai dos pobres”, visão que “camuflava” a exploração sofrida na siderúrgica.

---

<sup>33</sup> FONTES, Ângela M. M. & LAMARÃO, Sérgio T. de N. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* Niterói, Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 4, set/dez 1986, p. 21.

<sup>34</sup> VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes, 1990, p. 14.

O “Estado-patrão”, portanto, apelava para o patriotismo como forma de alterar a percepção da exploração e reforçar o sentimento de brasilidade, mascarando o fato de que tais empresas como a CSN eram centros de produção de mais-valia. Explica-se assim o fato dos operários terem “saudades” deste tempo mesmo reconhecendo que eram muito explorados.<sup>35</sup>

Os fatores citados na relação da empresa/Estado com a mão-de-obra (disciplina militarizada; concessão de casas; aprendizado no local de trabalho; ideologias da CSN-mãe e família siderúrgica) e da origem da classe operária (maioria proveniente do campo) explicariam a ausência de lutas sindicais até os anos 50? Explicariam a ausência de greves até os anos 80, se não levarmos em conta a paralisação em 1964 contra a deposição de João Goulart?<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 80-81.

<sup>36</sup> O trabalho de Bedê apresenta discussão sobre a ocorrência de uma greve contra o Golpe Militar em 01 de abril de 1964, que foi “apagada” pela memória oficial, dos vencedores, e negligenciada pelos pesquisadores, presos ao enquadramento da memória. In: BEDÊ, Edgar D. A. T. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em Educação, p. 325.

## 1.2. O sindicalismo chamado de “populista”.

O modelo implantado pelo Estado brasileiro no caso da CSN já apresentava dificuldades na década de 50, pois ele se configurava numa contradição: a empresa era um instrumento da política econômica do governo e ao mesmo tempo fator de capitalização da iniciativa privada. A experiência mostrou que ser uma unidade produtiva capitalista e ao mesmo tempo instrumento de política econômica, implicou em desequilíbrio financeiro. O general Edmundo de Macedo Soares Silva, figura expressiva da administração da empresa (hoje nome de escola e centro cultural na cidade, figura fácil nas listas de Dreifuss sobre a tecnoburocracia<sup>37</sup>), diagnosticou a crise em 1957 e receitou o seguinte remédio: “adiar despesas, economizar gastos e aumentar a produtividade”.<sup>38</sup>

As despesas adiadas referiam-se à manutenção e ampliação de equipamentos, negligência que será acentuada se somarmos, na busca de maior produtividade, as novas racionalizações impostas a partir da década de 60, problema que se mostraria grave nos anos 80. Também nos anos 60, mais especificamente no ano de 1968, os salários dos operários da CSN, que eram melhores que os das empresas privadas, também foram arrojados, evidência daquilo a que se propunha a Ditadura Militar.

Quanto às novas racionalizações referidas acima, podemos citar a instituição de prêmios para a produção e frequência dos operários; a introdução de uma legítima cronometragem taylorista das etapas de trabalho; o aumento do número de horas-extras; uma maior separação entre os serviços dos planejadores e dos executores; maior valorização do ensino formal; formação diferenciada para gerentes, mestres e encarregados; etc. Estas medidas eram aplicadas sob um discurso que visava obter a adesão dos funcionários, mas o que mais se obteve foi sua insatisfação.

Pode-se dizer, como no trabalho de Lopes, que a empresa precisou abrir “uma guerra à própria cultura fabril dos trabalhadores comuns”,<sup>39</sup> cultura que era tolerada e até promovida quando ainda se constituía como interesse da Cia., quando o “status” de trabalhador de estatal ainda importava para arregimentar e disciplinar o operariado.

A CSN também tentou racionalizar o sistema de promoções (que já era fonte de insatisfação dos trabalhadores), mas o peso das preferências pessoais, fruto do

---

<sup>37</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 103.

<sup>38</sup> GRACIOLLI, E., op. cit., p. 34

<sup>39</sup> LOPES, J. S. L., op. cit., p. 281

despotismo das chefias, inviabilizou o sucesso da empreitada, pois como analisou Mangabeira, “a organização do trabalho nas seções, assim como os direitos e deveres dos trabalhadores, geralmente eram decididos de modo pessoal e direto pela gerência.”<sup>40</sup> Medidas mais impessoais e burocráticas para recrutamento, seleção e promoção só vieram a ser adotadas efetivamente em fins dos anos 80, quando o quadro profissional já era distorcidíssimo.

A situação financeira da empresa, difícil, sofreu um agravante quando o preço do aço passou a sofrer maior controle por pressão de consumidores privados e intensificou-se a concorrência com a Usiminas e Cosipa: a crise se cristalizou. A Ditadura civil-militar e sua conseqüente brutalidade se manifestaram também na mudança da relação da CSN para com seus empregados e a cidade quando, em 1967, as casas foram vendidas e a prefeitura passou a cuidar dos serviços urbanos, ou seja, encerrava-se a experiência de “company-town”.

Sintomaticamente, a partir de meados dos anos 50 aumentou a participação do Sindicato dos Metalúrgicos e a movimentação política dos trabalhadores, que se colocaram para além do espaço fabril, interferindo em questões urbanas. A primeira geração de operários da CSN (que poderia ser compreendida entre 1941 e início dos anos 70) esteve demasiadamente exposta à ideologia da “família siderúrgica”, no plano do disciplinamento.

A ausência de greves não quer dizer ausência de lutas, pois outras formas de resistência foram experimentadas. A consciência de ser um arigó acabou por homogeneizar o universo cultural destes primeiros operários. Esta possível unidade ideológica pôde ser verificada no encaminhamento das lutas para que a CSN reconhecesse ou ampliasse direitos inscritos na CLT, o que pode ser entendido como uma conseqüência inesperada da política corporativista, acabando por criar as bases para uma noção de direitos, pois os militantes e sindicalistas, apesar de “afogados em leis”, estavam “famintos por justiça”, e impuseram a luta pelo cumprimento da lei.<sup>41</sup> À medida que foi ruindo o modelo de *company-town*, aumentaram as reclamações do Sindicato, que atingiram seu ápice nos anos 60, período em que se cogitou até a greve, como na gestão sindical de Lima Neto em 1962. A greve não ocorreu em função da antecipação de João Goulart, que concedeu os 50% de reajuste pleiteados.

---

<sup>40</sup> MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993, p. 71.

<sup>41</sup> FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 72.

As principais correntes que concorriam no movimento sindical do período eram os petebistas, os comunistas e os militantes católicos. Através dos Círculos Operários a Igreja Católica teve presença importante na formação e organização do operariado da CSN. Mas conforme o bispo da Diocese da região, D. Waldir Calheiros (exponente da Teologia da Libertação), os novos militantes católicos distanciaram-se do circulismo devido à postura deste de certa obediência ao regime, movimento que guarda paralelo com a “nova” geração de operários da CSN.<sup>42</sup>

Importante registrar que no ano de 1962 a empresa passou por uma política de modernização conhecida como “Plano de Expansão D”, que visava: a racionalização do sistema administrativo da empresa; alterações na composição da força de trabalho, criando a divisão entre trabalhadores estratégicos e periféricos; e a redução do número de empregados. A “modernização” gerou terceirização, já que as atividades externas à produção do aço passaram para empresas subcontratadas, propiciando segmentos salariais diferentes. A intenção da empresa de acabar com o “status” de trabalhador de estatal favoreceu a criação de um “mercado de trabalhadores periféricos”, devido ao estabelecimento de várias empresas com esse fim, ao mesmo tempo em que gerou um efeito colateral, a saber: a mudança na identidade dos trabalhadores, que se homogeneizavam a partir de então como peões metalúrgicos, peões como os outros trabalhadores do país, distanciando-se daqueles da primeira geração da CSN.

A piora das condições de trabalho, a permanência do despotismo da gerência e a diferenciação estabelecida entre os trabalhadores fizeram a situação tornar-se mais conflituosa. O comunista Nestor Lima Neto (cujo sobrenome sugere uma ironia do destino se o compararmos ao famigerado Procópio Lima Neto, executor da privatização da CSN), peão da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), foi eleito presidente do Sindicato em 1962 numa chapa hegemônica pelos petebistas. Mesmo assim foi o mais representativo até então.

Mesmo com uma postura mais combativa, essa gestão não conseguiu superar as ambigüidades oriundas da defesa da CSN enquanto estatal e da subordinação ao sindicalismo oficial e à ideologia populista, problema que se dava, país afora, com o chamado “sindicalismo populista”, arrastado junto com o populismo para o massacre no golpe de 1964.

---

<sup>42</sup> MOREL, Regina L. de M. *A ferro e fogo. Construção e crise da Família Siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, 1989, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. *Apud* GRACIOLLI, E., op. cit., p. 52.

A estrutura sindical corporativista, fonte de tantos problemas, havia sido em grande parte absorvida, até mesmo pelos comunistas, que optavam por privilegiar uma ação em canais no interior do Estado visando as reformas sociais que consideravam importantes. A este tipo de atuação Weffort caracterizou como “sindicalismo populista”. Entre as suas limitações, poderíamos citar: a inconsistência organizatória e o “cupulismo” levando a um afastamento das lideranças de suas bases e a um negligenciamento para com as organizações nos locais de trabalho; o descompasso entre as demandas políticas gerais e as que emanavam do cotidiano fabril, teoricamente mais potencialmente mobilizadoras; a concentração do poder de mobilização em empresas estatais (ferroviários, marítimos e portuários), o mesmo não se dando nos setores de ponta da economia e nas empresas privadas; o privilegiamento do Estado enquanto interlocutor ou espaço a ser conquistado, “secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho”.<sup>43</sup>

Poderíamos dizer, ainda tentando explicar o suposto “fracasso” do movimento operário frente ao golpe que, além do peso da estrutura e de possíveis opções políticas das lideranças, deve-se dar maior atenção ao papel da repressão ao movimento sindical. Embora tentem naturalizar a repressão, no sentido de já ter ocorrido o semelhante em vários locais e épocas da História, nunca é demais lembrar a eficiência generalizante da repressão militar. Lideranças sindicais presas, e não apenas os líderes. Prisões seguidas de torturas e também desaparecimentos. Sedes de sindicatos depredadas, vigilância reforçada nos locais de trabalho e de moradia, forte campanha ideológica, etc. O potencial desmobilizador da ferocidade repressiva é visível.

Num segundo aspecto concordamos com Weffort no tocante à imbricação entre o populismo e o chamado “sindicalismo populista”. Expressões de um mesmo panorama, é razoável afirmar que o destino dos dois estava selado. O desprivilegiamento das lutas diretas entre capital e trabalho (o que não quer dizer quer não existiram); o “tomar-para-si” as propostas nacionalistas e reformistas; a aliança entre o movimento sindical e o projeto político populista imporiam limites à atuação do movimento operário, tornando-o (nem que esse aspecto da análise se refira apenas ao papel das lideranças) dependentes da concretização (ou não) dos projetos populistas.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> WEFFORT, Francisco. *Apud* MATTOS, Marcelo B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998, p. 58.

<sup>44</sup> WEFFORT, Francisco. “*Origens do sindicalismo populista no Brasil – a conjuntura do pós-guerra*”. In: Estudos Cebrap, n° 4, São Paulo, Cebrap, abril – junho, 1973, p. 67.

E, um terceiro ponto a ser considerado se refere à greve geral convocada pelo CGT contra o golpe militar. Conforme os estudos de Marcelo B. Mattos, no Rio de Janeiro, epicentro da crise do populismo, houve greves, a despeito das considerações negativas sobre a participação dos trabalhadores nesta convocação. Volta Redonda exemplifica isto. Como diz o autor:

*“Mais que isso, que as lideranças do CGT dispunham de diversos canais de acesso às autoridades civis e militares da República e tudo fizeram para por a funcionar o ‘dispositivo’ de resistência militar, no qual tinham depositado suas fichas”.*<sup>45</sup>

Portanto, havia leitura prévia por parte dos sindicalistas sobre a radicalidade do golpe. Também da necessidade de utilização de efetivos militares fiéis ao regime que, somados à greve geral, deteriam a manobra golpista. Como se sabe, esses efetivos não foram convocados e a resistência operária não foi suficiente no momento decisivo.

Para além desta convocatória de greve geral, para além dos impasses do chamado sindicalismo “populista”, estavam as próprias contradições do populismo, regime político que tentou em vão conciliar os conflitos entre o capital e o trabalho – a luta de classes – no interior do Estado, como se fossem menores que a questão nacional e seu desenvolvimento.

### 1.3. Ditadura civil-militar: sindicatos?

Teria sido “preventiva” a implantação da Ditadura civil-militar? Partilho das críticas de Moraes e Toledo ao revisionismo historiográfico que anda em moda, onde podem-se encontrar afirmativas de que todos eram golpistas no pré-64 (direita, esquerda, governo...), de que o “maximalismo” da esquerda teria contribuído para precipitar o golpe, etc.<sup>46</sup> Depreendo, por minha conta, que pela via do revisionismo dever-se-ia afirmar claramente que a esquerda é culpada do Brasil mergulhar no autoritarismo. Condenar a vítima, ou uma delas.

Mas as contribuições desses autores, em breves análises sobre a obra de Dreifuss (e em concordância com este), lembram veementemente que na veia golpista da burguesia brasileira associada e multinacional sempre passou o sangue da ação. Dá para localizá-la lá pelos anos 50. E mais, à exceção do caso Lott, os militares (ou pelo menos sua cúpula) sempre estiveram ao lado dos interesses burgueses golpistas. Porém, tendo a concordar com Fernandes na caracterização do golpe como uma contra-revolução preventiva.<sup>47</sup> Ora, a burguesia - de “orgulho ferido” com as sucessivas derrotas eleitorais da UDN, partido mais próximo de seu ideário; que se vê obrigada a apoiar a aventura Jânio; provavelmente possesora com o auto-golpe de Jânio; e que tenta impedir a posse de Jango, sendo derrotada – não teria motivos para radicalizar? Tento explicar: diante das mobilizações populares (com conquistas e possibilidade de reformas) e crise do populismo (de hegemonia), a burguesia multinacional associada temia por seus privilégios e propriedades, além de não ter o controle da estrutura política. Daí o golpe, depois de ser muito minuciosamente engendrado desde pelo menos 1961.<sup>48</sup>

O golpe de 64 pode ser considerado trágico para o movimento sindical do país assim como da região estudada: duas intervenções, prisões e torturas de diretores do Sindicato; fazendo emergir o caráter governista da entidade, que segue o mesmo caminho do restante do país, aplicando uma política assistencialista. A presença militar foi intensificada com a doação, por parte da CSN, de casas para os sargentos e oficiais

---

<sup>46</sup> MORAES, João Quartim de. *O efeito desmistificador de “A Conquista do Estado” na análise das bases sociais da contra-revolução*. Dossiê Dreifuss, n° 01, junho/dezembro, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de. *A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964*. Dossiê Dreifuss, n° 01, junho/dezembro, 2006.

<sup>47</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, p. 368.

<sup>48</sup> DREIFUSS, R. A. Op. cit., pp. 136-143.

do Batalhão do Exército de Barra Mansa residirem em Volta Redonda, estreitando o contato com a direção da empresa.

Em 1974, um ano após o fim da intervenção no Sindicato, Valdemar Lustosa foi eleito presidente do órgão, com o apoio da Igreja Católica, ficando à frente do mesmo por três gestões consecutivas. O apoio religioso provinha do fato dele ser um católico praticante. Mas a mesma postura afinada com o regime que o manteve no cargo até 1983 fez afastar os setores da Igreja vinculados à Teologia da Libertação, incluído Dom Waldir Calheiros. Embora “pelego”, sua atuação em conjunto com a empresa tinha o cuidado de garantir alguma legitimidade à sua gestão, o que era obtido através da exploração do assistencialismo, da distribuição de convites para festas, da concessão de cartões de consulta médico-odontológica, etc.

Voltando à questão da suposta ausência de greves na CSN até 1984, Mangabeira e Morel explicaram o processo através da gestão corporativo-paternalista da empresa somada à repressão no ambiente de trabalho e ao disciplinamento no espaço extra-fábrica, como moderadores da mobilização. Em concordância com Graciolli, não devemos buscar uma única causa para a ausência da greve como instrumento de luta. Além dos fatores elencados pelas autoras, deve-se somar o atrelamento dos sindicalistas ao sindicalismo oficial e às políticas implementadas pelos governos; o papel desorganizador da estrutura sindical no sentido do proposto por Boito Jr.; e a opção pela utilização da Justiça do Trabalho enquanto forma de ação.<sup>49</sup> E a ausência de greves não quer dizer, em absoluto, ausência de lutas e ou de direções combativas.

Importa ressaltar, tentando ajudar no problema citado anteriormente, embora possa parecer repetitivo, a dureza repressiva da Ditadura Militar. As lideranças sindicais foram vítimas de primeira hora da sanha autoritária das forças conservadoras.

A ruptura do pacto populista abriu espaço para um período que na sua origem trabalhava com a exclusão dos setores populares. No plano econômico, a aliança entre militares e empresariado faz afirmar a hegemonia do grande capital numa política econômica concentradora de renda e internacionalizante.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> MANGABEIRA, W., op. cit., p. 75  
GRACIOLLI, E., op. cit., p. 61  
BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 46.

<sup>50</sup> MENDONÇA, Sônia R. de & FONTES, Virgínia M. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. São Paulo, Ática, 1996, p.31.

A aceleração no processo de desenvolvimento industrial – o “milagre econômico” – encontrava suas graças numa clara política de arrocho salarial. Cerceada a mobilização sindical, os trabalhadores viam-se, em grande medida, impedidos de questionar os novos mecanismos de arrocho. A compressão salarial dos trabalhadores durante a ditadura militar foi alicerce básico dos novos patamares de concentração do capital e da renda no período, aliado ao tratamento diferenciado dado às empresas multinacionais.

Esse modelo, protegido pela forte repressão e campanha ideológica, encontrou seus próprios limites. O Estado autoritário se viu às voltas com os até então inacreditáveis índices das dívidas externa e interna brasileiras. Seu papel estratégico para a economia, onde, além de privilegiar as multinacionais, também era o responsável pelo investimento global na economia (tanto produzindo quanto gerindo as finanças), levou-o ao impasse de não poder mais parar de emitir moeda e contrair empréstimos.<sup>51</sup> Cabia então saber onde explodiria a bomba-relógio, qual segmento do bloco no poder amargaria o ônus. Um dos setores, como se sabe, que teve que arcar com as conseqüências deste modelo foi o das empresas estatais. Apesar dos maciços investimentos do Estado nestas empresas, no discurso nacional-desenvolvimentista, vultosos empréstimos foram contraídos em nome delas, que podiam ainda, digamos, “fiar” os investimentos. Sabe-se que muitos desses recursos não ficaram necessariamente nestas empresas, sendo usados em parte para o equilíbrio governamental de contas.

Neste contexto, em que pese a crise econômica, assistiu-se a um crescimento e diversificação da atividade industrial brasileira, e, em conseqüência, o crescimento do número de sindicalizados, mesmo sendo esse número ainda pequeno diante do total de trabalhadores. E por dentro da crise econômica reapareceram as questões ainda pendentes, como a da compressão salarial, fazendo ressurgir no cenário a atividade sindical contestatória, bem como outros setores do movimento social organizado. Estavam dadas as condições para que a legitimidade do regime entrasse em crise. E no final da década de 70, surgiu o movimento conhecido como o “novo sindicalismo”.

Antes disso, é preciso registrar que os governos ditatoriais se utilizaram amplamente dos dispositivos que lhes permitiam a estrutura sindical corporativa para

---

<sup>51</sup>

Idem, *ibidem*, p. 64.

tutelar o movimento sindical. Após 1968 (greves de Contagem e Osasco), firmou-se a tendência de um sindicalismo “conformado” de fato, de cunho assistencialista.

E como ficava o chão-de-fábrica dos operários da CSN neste contexto? Danos à saúde; potencial de perigo; excesso de horas-extras obtidas sob coação; turnos de revezamento: as condições de trabalho continuavam ruins e, a partir de dados da própria CSN, com a implantação do Plano de Expansão D houve piora nas condições de trabalho, apesar da discussão a nível nacional sobre Medicina do Trabalho e da regulamentação da CLT sobre atividades perigosas. Os casos que exemplificam esse processo de piora foram a subcontratação sem a devida orientação para a segurança no trabalho e a construção de todo um novo maquinário paralelamente à produção regular de aço.

Resultado: recordes de acidentes de trabalho, inclusive letais. E o crescimento de um sentimento de indignação da mão-de-obra que antes tinha orgulho de usar o uniforme da CSN, que como afirmou Petrônio, ex-operário da FEM e ex-diretor do Sindicato, um de nossos entrevistados:

*“... sou do tempo em que a gente arranjava namorada por ser da CSN”<sup>52</sup>.*

A “CSN-mãe”, passava a tratar mal seus “filhos”, a ideologia se voltava contra ela. Em um contexto de autoritarismo e perseguições políticas. Toda dominação tem suas ambigüidades, e nos pontos frágeis desta dominação os trabalhadores romperam os controles e forjaram a reversão que lhes permitiu criar seus laços de autoproteção.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Entrevista com Petrônio Chiarelli, realizada por Danilo Caruso, em 2008.

<sup>53</sup> RAMALHO, J. R. Op. cit., p. 236.

## CAPÍTULO 2 - O “NOVO” SINDICALISMO

### 2.1. O “Novo Sindicalismo” no Brasil

As greves de Contagem e Osasco, em 1968, foram levadas em consideração pela Ditadura Civil-militar para o endurecimento posterior do regime. Gostaríamos de destacar que estas greves comportaram um elemento que contrariava a destruição das lideranças sindicais após o golpe de 64: elas foram organizadas pela base.<sup>54</sup>

Esta observação é válida para as chamadas “oposições sindicais”, que na década de 70, a despeito das gestões “pelegas” dos sindicatos da Ditadura, se propunham a ter uma atuação combativa e classista, assentada nas organizações por locais de trabalho, ou seja, a partir da base. Estas oposições, que na prática propunham a luta contra a estrutura sindical corporativista, foram reforçadas pelos grupos que, mais ao final da década, se autodenominavam “sindicalistas autênticos”.

Estes grupos privilegiavam a atuação por dentro da estrutura sindical, ou seja, cavando espaços e disputando as diretorias dos sindicatos oficiais, dadas as condições adversas das conjunturas política e econômica do período. Mesmo assim, as greves realizadas, com força e adesão surpreendentes, foram duramente reprimidas pela Ditadura: deposição de diretorias, cassação de líderes, prisões, etc.

Cabe lembrar que todo o potencial repressivo do regime e da estrutura sindical corporativista não foram suficientes para atemorizar a classe trabalhadora da região do ABC paulista, o que desencadeou uma onda grevista em todo o país, capitaneada pelo setor mais dinâmico e moderno do capitalismo brasileiro: as montadoras de automóveis.

Um certo grau de espontaneísmo nas primeiras ações explica-se pela postura “pelega” das direções sindicais, pela estrutura sindical impeditiva e pelo bloqueio do regime. A atuação dos “autênticos”, embora ainda minoritários nas direções, mas mais sensíveis às demandas do chão-de-fábrica, e por não terem vínculo direto com o sindicalismo do pré-64, obrigou muitos pelegos a se modernizarem/reciclarem, isto é, abrir mão das comodidades proporcionadas pela estrutura sindical.

A transição política “lenta, gradual e segura” imprimida pelos militares sentiu o tensionamento das mobilizações populares, com o “Novo Sindicalismo” à frente. Os trabalhadores se colocaram como os atores principais na luta pela democratização do

---

<sup>54</sup> WEFFORT, F. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968*. São Paulo, CEBRAP, 1972.

país, pois passaram a negar sua condição de cidadania desprestigiada, exigindo sua ampliação. Suas reivindicações, inicialmente de caráter econômico, e sua forma de encaminhá-las, colocavam contra a parede não só a política econômica da Ditadura, baseada no arrocho salarial, como a própria estrutura sindical. Os discursos de seus líderes atestavam isto quando defendiam a liberdade e autonomia sindicais (recusando o papel tutelar do Estado), e questionavam o imposto sindical compulsório e a unicidade sindical. Quanta diferença em relação à atuação da CUT hoje, cuja direção se “esqueceu” de combater o imposto sindical.

A mudança de regime político logo a seguir não alterou a dinâmica de crescimento do movimento sindical brasileiro, pelo contrário, o número de greves triplicou na segunda metade da década, ou “Nova República”. Os novos ares que circulavam pelo país faziam-se sentir nas grandes mobilizações pelas “Diretas Já”. O receio do bloco no poder ante o voto popular levou ao engodo da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, na base de Tancredo, pelo PMDB –histórico conciliador- ser capaz de evitar rupturas à esquerda e à direita, e Sarney, homem do “antigo regime”, no recém-formado PFL.

Podemos, como afirma Ricardo Antunes, caracterizar a década de 80 como sendo a década do Novo Sindicalismo, como atestam: o crescimento no número de greves a despeito das alianças conservadoras da Nova República, da tutela militar sobre a transição, da comoção em torno da morte de Tancredo, das veladas ameaças dos militares de restabelecer a “ordem” e do apoio popular ao Plano Cruzado I.

Esta caracterização também é reforçada pela ação do sindicalismo dos assalariados médios, funcionários públicos, setor de serviços; avanço do sindicalismo rural; surgimento do MST; efervescência dos movimentos de bairro e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) ligadas à Teologia da Libertação; formação das centrais sindicais, especialmente a CUT; consolidação da organização nas fábricas; aumento nos índices reais de sindicalização; etc.<sup>55</sup>

É no mínimo intrigante perceber que a riqueza de alterações na conjuntura está diretamente relacionada com a organização e mobilização das classes trabalhadoras no Brasil, expressão política obtida em curto espaço de tempo.

Especifiquemos um pouco as alterações experimentadas no mundo do trabalho em tempos de Novo Sindicalismo: elas se contrapunham às alterações porque passavam

---

<sup>55</sup> ANTUNES, Ricardo. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Campinas, Pontes, 1995, p.11.

os países de capitalismo avançado, como as mudanças no padrão de trabalho taylorista e fordista, “a criação de novas formas de gestão da força de trabalho, desconcentração da produção, flexibilização dos processos de produção, desregulação dos direitos sociais do trabalho, diminuição do contingente fabril, diminuição das taxas de sindicalização, predomínio de políticas defensivas, etc. Hoje, final da década de 90, assistimos à penetração dessas alterações anteriormente vividas nos países de capitalismo avançado, nos países do Terceiro mundo industrializado, e de forma bastante rápida”.<sup>56</sup>

Ricardo Antunes propõe uma divisão cronológica em três momentos principais: o biênio 78/79, onde a partir do ABC paulista lutou-se contra a superexploração do trabalho, o arrocho salarial, a legislação repressiva sobre a atividade sindical, o atrelamento dos sindicatos, lutas estas que ganharam dimensão nacional e tornaram-se políticas; o triênio 80-82, marcado pelo refluxo na atividade sindical devido a, segundo Antunes: derrota da greve do ABC de 1980, intensificação da recessão econômica e a nova política salarial do governo, que tinha como objetivo neutralizar a ação sindical ; e por fim o período de 83-90, onde realmente se pode perceber a novidade que representava o Novo Sindicalismo, visto que as mobilizações dos trabalhadores se diversificaram e intensificaram.

Na década do Novo Sindicalismo, movimento que para Antunes tem como definição sua origem em meados da década de 70 e que, “atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco, foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada”, podemos perceber, no início de sua periodização, um predomínio das greves do operariado industrial, e dentre estes os metalúrgicos contribuíram com 34,8% destas greves. Posteriormente, há um crescimento significativo de greves dos trabalhadores de base em serviços.

No campo das tendências apontadas pelo autor, podemos citar ainda que o número de jornadas não-trabalhadas dos assalariados médios suplantou o maior número de greves dos operários industriais. E que cresceu o número de greves por empresas em oposição às greves gerais de categorias, coincidindo com o surgimento do que viria a ser conhecido como o sindicalismo de resultados.

Muito interessante também a referência à “operação Vaca Brava”, mudança nos métodos de fazer greve que deixava os patrões sem saber qual seria a forma da

---

<sup>56</sup>

Idem, *ibidem*, p.11.

paralisação em suas empresas e quando ela seria atingida. Todas as deliberações eram frutos de assembleias massivas.

Ressurgiram nesta década as greves gerais de categorias, sendo as mais importantes a greve nacional dos bancários em 1985 e a dos professores universitários do ensino superior organizados na ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), em várias ocasiões, podendo ser citada a de 1985, quando entraram em greve 45.000 trabalhadores, pois a FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras) também participou do movimento. Outras categorias que também fizeram uso dessa forma de luta: portuários marítimos, médicos, professores secundários, trabalhadores rurais “bóias-frias”, previdenciários, entre outros.

E por falar em ressurgimento, na “década do Novo Sindicalismo” temos o uso de outro instrumento de luta, a greve geral. A primeira, em 21/07/83 foi deflagrada contra os decretos-lei que intensificavam o arrocho salarial. Em 1983, militares no poder, ainda. A greve foi marcada por muito confronto e presumem-se 3 milhões de grevistas no país. Em 12/12/86, ocorreu a segunda greve geral, agora organizada pela CUT e pela CGT, contra o engodo do Plano Cruzado, pois foi efetuado o descongelamento de preços poucos dias após as eleições de 15/11/86, que deram ampla votação aos candidatos do governo (PMDB-PFL). A CUT calculou em 25 milhões o número de grevistas (metade da PEA). No ABC a paralisação foi de 80%.

A terceira greve geral, de 20/08/87, também convocada pela CUT e pela CGT, teve expressão bem menor que a anterior. No ABC ela atinge 60% de paralisação na indústria. Em Volta Redonda foi forte, pois a CSN, comércio, transportes e escolas pararam, mas o Exército foi convocado para reprimir a greve e a CSN voltou a operar no final da tarde. Vale destacar a oposição de Luís Antônio de Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, a esta paralisação.

Já na greve geral de 14 e 15/03/89, a quarta paralisação, podemos afirmar a recuperação do movimento em relação à greve anterior. Exigia a recuperação das perdas salariais geradas pelos planos econômicos, e uma nova política econômica, favorável aos trabalhadores. Segundo as Centrais, 35 milhões de grevistas, a maior greve geral de nossa história, que paralisou “amplos setores da indústria, transportes, funcionalismo e

serviços em praticamente todas as capitais e principais cidades do país”.<sup>57</sup> Afirma-se ter sido esta greve um duro golpe no já combalido governo de José Sarney.

Em balanço, Antunes vai elencar os fatores que propiciaram o sucesso (ou fracasso) destas paralisações: crise e desgaste dos governos Figueiredo e Sarney e a importância da CUT como expressão de um nível de organização sindical prévio, que ao propor as demandas encontrava “eco social” para elas. Afirma ainda serem

*“mescla entre ação demonstrativa com a finalidade de derrubar o arrocho salarial... configuram-se também como greves de protesto... forçaram revisões nos projetos de políticas salariais tentados pelo governo”*.<sup>58</sup>

Na esteira da “forma de ser das greves”, devemos citar as greves com ocupação de fábricas. Essas greves, que demonstravam uma ação mais ofensiva dos trabalhadores, ocorreram: na GM de São José dos Campos, que durou 28 dias entre abril e maio de 1985, e que foi duramente reprimida; na Ford de S. Bernardo do Campo em 23/11/81, com claros contornos políticos (contra a prisão de Lula e outros dirigentes enquadrados na Lei de Segurança Nacional); nas siderúrgicas Mannesmann e Belgo Mineira, em Contagem, em março de 1989, onde os grevistas ameaçavam destruir as fábricas em caso de confronto com a polícia; e a greve de novembro de 1988 na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, onde há o confronto entre os grevistas e o exército, resultando em três operários assassinados. Esta greve, conforme Antunes, era uma greve de cobrança: readmissão dos demitidos em outras greves (conforme a nova Constituição), implantação do turno de 6 horas (idem), reposição da unidade de referência de preços (URP) do Plano Bresser, de 1987. Durou 16 dias e combinou espontaneísmo da base operária, força das comissões de fábrica e organização sindical, além do apoio dos movimentos sociais de Volta Redonda.

As greves com ocupação de fábrica expressavam, nesta ação bastante ofensiva, a luta “contra a opressão fabril, a superexploração do trabalho, a militarização das greves, feitas durante o regime militar e com a Nova República Tutelada”.<sup>59</sup>

O autor considera então que o movimento sindical se impôs como o único interlocutor dos assalariados em âmbito nacional.

---

<sup>57</sup> JORNAL DA CUT, Março de 1989.

<sup>58</sup> ANTUNES, R. Op. cit., p.22.

<sup>59</sup> Idem, ibidem, p.22.

Um dos aspectos mais interessantes da análise de Antunes diz respeito à luta do trabalhador brasileiro pela sua sobrevivência na especificidade de selvageria do capitalismo brasileiro. A degradação salarial e a superexploração do trabalho levaram o movimento a centrar fogo nestas questões. Porém, isto é mais agudo no caso brasileiro, porque abrir mão da luta econômica significava o fim do movimento sindical, mas por outro lado a intensidade desta luta fez esgotar a ação, embora esta ação, mesmo grandiosa, não tenha se dado por uma questão de ordem maior que a meramente salarial. Vale a citação:

*“como há uma tendência incessante do capital em diminuir o quantum referente à reprodução da força de trabalho, foi absolutamente inevitável que as greves da década de oitenta tivessem uma enorme centralidade nas ações econômicas, salariais.”*

E, continuando o autor:

*“todos estes eventos... tiveram uma certa transcendência da ação meramente salarial. Isso porque, em suas ações reivindicatórias, feriam em alguma medida, um dos pilares fundantes do capitalismo brasileiro, dado pela política salarial arrochante... Na concretude grevista dos anos oitenta, a enorme onda grevista teve como objetivo norteador a quebra das leis do arrocho. Este elo unificava os distintos e diferentes movimentos, dando-lhes uma força social de compulsão geral, que transcendia a sua causação primeira, de luta econômica strictu sensu e dava-lhe uma dimensão política”*.<sup>60</sup>

Quando o autor se debruça sobre a questão da ação espontânea dos atores envolvidos nas ações grevistas, acaba por concluir que no início de sua periodização houve um oscilar entre o espontaneísmo, que se dá inicialmente, e as ações dirigidas. Ao longo da década, com o avanço sindical, aumenta a presença da organização, preparação e sustentação das greves.

---

<sup>60</sup>

Idem, ibidem, p.25.

## 2.2. A Formação das Centrais

Ao falar em organização das greves, não podemos saltar a experiência de formação das Centrais Sindicais, necessidade do movimento. Do início do século à década de 80, era necessária a existência de um organismo que unificasse os trabalhadores a nível nacional, no campo e na cidade. Foi a partir da “confluência de ações muitas vezes díspares” que se realizou, em agosto de 1981, a I CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras), na Praia Grande, em São Paulo. Os 5036 delegados expressavam a diversidade bastante significativa do universo do trabalho brasileiro. Neste encontro, duas tendências sobressaíram: os sindicalistas autênticos e as oposições sindicais, que já citamos. Num primeiro momento, mais próximos aos autênticos, ficaram os sindicalistas vinculados à esquerda tradicional, especialmente ao PCB e alguns pelegos que buscavam modernizar-se. Mais próximos às Oposições Sindicais, ficavam ex-militantes de outras organizações de esquerda e os membros da esquerda católica.

Dessa mistura, em que pesem as diferenças, surgiu a proposta de criação da CUT, reforçada pela importante participação do proletariado rural e dos pequenos proprietários expulsos da terra, muito embora não vinculados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), que neste momento estava fora do campo político da CUT. A polarização que se configurou no I CONCLAT traria conseqüências: de um lado os novos sindicalistas e as oposições sindicais defendendo um sindicalismo classista e combativo, de outro os que defendiam um perfil mais conciliador e moderado, a chamada Unidade Sindical (pelegos modernizados, como Joaquinção; esquerda tradicional, como o PCB, MR-8 e também o PC do B; a CONTAG na figura de seu presidente).

Agarrando-se a polêmicas em torno de questões técnicas, como os critérios para eleições de delegados, mas percebendo a possibilidade de derrota no I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, que realizou-se em 1982, a Unidade Sindical, contradizendo sua denominação, alega que 1982 seria ano eleitoral, portanto permeável à ingerência política no meio sindical, e desfez a “verdadeira unidade sindical existente”, não participando da criação da CUT, que se deu em São Bernardo, em 1983, formando a CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), criada também em 1983 na Praia Grande – SP. Em 1986, percebendo os reais e muito significativos avanços da CUT na busca de uma organização nacional dos

trabalhadores, a CONCLAT passa a denominar-se CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Não nos cabe aqui aprofundar a discussão sobre a formação/estruturação da CUT, ou sobre os problemas internos que geraram duas CGT's e a Força Sindical. Resta saber que a CUT personificava ao nível de instituição e de sua processualidade o fenômeno do Novo Sindicalismo.

A CGT, e os seus desdobramentos (polêmica entre o grupo de Magri e o de Joaquinção com os PC's e o MR-8, que daria origem à outra CGT em 1989), acabariam por personificar a “resposta da ordem”, se levarmos em consideração sua “moderação”: contrária ao confronto que a CUT impunha ao movimento e adesista no tocante à estrutura sindical, pois defendia pontos como o imposto sindical. Suas três principais forças (os pelegos “modernizados” aliados ao PCB e MR-8; a Corrente Sindical Classista – CSC, vinculada ao PC do B; aliança Magri-Medeiros como o sindicalismo de resultados) não tiveram um casamento tranqüilo, o que gerou nova cisão: a CSC foi para a CUT, também parte do PCB. Luís Antônio de Medeiros fundou a Força Sindical, central do “sindicalismo de resultados”, no início dos anos noventa, como uma contraposição à CUT no movimento sindical, pelas posições que defendia (inexorabilidade e vitória do capitalismo) e por representar o “contra-ataque do capital” (financiada por dinheiro de empresas). As duas CGT's praticamente se esvaziaram. Magri mostrou a que veio ao ser ministro de um governo que também mostrou a que veio: o governo corrupto de Collor. Joaquinção se desligou da Central Geral dos Trabalhadores em 1991.

Vale ressaltar, ainda sobre a CUT, que para além da diversidade de grupos com orientações políticas diversas que confluíram para sua formação (de independentes e católicos aos trotskistas); e dos vínculos com os partidos políticos (íntima relação com o PT), a Central “deitou raízes” em setores expressivos do mundo do trabalho no Brasil, como o operariado industrial, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos, os vinculados ao setor de serviços.

Citando Ricardo Antunes, “de um lado voltada para a luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração da força de trabalho, contra a política econômica... de outro lado... teve um papel decisivo na democratização da estrutura sindical, em especial, na luta pelo fim da ingerência do Estado... No plano da estrutura sindical, em especial no que se refere a uma maior independência dos sindicatos frente ao Estado, o

desrespeito crescente da Central às leis restritivas fez com que, pouco a pouco, muitas delas fossem se tornando obsoletas.”<sup>61</sup>

Aqui o autor apresenta os limites na afirmação da nova proposta sindical, embora reconhecendo que durante este processo o capital não deixava de contra-atacar, como atesta a formulação de novas formas de gestão do trabalho (os círculos de controle de qualidade – CCQ), em contraposição às organizações nos locais de trabalho.

Quanto à mudança e conservação no sindicalismo após a promulgação da Nova Constituição em 1988 (consolidação da transição conservadora), vale citar que o movimento social obteve conquistas importantes, como a possibilidade de criação de sindicatos sem necessidade de reconhecimento oficial; o direito de sindicalização dos funcionários públicos; a extensão dos direitos sindicais ao campo e o direito de greve. Quanto à conservação, citaríamos: a continuidade da cobrança do imposto sindical; a persistência das Confederações; não ter atingido a plena liberdade e autonomia sindicais (luta esta que nem a própria CUT encampou direito) e as possibilidades de restrição ao direito de greve.

Cabe resgatar, portanto, ao invés de negativizar, as experiências sindicais do pré-64, levadas a cabo pelos comunistas e pelos trabalhistas. A tempo de fugir do “enquadramento da memória”, citado por Mattos, quando se estudou o sindicalismo do pré-64, para evitar que o mesmo ocorra com o “Novo Sindicalismo” já que, como afirma este autor:

*“o sindicalismo brasileiro dos anos 80 acabou por completar, sem é claro dar conta disso, o projeto dos líderes sindicais comunistas e trabalhistas mais combativos de quase três décadas antes... outras lições poderiam ter sido tiradas do passado se o desenvolver dos acontecimentos no período ditatorial não tivesse cavado fossos tão fundos entre os dois momentos”.*<sup>62</sup>

A tendência declinante das greves na década de 90 foi fruto da ação defensiva do sindicalismo frente às transformações nos processos de trabalho, do desemprego e da suposta resposta hegemônica do discurso neoliberal, que de saída atacava os direitos sociais.

---

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p.31.

<sup>62</sup> MATTOS, Marcelo B. Op. cit., p. 56.

O “novo sindicalismo” brasileiro, em sua processualidade nos anos 80, tornou-se um exemplo para os trabalhadores de todo o mundo, pois numa conjuntura adversa no plano internacional, assistiu-se aqui a uma explosão crescente das greves, à formação das centrais sindicais e ao peso adquirido pela organização e luta dos trabalhadores brasileiros no nível político e social. Vale lembrar que um personagem que expressava esse movimento – a figura de Lula – quase se elegeu presidente da República em 1989, nas primeiras eleições diretas após a Ditadura Civil-militar.

Perdeu-se a referência dos países do leste europeu e o capitalismo brasileiro incorporava as transformações já existentes em outros planos nacionais. Um estudo do “Novo Sindicalismo” deve partir da análise da concretude histórica dos diversos movimentos que a ele se referem sem se deixar prender por esquemas rígidos de análise. Deve-se fazer como não se fez com relação ao sindicalismo do pré-64.

O valor estratégico que devemos dar a articulação de nossa tradição sindical, conforme salienta Marcelo B. Mattos, parte da constatação de que quando se fala em formação da classe trabalhadora,

*“as identidades coletivas novas se formam sempre a partir de valores e referências culturais tradicionais, quer quando os recuperam, quer quando procuram negá-los”.*<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup>

Idem, ibidem, p. 221.

### 2.3. O “Novo Sindicalismo” em Volta Redonda

Assim sendo, num compasso próximo ao que vinha ocorrendo no ABC paulista e em outros lugares, começou a se organizar em Volta Redonda a “Oposição Sindical”, que pode ser entendida dentro do processo do Novo Sindicalismo, a partir de três pontos que nos permitem relacioná-la aos “sindicalistas autênticos”:

- prioridade às demandas internas, aos problemas do chão-de-fábrica;
- questionamento da legislação corporativista;
- e a busca de “um novo tipo de gestão sindical”, assentado na mobilização e na participação dos trabalhadores, diferente do período anterior.

Um bom exemplo desta postura diferente relaciona-se à questão do excessivo número de acidentes de trabalho, na CSN e no Brasil, situação imortalizada (na denúncia) por Chico Buarque com a música “Construção”. Apesar do reconhecimento da empresa sobre a gravidade do problema, o ano de 1976 pode ser visto como o pior ano, em termos de saúde e segurança do trabalho. Mesmo assim, a CSN só cedeu, implantando a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), em 1980, e por pressão do grupo de Oposição Sindical, que posteriormente se utilizaria deste espaço como instrumento de luta.

A CIPA era importante porque seus eleitos (no caso dos representantes dos trabalhadores) gozavam de estabilidade no emprego durante o mandato, o que permitia fazer desta um instrumento para a organização interna à usina. Quando essa postura mais combativa dos “cipeiros” prevaleceu, antes da repressão desencadeada após a greve geral de 1987, por exemplo, o índice de acidentes de trabalho com morte chegou a zero, devido à vigilância sobre a empresa.

Esse grupo, que podemos entender como o Novo Sindicalismo na região, começou a se articular em 1978/79, sendo o segundo ano considerado marco divisório na história do Sindicato, pois a Oposição começou a pressionar abertamente, em grandes assembléias, a gestão Lustosa, passando a ser também referência para a categoria.

Nascido da união de trabalhadores da CSN com os de outras empresas, objetivando contestar a gestão Waldemar Lustosa, esse movimento contou, desde o seu início com a participação de militantes católicos vinculados à Teologia da Libertação e com o apoio material da Igreja, incluídos locais para as reuniões. Membros da esquerda “escondida” no MDB também participavam, e a Oposição Sindical se aproveitou do

apoio de outros grupos políticos do país, dado o crescimento do movimento sindical no período. Tinham como tática “arregimentar simpatizantes dentro da usina, de modo muito cauteloso, devido às ameaças de demissão e de retaliações”.<sup>64</sup>

No MDB pode-se registrar a participação de seu “Departamento Trabalhista”, onde se destaca a figura de Rosalice Fernandes, filha de Othon Reis Fernandes (importante liderança sindical na década de 60), fundadora do PT, mas depois no PDT devido a seus vínculos com o Trabalhismo; e a esquerda “escondida”, à qual nos referimos, que seria: a Convergência Socialista (CS), grupo de orientação trotskista posteriormente dentro do PT (hoje PSTU); e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), depois Força Socialista (hoje Ação Popular Socialista – APS, corrente do PSOL), além da Democracia Socialista (DS, ainda no PT, de orientação trotskista). Da Igreja Católica os grupos organizados eram a Ação Católica Operária (ACO), a Pastoral Operária (PO), e a Juventude Operária Católica (JOC). Havia também, claro, aqueles que se diziam independentes, embora muitos viessem a se filiar ao PT, o que seria, inicialmente, o caso de Juarez Antunes, já que depois ele migrou para o PDT.

Juarez Antunes foi figura reconhecidamente importante para o processo, o que atestam inclusive seus opositores. Oriundo de Estrela D’Alva, Minas Gerais, foi candeeiro de carro de boi em sua infância e adolescência. Em meados dos anos 50, ingressa na CSN como ajudante de cozinha, mas seu percurso no interior da empresa culmina como mestre de forno na aciaria, onde conquistou o respeito de seus companheiros e subordinados.

Conforme Graciolli, sua experiência política viria de uma candidatura a prefeito de sua cidade natal em 1976, tendo sido derrotado por apenas seis votos, além de ter participado de comissões de negociação salarial com a CSN durante a ditadura militar.

Nas grandes assembleias de 1979, Juarez Antunes se destaca como líder de massa, devido à sua grande capacidade de intervenção e oratória/retórica, remetendo as questões que discutia, em várias oportunidades, a seu passado rural. Resumindo, dispunha de enorme carisma junto ao operariado da CSN e das outras empresas da região. Mas a liderança política e o carisma provinham principalmente de uma consequência inesperada do processo de racionalização da CSN. A aciaria onde Juarez trabalhava foi praticamente desativada quando entrou em operação a nova aciaria “LD”,

---

<sup>64</sup> MANGABEIRA, W. Op. cit., p. 77

mais moderna, à injeção de oxigênio. Literalmente sem “ter o que fazer” no interior da empresa, e já participando da Oposição Sindical, Juarez passou a andar por toda a usina, sempre com muitas unidades do boletim “A verdade”, publicado pela Oposição Sindical, o que lhe conferiu larga vantagem em relação aos colegas de Oposição no diálogo direto com os trabalhadores.

Não era ligado a tendências políticas de forma orgânica, o que reforça a idéia de que sua liderança de massa era compatível com o operariado da CSN, que devido à sua constituição, dava grande valor à figura do líder. Ainda segundo Graciolli, Juarez tratava os obstáculos aos objetivos que julgava acertados de uma forma que, no mínimo, causava polêmica. Muitos o julgavam personalista, populista, manipulador e despreocupado com a organização de base em favor da representação da diretoria. É fato que a organização das grandes assembléias era feita em função de sua intervenção, que sempre era a última, sem limite de tempo e sem a possibilidade de réplica às suas colocações. Porém, também é fato que o coletivo da direção do Sindicato endossava essa postura, pois os grupos que se opunham à sua política e à sua postura não conseguiam furar esse “bloqueio”.

Sua presença é tão determinante para os rumos do movimento sindical e político da região, como atestam as acachapantes vitórias do “Novo Sindicalismo”, sua eleição para deputado constituinte e prefeito de Volta Redonda, bem como sua atuação na greve de 1988, que torna-se possível observar em sua figura e no grupo político que lhe dava sustentação política uma preocupação eleitoral para além do nível estritamente sindical.

Ao mesmo tempo em que falava com dezenas de milhares de pessoas, tinha dificuldades, ou melhor, tinha preferência, por não discutir os rumos do movimento com as outras entidades e lideranças, mesmo quando dependia do apoio destas para a solução dos impasses que se colocavam na cidade. Sem falar na prática de desqualificar e/ou incitar a multidão contra os agrupamentos políticos que o criticavam.

Voltando ao Grupo de Oposição Sindical, uma importante questão os identifica ainda mais com os sindicalistas autênticos, que é a questão referente à estratégia adotada. Optam por trabalhar por dentro da estrutura sindical, do sindicato oficial, já que reconheciam que este gozava de legitimidade junto aos trabalhadores. Divergências no interior do grupo por vezes foram contornadas, abafadas ou adiadas pela intervenção direta de Juarez.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> GRACIOLLI, E. op. cit. p. 72.

Em 1980, a Oposição disputou e perdeu as eleições para o Sindicato, mas vários estudos já demonstram a possibilidade de fraudes. Obtivemos depoimentos, um infelizmente perdido (com Sérgio Murilo Braitto, integrante da Oposição e da Convergência Socialista), de que a direção pelega colocava as urnas em um armário específico em uma sala vigiada permanentemente por fiscais das chapas. Porém, o fundo do armário era falso, e a direção, em outra sala, trocava os votos das urnas.<sup>66</sup> Vanderlei Barcelos relata que, em sua então ingenuidade, via membros da chapa da situação estragarem lacres das urnas onde supunham vitória da oposição, de forma a anular estas urnas.

Mas o esforço valeu em função do saldo organizativo conquistado e do início de um clima de mobilização crescente. No programa da chapa estava inscrita a luta pelo fim do despotismo da gerência, pela melhoria das condições de trabalho e críticas ao corporativismo da estrutura sindical.

Apesar da derrota, a luta continuou. Prepararam-se comissões de fábrica (que eram autônomas em relação ao Sindicato, publicavam boletins e possuíam nomes como: Boletim de Base, O trem Fantasma, O Cobra, Areia nos Olhos, Máquina Quebrada, Arrastão, Formigueiro, etc), donde se formam lideranças, recruta-se operários para a militância sindical e preparação para as eleições sindicais de 1983, sendo que as reuniões aconteciam em casas de militantes, salões da Igreja e o tom era dado pelas críticas ao peleguismo, ao intervencionismo estatal, à valorização dos momentos coletivos como as assembléias e à participação de todos no cotidiano do sindicato, independentemente das mobilizações. Esse movimento se estendia às seções da CSN, onde essas novas lideranças, nos intervalos de trabalho, questionavam a atuação do Sindicato.

Em 1982 ocorreram eleições para governador, deputados estaduais e federais e senador. O PT lança três candidatos a deputado estadual: Rosalice Fernandes, apoiada pela ACO e pela família Barcelos (José Emídio, Wagner e Wanderlei); Juarez Antunes, apoiado pela Convergência, membros vindos do PCB e independentes; e Marlene Fernandes, com uma proposta que pode identificá-la à Articulação. Ninguém se elegeu, mas as divisões no PT se cristalizaram e Juarez demonstrou seu potencial eleitoral,

---

<sup>66</sup> Braitto é figura considerada “histórica” pelos militantes da cidade, por ter participado do início da Oposição Sindical, mas também por ser muito disciplinado, o que gerou a expressão “pontualidade braitânica” quando se queria cumprir rigorosamente o horário de uma reunião. Por um defeito no computador, perdemos quase três horas de entrevista em sua casa, onde pudemos perceber um pouco de sua “ascese revolucionária”, que lembra Lênin.

tendo sido o mais votado. Essa história, essas divergências, se arrastariam até 1985, quando na eleição para prefeitos de capitais e de áreas de segurança nacional (caso de Volta Redonda), o racha aconteceu.

O PT opta, em 1985, por Edson Santana, que tinha o apoio da militância da Igreja. Antes desta decisão, porém, Juarez, diante do risco de ser derrotado na convenção, sai do PT, levando todo um grupo composto pela maioria da diretoria do Sindicato, que haviam se filiado ao PT sob sua influência. Filiaram-se ao PDT, que até então não tinha penetração no movimento sindical e apoiaram Marino Clinger, candidato deste partido, que veio a se eleger em função desse apoio.

A polêmica entre Juarez e o PT (que posteriormente chegou a ser mais forte com um setor mais à esquerda do partido) para além da questão das eleições de 85, perpassou todo o período do estudo. O grupo do primeiro afirmando estreiteza na postura do PT, que não entendia o que se formava em Volta Redonda a partir do movimento sindical e o PT sustentando que a postura de Juarez e seu grupo demonstravam seu grau de personalismo. Vale lembrar, como o faz Graciolli, que Juarez, eleito deputado federal constituinte em 1986, embora tenha fixado residência em Brasília, não abandonou a frente do Sindicato, buscando conciliar as atividades parlamentares com as sindicais. O Partido dos Trabalhadores possuía trabalho de base em quase todos os bairros da cidade, especialmente os de periferia, em muitos casos numa imbricação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica.

Cinco chapas se inscreveram para as eleições sindicais de 1983. A chapa 1, encabeçada por Jair Amorim, na verdade era a chapa de Lustosa, portanto apoiada pela empresa. Lustosa havia rompido com o grupo da chapa 3, de José Martins Bahia, que era o presidente interino do Sindicato. A chapa 2 não tinha expressão. A de número 4, liderada por José Emídio Barcelos, reunia os setores vinculados à Igreja e os grupos de esquerda. A chapa 5, encabeçada por Juarez, apesar da autodenominação de independentes, tinha muitos membros ligados ao PT.

A eleição foi muito conturbada, precisando de três votações para chegar ao resultado final. Apesar das divergências, as chapas 4 e 5 tinham o compromisso mútuo de apoiar a que tivesse mais votos em caso de 2º turno. A chapa de Juarez Antunes foi melhor, ganhando a terceira votação com o apoio da chapa 4 e obtendo inquestionáveis 7.060 votos contra os 1969 dados à chapa 3, que permaneceu no pleito. As chapas 1 e 2 foram dissolvidas após o resultado medíocre no primeiro escrutínio.

Apesar das inúmeras tentativas jurídicas das chapas pelegas de anular a eleição, uma nova gestão sindical passa a ser implementada imediatamente. Mais da metade da diretoria continuou trabalhando na usina, o que era totalmente distinto da antiga diretoria. O famoso “Trovão Azul”, um caminhão de som, foi adquirido e passou a estar sempre presente nas entradas da usina e nas outras fábricas contribuindo para a campanha de sindicalização e para a distribuição de três boletins semanais e um jornal mensal (Verdade). Em outubro de 1983 a nova diretoria filiou o sindicato à CUT e Juarez passou a compor a executiva da central: o Sindicato dos Metalúrgicos passava a fazer parte do “Novo Sindicalismo”.

Mas o teste de fogo para os novos sindicalistas fluminenses veio com a deflagração da greve na Companhia Metalúrgica Bárbara, ainda em 1983. Esta greve pegou a direção da empresa francesa e o Sindicato de surpresa, que mesmo assim foi bastante atuante no conflito. Uma greve que oscilou da espontaneidade para a direção consciente, no sentido de Gramsci, que acabou fortalecendo o movimento e tornando-o vitorioso, fazendo despertar a consciência dos operários para a viabilidade do recurso à greve num quadro em que era clara a maior combatividade imprimida.

Como diz Graciolli,

*“o cotidiano dos operários da CSN era o resultado da combinação de arrocho salarial, jornada de trabalho extenuante, rigorosa vigilância das chefias e riscos constantes à integridade físico-mental dos trabalhadores, em função das inadequadas condições de trabalho.”<sup>67</sup>*

Este contexto permite a emergência e vitória de um grupo mais combativo que, apesar das divergências em seu interior, buscava desatrear o Sindicato da influência das empresas, especialmente da CSN.

A própria diretoria que implementa a nova gestão sindical reconhece em documento próprio que até sua vitória os únicos espaços para a luta dos trabalhadores avançar, na região, eram o Centro Estadual de Professores (hoje SEPE) e as igrejas vinculadas à D. Waldir Calheiros.

Esse enorme passo possibilitou um salto de qualidade não apenas às questões dos metalúrgicos, mas também de outras categorias, assim como dos movimentos de

---

<sup>67</sup> GRACIOLLI, E. Op. cit., p.78.

associações de moradores, demonstrando o grau de imbricação entre o espaço urbano e o fabril. Por exemplo, o próprio movimento estudantil por diversas vezes utilizou o caminhão de som do sindicato em suas manifestações, passeatas, fechamento de colégios, etc.

Acreditamos ter ficado claro a mudança na concepção dos trabalhadores em relação à empresa ao longo do tempo analisado. Ruíam as idéias de cidade-fábrica e CSN-mãe ante a superexploração da força de trabalho num ambiente militarizado de trabalho e de busca de “produção à qualquer custo” somados à perseguição aos que se levantavam contra esta situação. Essa oposição entre os trabalhadores e a empresa abriu espaço para que ocorressem as greves na CSN a partir de 1984.

Em um movimento crescente, ocorreu a imbricação do movimento sindical metalúrgico com os outros movimentos sociais organizados da cidade, fenômeno já percebido na greve de 1984, que fez ir por terra a idéia sobre a “passividade da família siderúrgica”, já que os operários (e suas famílias e outros movimentos sociais da cidade) ocuparam a CSN e estabeleceram formas de controle da paralisação a partir dos bairros. Deve-se destacar o papel das comissões de fábrica e das organizações de bairro, que mapearam a Usina (ninguém entrava para trabalhar, só para ocupar) e a cidade (ninguém saía dos bairros mais mobilizados para trabalhar) enquanto passeatas e arrastões impediam o trabalho em outros setores e serviços. Viveu-se uma experiência de controle operário da fábrica e, quiçá, de poder popular sobre a cidade.<sup>68</sup>

Este “controle operário” da gigantesca Usina Presidente Vargas se repetiu nas greves seguintes e com maiores participação e organização, mesmo e apesar da intensificação da repressão da Nova República tutelada pelos militares. O momento mais simbólico e estudado deste processo foi a greve de novembro de 1988, quando a cidade de Volta Redonda foi invadida por tropas do Exército Brasileiro com aparato de guerra que se depararam com uma forte resistência popular, na usina e na cidade, apesar dos três operários assassinados pelos soldados.

Mesmo com a CSN ocupada pelas tropas, a greve se fortaleceu ainda mais, como provaram as enormes manifestações pela perda dos operários e o “abraço a CSN”, quando mais de 60 mil pessoas envolveram todo o perímetro da usina de mãos dadas. Também se destacou a eleição do presidente do Sindicato, Juarez Antunes, durante a

---

<sup>68</sup> VEIGA, S. M. & FONSECA, I. op. cit. , pp. 54-55

greve, com 60% dos votos, numa cidade que há pouco tempo era Área de Segurança Nacional; de outros dois diretores do SMVR para a Câmara de Vereadores; e o impacto nacional, contribuindo para a eleição de Luísa Erundina em São Paulo, Jacó Bitar em Campinas, Olívio Dutra em Porto Alegre, dentre outras vitórias do PT.

O ardor combativo dos operários da CSN e dos movimentos populares que proporcionaram o controle operário não só da Usina Presidente Vargas, mas da cidade como um todo, foi o motor da vitória do movimento. Um motor que precisou funcionar bastante no limite de sua capacidade a partir de então.

Com 51 dias de governo à frente da Prefeitura, Juarez Antunes morre em acidente de carro quando se dirigia à Brasília. Várias versões foram levantadas, inclusive a de que ele teria sido assassinado. Corroboram esta versão três fatores de peso: a dimensão que tomou o movimento social organizado em V.R. e sua liderança, assustando o conservadorismo; seu enfrentamento com as empresas de ônibus da cidade, congelando as passagens; e as ameaças de morte que ele e D. Waldir receberam, onde se dizia que poderiam morrer em acidente de carro, fora da cidade. Não se conseguiu provar o assassinato, mas a comoção gerada na cidade foi terreno fértil para esta versão.

Já na gestão de Vagner no Sindicato, foi feito um laudo coordenado pelo Professor Luiz Pinguelli Rosa, onde se mostrou que o acidente em Felixlândia, distrito de Três Marias – MG, foi provocado por um desnível na pista quando o motorista da prefeitura, Alberto Vicente da Cruz, tentou desviar de um caminhão que fazia uma ultrapassagem. Este laudo só chegou ao conhecimento de Vagner em novembro de 89, mas havia cinco meses já tinha sido entregue a Luizinho, Albano (outros diretores) e à Jessé Jane Vieira de Souza, que posteriormente integraram a Força Sindical. Segundo Vagner, o interesse destes em esconder o laudo era o de reforçar a figura de Juarez como referência máxima do movimento sindical de V. Redonda e, em consequência, fortalecer aqueles que se reivindicavam seus herdeiros políticos.

Cerca de 100.000 pessoas acompanharam o enterro de Juarez, entre elas Lula, Brizola e Roberto Freire, presidenciáveis, além de Jair Meneguelli, presidente da CUT. A casa do motorista do veículo foi apedrejada por manifestantes.

O vice-prefeito Wanildo de Carvalho, nada tinha a ver com o movimento sindical de Volta Redonda, tendo sido o vice em função da articulação de Juarez na convenção do PDT para derrotar a outra pré-candidata, Rosalice Fernandes. Lideranças sindicais e populares, o PDT municipal, o secretariado e alguns vereadores

questionaram que Wanildo assumisse a prefeitura, chegando até a ser proposto, a partir de uma reunião com mais de oitenta entidades, um plebiscito para saber se a população da cidade achava necessária uma nova eleição, e também a renúncia de Wanildo. Brizola não concordou com a renúncia que, assim como o plebiscito, não ocorreu. O secretariado de Juarez, que iria renunciar em um mês caso não ocorressem novas eleições, só após cinco meses completou sua saída do governo. O movimento sindical e popular de Volta Redonda não só perdeu uma das pernas de seu tripé (as outras duas eram o Sindicato e a Igreja em seu trabalho junto às associações de moradores) como ganhou um inimigo: o governo de Wanildo foi recheado de escândalos de corrupção, repressão aos movimentos de bairro, ligações com o tráfico de armamentos e com grupos de extermínio.

Mas com certeza, o maior impacto da morte de Juarez foi no movimento sindical. Como este era a maior referência dos operários, sua carreira política fora do Sindicato foi muito impulsionada, o que já levantava divergências no interior da diretoria. O grupo de Vagner Barcelos (CUT pela Base e Convergência Socialista) já articulava chapa própria para o Sindicato em 89, não concordando com o caráter eleitoreiro imprimido à trajetória de Juarez. Se isto já era problema antes, após sua morte tornou-se mais ainda, pois outra parte se advogava sua continuidade (Luizinho e Albano, principalmente). Outro grupo, no interior da diretoria, era o dos pedetistas ligados à corrente cutista Articulação Sindical, cujas maiores referências eram Marcelo Felício e Bartolomeu Citeli.

Para as eleições sindicais de 89 três candidatos no interior da CUT disputavam a cabeça de chapa da situação: Marcelo Felício, Albano e Vagner. Os grupos de Marcelo e Albano, em sua maioria, eram vinculados ao PDT, e ao PT as correntes que participavam do grupo do Vagner.

Foi feita uma consulta aos trabalhadores, em assembléias, após campanha, para se decidir quem seria o cabeça-de-chapa, presidida pela CUT regional. Não foi uma “convenção democrática” pois decidiu-se apenas o nome do presidente, não havendo discussão de teses e programas. Após as reuniões preparatórias, onde ocorreram os debates, em 20/04/89, em frente à passagem superior (entrada principal da Usina), cerca de quatro mil operários indicaram Vagner como candidato, o que surpreendeu o grupo de Albano, que confiava no fato de se dizerem herdeiros políticos de Juarez.

Quanto ao “loteamento” da chapa 1, sete nomes eram ligados à Vagner, além dele; dez nomes do grupo do Albano e seis ligados à Marcelo Felício. Os cargos mais importantes ficaram com o primeiro grupo.

As 4.000 pessoas que participaram da assembléia, número pequeno se comparado às mobilizações anteriores, eram exatamente as mais combativas, e talvez por isso optaram por Vagner no sentido de que sua proposta visava investir nas organizações nos locais de trabalho (comissões de fábrica) e na democratização do Sindicato.

A chapa 1, que se denominava Força Socialista, tinha mais três concorrentes: chapa 2 (Renovação, Democracia e Diálogo), apoiada pela CGT de Medeiros, da qual participava o ex-diretor do Sindicato, Lopes, afastado em agosto de 1988; chapa 3, sem muita expressão, composta por antigos diretores ligados ao Lustosa; e por fim a chapa 4, encabeçada por Alexandre Cerezo, da Causa Operária, que também reivindicava a CUT (mas seu radicalismo tangia o sectarismo, o que lhes deixava isolados).

Como em 1986, a vitória da chapa 1 foi inquestionável, conseguindo 85,42% dos votos. Nesta eleição ficou registrada a chegada de Luis Antônio de Medeiros à cidade, através da chapa 2, que obteve 7,7% dos votos.

A força do movimento social organizado da cidade, capitaneado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, também se demonstrou nas greves gerais de 1987 e 1989. Na greve de 31 dias, em 1990, já no bojo da luta contra a privatização da empresa, o movimento era tão forte e com tanta participação popular que por várias vezes não houve a necessidade de se fazer piquetes, pois o movimento era controlado a partir dos bairros.

Mas a cidade que se mobilizava também se assustava: em meio à campanha salarial de 1989, um fato veio somar-se às tragédias das mortes na greve de 88 e de Juarez Antunes (em acidente automobilístico com poucos dias à frente da Prefeitura). O memorial 9 de Novembro, projetado por Oscar Niemeyer, a pedido do então prefeito Juarez, foi erguido na praça que hoje tem o nome do líder sindical em homenagem aos operários mortos, em frente à entrada principal da usina, onde se iniciou o confronto externo entre o Exército e os grevistas e populares que ali se concentravam em novembro de 1988.

Era 1º de Maio, e sua inauguração se deu numa assembléia pública, onde estavam os operários e seus familiares, membros de igrejas, estudantes, aposentados, etc. Na madrugada seguinte, precisamente às 03h20min como registra ainda hoje o relógio de um bar nas proximidades, uma bomba da Indústria de Material Bélico do

Brasil (IMBEL), de exclusividade das Forças Armadas, destruiu o monumento. Outra bomba, não detonada, foi encontrada nas proximidades do Memorial. Posteriormente, um comando paramilitar de direita assumiu a autoria do atentado. O monumento foi reerguido e, danificado, registra a resistência do trabalho frente à truculência do capital, possuindo um significado político ímpar.

A tutela militar sobre o regime da Nova República ainda assombrava: no dia 25 de maio o soldado Charles Fabiano da Silva foi metralhado durante sentinela que fazia na zona militar de Volta Redonda, e ele seria convocado para depor sobre o atentado.<sup>69</sup> Se foi “queima de arquivo”, nada ainda foi provado. No dia seguinte à explosão do Memorial, o alto-forno 3, que é o maior da CSN, explodiu e dois operários morreram. Acreditou-se na hipótese de outro atentado terrorista, mas logo a CSN vinculou a explosão a descuidos dos grevistas em novembro de 88. Mas o que afirmavam o Sindicato e os operários ficou provado por uma sindicância: o que levou à explosão foi a manutenção inadequada dos equipamentos (quando não se fazia) somada à sua utilização acima dos limites. E a cidade se assustou ainda mais com o isolamento a que foi submetida na greve de 1990, apesar da força do movimento. No ano anterior (1989), saiu derrotada a candidatura de Lula à presidência da República, o que configurou, para 1990, uma derrota do campo democrático-popular.

Cabe registrar que o curto período de “Nova República tutelada”, que se encerrava, estava longe de ser uma efetiva democratização, pois conforme Coutinho, o processo se deu novamente pelo alto, reproduzindo o modo “prussiano” e “passivo” de se promover as transformações no Brasil. Apesar das pressões pela abertura a partir “de baixo”, que introduzia conteúdos democráticos, (como, por exemplo, o Novo Sindicalismo), é fato que a pressão conservadora somada à implantação do projeto neoliberal tentavam bloquear as mobilizações populares, impondo uma transição fraca.<sup>70</sup>

Aquilo que Florestan Fernandes chamou de cronograma político-militar, continuado pelo governo Sarney<sup>71</sup>, facilita o entendimento dos principais aspectos da Nova República, conforme Graciolli:

---

<sup>69</sup> GRACIOLLI, Edílson. *Um laboratório chamado CSN – greves, privatização e sindicalismo de parceria* (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993). Campinas, 1999, Tese de Doutorado, Unicamp. p. 64

<sup>70</sup> COUTINHO, Carlos Nelson in: FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*, p. 219

<sup>71</sup> FERNANDES, Florestan. *Apud*: Graciolli, E. Op. cit., p. 158.

*“transição pelo alto, permanência de uma constituição engendrada no regime militar,... , frustração de um pacto social,..., continuidade de práticas autoritárias.”<sup>72</sup>*

Sem falar que o país passou pela intensa experiência das “Diretas Já”, tendo sido abortada pelo Colégio Eleitoral.

À esse pano-de-fundo da Nova República soma-se a conclusão da Assembléia Nacional Constituinte e a crise de governabilidade do governo Sarney, além da hiperinflação.

O processo constituinte demonstra a debilidade dos representantes das classes burguesas, que não tinham projeto para o país. Somente com a articulação do Centrão a grande maioria do Congresso Constituinte conseguiu impor suas posições. Mas, apesar do pequeno avanço na nova Carta no que diz respeito às classes populares, a mobilização que se atingiu em torno desta foi bastante significativa, o que garantiu avanços.

Em episódio no mínimo curioso, o PT foi acusado de irresponsabilidade perante a sociedade e de radicalismo por ter se recusado a assinar a nova Carta. Mas desrespeito à Constituição partiu do Governo Sarney enquanto representante das elites, como atesta a feroz repressão à greve de 1988 em Volta Redonda, que cobrava direitos já assegurados pela nova Constituição, como o direito de greve, o turno de seis horas e a readmissão de demitidos em outras greves.

A “era Urutu”, expressão cunhada pela imprensa, demonstrava o caráter autocrático da Nova República, assim como das classes burguesas no Brasil. O sistemático recurso às medidas provisórias (que ocorre ainda hoje) também reforça este argumento.

O grande número de greves das mais diferentes categorias por todo o país estava fora do *script* burguês, que no caso brasileiro não contempla uma democracia liberal. O governo representante das elites, ao ordenar a intervenção do Exército, buscava conter uma greve que se tornou movimento de luta pela democracia, da democracia que os trabalhadores devem buscar.

Quanto à relação desta greve com as eleições municipais de 1988, Juarez Antunes, deputado constituinte e ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, foi eleito prefeito em meio à paralisação com 60% dos votos. Também

---

<sup>72</sup> GRACIOLLI, E. Op. cit., p. 158.

afirmamos que havia preocupação por parte do governo e empresariado com o crescimento das candidaturas de esquerda, principalmente do PT. Mas a ressonância da greve de 88 e o impacto negativo sobre a opinião pública da intervenção militar desmancharam os possíveis ensaios golpistas.

Em concordância com Gracioli, também entendemos que a greve e seu desdobramento deram impulso à vitória das candidaturas de esquerda, como a de Luiza Erundina em São Paulo, Jacó Bittar em Campinas, Telma de Souza em Santos, Olívio Dutra em Porto Alegre, todos do PT e em cidade importantes. Juarez Antunes era do PDT, que também elegeu sete vereadores em V. R., que somados aos três eleitos do PT quase fizeram a maioria da Câmara, que possuía 21 membros. Vale registrar que Isaque Fonseca (PDT) e Vanderlei Barcelos (PT) eram diretores do Sindicato e foram eleitos vereadores. Mas também que destes sete eleitos pelo PDT, nem todos eram comprometidos com a mobilização dos trabalhadores, como ficou demonstrado após a morte de Juarez.

À qualidade política da greve de 1988 as reações foram diversas. Os setores conservadores se apresentavam como nas declarações de Paulo Brossard, revelando a ameaça do retorno à ditadura, ou como nos editoriais dos grandes jornais, que se posicionavam claramente contra a unificação das datas-base, situação que deixaria o país à mercê “de um comando de intenção revolucionária”.<sup>73</sup>

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outras quarenta e duas entidades cristãs, repudiou o massacre e apoiou o movimento, denunciando a política do governo. A CUT e o PT, como era de se esperar, respaldaram o movimento. Mas aqui coloca-se uma questão que permeará todo o desenvolvimento da luta de classes em Volta Redonda, como no país:

*“...na greve de 88 a CUT não produziu uma sustentação condizente com a importância daquela greve. Ficou-se muito mais em manifestações de retórica. Apenas os agentes envolvidos mais diretamente no processo... responderam com a energia correlata à violência empregada e ao peso político do movimento dos operários da CSN.”*<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Editorial do Jornal “O Globo”, 12 de novembro de 1988, p.4.

<sup>74</sup> GRACIOLLI, E. op. cit. p. 170.

Este (sério) problema se manifestou mais concreta e dramaticamente a partir da greve de 90, como veremos.

Collor significou o desespero da burguesia diante da crescente mobilização dos trabalhadores. A nomeação de Antônio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho, indicado por Medeiros, mostra a necessidade burguesa de quebrar o poder sindical, de minar o papel da CUT e do PT. Num sentido mais amplo, conforme Francisco de Oliveira, o que interessava era “eliminar as comissões de fábrica, a crescente capacidade de organização dos trabalhadores, enfim deixar o campo livre para os processos que exigissem maciças demissões, na perspectiva de inovações tecnológicas”.<sup>75</sup>

O aventureirismo de Collor era limitado por sua subserviência ao ideário neoliberal, que se assentava nas privatizações, na desregulamentação dos direitos sociais e na abertura da economia. Nas palavras de Graciolli:

*“Reduzir ao máximo o horizonte de ação do movimento sindical era um dos seus objetivos táticos, exatamente porque significava verdadeira condição sine qua non à implantação das medidas neoliberalizantes por parte desse governo. Para tanto, o modelo norte-americano de sindicalismo, o chamado sindicalismo de resultados ou de parceria, mostrava-se adequado, em virtude dele obstaculizar as negociações de caráter coletivo e delimitar o terreno no interior do qual se pode e se deve reivindicar: o economicismo”.*<sup>76</sup>

Fica claro também que a implantação do projeto neoliberal via Collor significava continuidade da crise de hegemonia, já que as disputas continham um ator novo, imprevisto, incontrolado – o Novo Sindicalismo – que punha em dúvida a função dominante e dirigente do bloco de frações da classe dominante instalado no Estado.

A este propósito fazia-se necessário quebrar a combatividade e a organização que a CUT ainda representava, mesmo com o refluxo que esta central viveu em seu projeto classista a partir de 1988. Quando se fala em refluxo fala-se na opção das tendências que dominavam politicamente este importante agente da sociedade civil, de reduzir/filtrar o número de delegados da base aos congressos da Central, em privilégio daqueles que tinham mandatos sindicais. Fala-se também do abandono de um projeto classista por parte dos mesmos setores em benefício da “concertação” entre capital e

---

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da ira*. Apud: Graciolli, E. op. cit., p.75.

<sup>76</sup> GRACIOLLI, E. op. cit., p.75.

trabalho, como as Câmaras Setoriais. A contribuição contra-hegemônica que a CUT dava para a luta de classes no Brasil dava lugar à disputa de hegemonia, a uma guerra de posições no interior da própria Central. Os setores hegemônicos da Central (com a Articulação à frente) sucumbiam à hegemonia burguesa da sociedade.

E, no caso de Volta Redonda, um outro elemento nevrálgico se colocava, posto que a privatização da CSN era considerada emblemática e estratégica para a política que Collor representava.<sup>77</sup>

Em 18 de abril de 1990, Roberto Procópio Lima Neto foi nomeado presidente da CSN, executivo que já tinha sido diretor ou presidente de empresas públicas e privadas. O objetivo do governo com sua nomeação era claro: preparar a empresa para a privatização. Mas para tanto era necessário derrotar o sindicalismo classista da região.

O plano do Ministro da Infra-estrutura, entre outros itens, incluía de saída a demissão de 4.000 operários, e o fechamento da empresa, caso o plano falhasse.

A gestão do sindicato de 1989 a 1992 foi marcada pela luta contra a privatização que já se anunciava através do Plano Nacional de Desestatização (PND). Foram elaboradas e distribuídas cartilhas em linguagem popular que armavam as reuniões e encontros sobre o tema. Também se destacaram: a busca de uma maior articulação entre o movimento sindical e os movimentos populares; a busca do fortalecimento de um projeto classista para a Central; a instituição do colegiado, democratizando a gestão do Sindicato; e o investimento nas organizações por locais de trabalho (comissões de fábrica).

Importa lembrar que a visão liberal de Estado sempre buscou desqualificar a ação público-estatal, pois ela seria desperdiçadora, hipertrofiada e corrupta. Somada a uma massacrante campanha da mídia, para além dos representantes da burguesia e academia, prevaleceu a visão hegemônica de um Estado que estaria, gigantesco, acima da sociedade. Paradoxalmente, a fragilidade da sociedade exigiria um Estado que desse a dinâmica da vida social no Brasil. E assim foi feito: o Estado “paquidérmico” deveria se livrar dos “elefantes brancos” estatais, “cabides de emprego” como a CSN. Como? Através do próprio Estado, hegemônico por esta visão que levava as empresas estatais

---

<sup>77</sup> GRACIOLLI, E. op. cit., p. 77.

ao sucateamento e ao colapso, criando o ambiente necessário para o convencimento da necessidade da privatização e favorecendo a acumulação privada.<sup>78</sup>

Não faremos aqui a discussão do rol de questões que levaram à derrota da greve de 1990, mas podemos citar: divisões na direção do movimento, quando parte dela se vendeu à proposta do sindicalismo de resultados da Força Sindical; derrota da candidatura Lula e início da avalanche neoliberal no país sob o governo Collor; inflexão na CUT, quando sua direção majoritária abandonou o sindicalismo combativo/classista; força da proposta de privatização, com apoio massivo da mídia; entre outros.

Fazia-se necessário derrotar a força do movimento sindical no Brasil, que atrasou a entrada do projeto neoliberal, e derrotar a CUT era fundamental. Derrotar a CUT em Volta Redonda era simbólico, pois significava acabar com a mobilização e radicalização das comissões de fábrica e do movimento social organizado na cidade-símbolo da presença estatal na economia. Era condição *sine qua non* para privatizar a CSN e abrir as portas para o projeto neoliberal e suas demissões, precarização e desregulação do trabalho, Estado mínimo, pensamento único, ditadura do mercado, etc. Era uma trincheira importante a ser “conquistada” pela burguesia na luta de classes.

A luta contra a privatização da CSN foi grande e não se resumiu à greve de 1990. Mas cumpre registrar que o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Engenheiros, em parceria com o DIEESE, IBASE e outros elaboraram consistente documento que explicava todos os fatores que levaram à crise financeira da empresa, crise fabricada pelo uso da empresa para acumulação de capital da iniciativa privada.<sup>79</sup> O documento, sucintamente, não era uma “bravata revolucionária”, e apontava para a administração da empresa por seus empregados, em lugar da privatização (propondo inclusive a demissão de cerca de 300 oficiais do Exército que, na reserva, também eram empregados da CSN...)<sup>80</sup>

Analisavam as causas da crise, como os atrasos na ampliação da usina; financiamento inadequado dos investimentos; a compressão dos preços dos produtos planos no mercado como política econômica desastrosa; os cartéis de fornecedores e distribuidores; o loteamento na distribuição do aço por políticos e *lobbies* comerciais; a “produção a qualquer custo” comprometendo a vida útil dos equipamentos; corrupção; favorecimentos e mordomias; cabide de emprego para políticos; compras sem

---

<sup>78</sup> MENDONÇA, S. R. (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói, EdUFF/Vício de Leitura, p. 9.

<sup>79</sup> GRACIOLLI, E. op. cit., p. 67

<sup>80</sup> Jornal “O Dia”, 26/04/1990. In GRACIOLLI, E. op. cit., p. 81.

concorrências; contratos dirigidos; elevação do número de empreiteiras sem a devida fiscalização; a contenção dos preços do aço nos quatro planos econômicos da era Sarney; centralização administrativa da SEST (Secretaria de Controle das Estatais); ênfase nas exportações visando abater juros da dívida externa; e por fim “a subserviência às elites conservadoras”. O movimento sindical analisava e propunha uma alternativa à privatização. Detectando-se as fontes de desequilíbrio, sabendo-se porque e para que eles eram produzidos, por que transferi-la ao capital privado? Para atender ainda mais aos interesses que provocavam o desequilíbrio financeiro da empresa. A tese de que os setores mais combativos da CUT não seriam capazes de formular propostas caiu por terra diante do conteúdo deste documento. Apesar das divergências entre as linhas políticas das direções sindicais, pode-se afirmar que ambas construía um debate contra-hegemônico.

Outras formas de luta foram encaminhadas pelo Sindicato e movimentos populares, a saber: o “Acampamento da Resistência”, onde em 28 dias os “licenciados” (que recebiam cartas da empresa avisando-os que seriam demitidos após a licença compulsória), sindicalistas e membros dos movimentos populares acamparam na Praça Juarez Antunes, ao lado do Escritório Central da CSN e em suas calçadas. O movimento conseguiu reduzir para “apenas” 1.375 os que seriam demitidos. E a ação de 13.000 aposentados que ocuparam o prédio da CBS (Caixa Beneficente dos Siderúrgicos da CSN), em 15/05, reclamando o atraso no pagamento das pensões e aposentadorias, fato que não foi novidade na gestão de Lima Neto.

Mas o fato é que o medo das demissões, que já ocorriam aos milhares, somado ao terror, disseminado pela empresa e pelo governo, de fechamento da empresa levaram à vitória da Força Sindical nas eleições sindicais de 1992, cuja campanha se baseava na proposta de privatização e de “parceria” entre o capital e o trabalho. A parceria era apelidada, na cidade, como sendo de “Deus com o Diabo”, pois parceiros de fato foram Procópio Lima Neto e o Formigueiro/Força Sindical<sup>81</sup>. O presidente da CSN fazia assembleias e comícios no interior da usina em favor da chapa 4; facilitava o acesso desta aos operários; proibia qualquer material e presença da chapa 1 (CUT); ameaçava com mais demissões em caso de vitória da CUT; demitiu chefes e operários de áreas

---

<sup>81</sup> “Formigueiro” era o nome de uma das comissões de fábrica no interior da CSN. O grupo que se vinculou à Força Sindical passou a utilizar-se deste nome para conquistar legitimidade junto ao operariado, baseando-se na metáfora da força de um formigueiro em contraposição à fragilidade de uma formiga sozinha, que foi bastante utilizada quando da morte de Juarez Antunes (“mataram uma formiga mas não mataram o formigueiro”). Este grupo disputava a memória do operariado como sendo “herdeiro” de Juarez.

com votação maior na chapa 1; sinalizava abonos, conjuntos habitacionais, acordos na Justiça do Trabalho em caso de vitória da Força; e o principal, utilizou-se da estrutura sindical corporativista e só negociava com a Força Sindical via Confederação dos Metalúrgicos (nas mãos de Medeiros), engessando a atuação da CUT.

A suposta adesão dos operários da CSN à venda da empresa, através de sua participação nos Clubes de Investimento para compra de ações, faz parecer que grande parte mergulhou no canto da sereia de se transformar em “operário-patrão”. Por mais plausível que a hipótese possa parecer, também é fato que grande número de trabalhadores “aderiu” aos Clubes de Investimento por pressão explícita das chefias da empresa e ameaças de demissão, com a colaboração da Força Sindical. A coerção, amplamente utilizada pela CSN não é sinônimo apenas de ações armadas, de força, como tantas vezes foi feito. As principais formas de coerção eram a ameaça ao emprego, “individual/coletiva”, no caso das demissões, e a ameaça de fechamento da Usina (destruição de uma cidade), como provam as cartas enviadas às esposas dos operários com esse teor.

A contra-hegemonia popular, que partia das relações de produção na Usina e, porque não dizer, era hegemônica na cidade de Volta Redonda, foi derrotada. Nos quinze anos de Força Sindical à frente do SMVR, muita coisa mudou, na cidade e no país. No caso dos operários da CSN, para pior. Não houve o propalado enriquecimento com a compra de ações. Algo em torno de 2/3 dos trabalhadores foi demitido. Perderam-se direitos que saíram caros (14º salário; hora para sair do trabalho; turno de revezamento de 6h; etc.) e aumentou a repressão no interior da empresa. Na cidade, a CSN fechou o acesso a campos de futebol, Mata da Cicuta, hortas comunitárias; tenta retomar os clubes sociais; atrasa e/ou não paga IPTU; desrespeita o controle sobre a poluição atmosférica e do Rio Paraíba do Sul; privatizou os serviços do Hospital e da Escola Técnica Pandiá Calógeras; etc.

E a derrota, mesmo que temporária, do projeto “popular” para a proposta de privatização da CSN também contribuiu decisivamente para a desarticulação do movimento social organizado da cidade, responsável por uma década de hegemonia e iniciativa política na cidade. Problema que se arrasta até hoje, quando a cidade é governada por um setor da burguesia comercial cercada de apoios, inclusive de parte do que resta do movimento social, hegemonia de dezesseis anos...

## CAPÍTULO 3 – PODER POPULAR EM VOLTA REDONDA?

### 3.1. Controle operário da Usina Presidente Vargas/ CSN

*“O conselho, por isso, realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade. O conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário.”<sup>82</sup>*

Seria possível levantar a hipótese da ocorrência de uma experiência de controle operário da Usina Presidente Vargas, o grande complexo siderúrgico da CSN?

Para quem não faz idéia da extensão da planta industrial e da complexidade dos equipamentos, torna-se fácil imaginar isto. Mas na realidade percebe-se a dificuldade em fazê-lo e a necessidade de fazê-lo. Poderíamos buscar explicações mais subjetivas, originárias do fato da empresa ser estatal e os operários serem movidos pelo sentimento de preservação/proteção do patrimônio público e de “gratidão” para com a CSN-mãe. Mas as racionalizações impostas desde a década de 60 e o despotismo das chefias, como já vimos, comprometem a plena potencialidade da explicação através apenas dos fatores subjetivos.

Em verdade, a necessidade tende a prevalecer, o que não significa que os operários não tivessem mais preocupação com o “cuidar” da empresa. Uma primeira necessidade diz respeito a este “cuidar”. Os equipamentos são muito complexos e de valores altíssimos, pois se trata de uma grande unidade industrial, com várias unidades dentro de si. Alguns deles, como alguns fornos e, principalmente, os altos-fornos, carecem de atividade constante, pois seu revestimento refratário mantém temperaturas elevadíssimas necessárias à fusão dos componentes que dão origem ao ferro-gusa, que posteriormente será convertido em aço. Portanto, o “abafamento” dos fornos, a fim de se paralisar a produção, é manobra delicada que exige precisão, sob pena de transformar milhões de dólares em mera sucata. E há um prazo para a duração de tal procedimento. Paralisá-los totalmente é decisão de muita responsabilidade que requisita trabalho especializado de engenheiros e técnicos para monitorar o processo sem colocar em risco todo o equipamento.

<sup>82</sup>

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p. 288.

Diante destas prerrogativas técnicas, ficou clara para o movimento sindical a necessidade de ocupar a usina a fim de manter os equipamentos essenciais em funcionamento, em esquemas de revezamento controlados pelo comando de greve.<sup>83</sup> Eliminava-se assim o risco da acusação ao movimento sindical de negligência.

Outro fator seria de ordem tática: devido ao gigantismo da instalação industrial, que corta a cidade quase de uma extremidade a outra, é muito difícil garantir uma paralisação impedindo a entrada de operários, ou os tradicionais piquetes. Pois a ação da empresa, de buscar pessoas em casa ou utilizar o aparato repressivo, era facilitada em função das muitas entradas (chamadas de buracos) para além das quatro oficiais.

A força das paralisações residiria então no fazer-se de dentro para fora, pois no interior da usina os operários faziam o “arrastão”, caminhando de área em área para convencer os companheiros a pararem de trabalhar. A cada setor paralisado aumentava o número de operários nos “arrastões”, o que encorajava os que ainda trabalhavam a aderirem e intimidava as chefias da empresa. Mas, lembremos, a suposta “primeira” greve foi em 1984: sem experiência, e ainda na Ditadura!

Volta Redonda era Área de Segurança Nacional, sob o argumento de que a siderurgia era estratégica para o país, e nem prefeito esta população podia eleger. A presença e tutela militar não se davam apenas pela proximidade com a cidade de Resende, sede da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em Barra Mansa, cidade vizinha, foi instalado um Batalhão do Exército, para “segurança nacional”, e vários oficiais, como já relatamos, ganhavam casas da CSN para residirem em Volta Redonda, para “estreitarem” os laços com a chefia.

Para romper com o medo, a inexperiência e as ameaças militares, era necessário muito mais que uma direção sindical reconhecida pela categoria metalúrgica. Não bastavam as relativamente favoráveis conjunturas política (“abertura”) e econômica (“crise do milagre”, recessão, arrocho salarial). Aliás, a combativa direção era fruto do mesmo processo que venceu os receios e fez a histórica greve de 1984 na CSN: a organização pela base, ou nos locais de trabalho. Somente a compreensão da importância das comissões de fábrica permite entender que em plena Ditadura (apesar de sua decadência), com o sindicato neste modelo e nas mãos do peleguismo, tenham ocorrido assembleias massivas contra a gestão Lustosa. Só as comissões de fábrica seriam (e foram) capazes de assimilar a derrota da Oposição Sindical em 1980 na base

---

<sup>83</sup> VEIGA, S. M. & FONSECA, I. op. cit., pp. 54-55.

da fraude e construir o caminho para a vitória (apesar de mais fraudes e manobras) da chapa de Juarez Antunes e José Emídio Barcelos em 1983.

Em uma empresa com mais de duas dezenas de milhares de empregados, as reuniões para organização das comissões de fábrica se davam no horário de almoço, de saída, intervalos para lanche, nos “quartinhos” ou “barracos” (espaços improvisados pelos operários para fazer e guardar café, descansar/dormir, jogar, etc.). Responsáveis diretas, entre outros fatores, pela derrota do peleguismo, estas comissões atuavam em sintonia com a direção do Sindicato, agora reconhecida como “combativa” pela ampla maioria do operariado.

*“A solidariedade operária – que no sindicato desenvolvia-se na luta contra o capitalismo, no sofrimento e no sacrifício – torna-se no conselho algo positivo, permanente, que se encarna até no mais ínfimo momento da produção industrial, algo contido na alegre consciência de fazer parte de um todo orgânico, de um sistema homogêneo e compacto que, trabalhando de modo útil, produzindo desinteressadamente a riqueza social, afirma sua soberania, realiza seu poder e sua liberdade criadora de história.”<sup>84</sup>*

As comissões mais organizadas elegiam seus “ativistas” principais, que faziam o elo entre o chão-de-fábrica e a direção sindical, além de terem publicações específicas, como: *Boletim de base; O Trem Fantasma; O Cobra; Areia nos Olhos; Máquina Quebrada; Arrastão; Formigueiro; etc.*<sup>85</sup> As assembleias, massivas, dentro ou fora da usina, eram pré-articuladas pela direção sindical e comissões de fábrica, assim como as deliberações se faziam cumprir por este expediente. Cumpre afirmar então que os trabalhadores da CSN controlavam a empresa nos momentos de greve, a despeito das chefias (quando não conseguiam seu apoio), determinando o cuidado com os equipamentos, o revezamento nos setores essenciais, a continuidade da alimentação, etc. E nos momentos que não eram de confronto imprimiam uma dinâmica de enfrentamento, denúncia e negociação com a direção da empresa, acostumada até então a se beneficiar do despotismo das chefias. As comissões de fábrica, portanto, atuavam desde os problemas cotidianos dos operários (qualidade dos vestiários, da alimentação

---

<sup>84</sup> GRAMSCI, A. Op. cit., p. 289

<sup>85</sup> VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. Op. cit., p. 76.

servida, das condições inseguras, do autoritarismo, etc.) até as questões de toda a categoria ou as questões nacionais (greves gerais, por exemplo).

Mas em uma categoria que, após 1964, nunca havia feito greve, numa Área de Segurança Nacional ainda na Ditadura civil-militar, fazia-se necessário o apoio extra-fábrica, para garantir a força da paralisação. Para tanto foi necessária a imbricação do movimento sindical com os outros movimentos sociais organizados da cidade. Podemos dizer, inclusive, apesar da forma como a greve foi encerrada, com divisões na diretoria do Sindicato e não obtenção de toda a pauta de reivindicações, que ela foi vitoriosa, dados o rompimento do receio em fazer a paralisação e a forte adesão.

Insistimos, portanto, que a quebra do receio apoiou-se também no exemplo dos operários das empreiteiras, que em condições muito piores fizeram heróica greve em 1979, contra suas péssimas condições de trabalho, alimentação e discriminação sofrida no interior da usina, tratados como se fossem um “terceiro nível” de operários. E a força da paralisação estava muito mais assentada no trabalho prévio nos bairros e outros movimentos para apoiar a greve do que exatamente pela capacidade organizativa das comissões de fábrica, pois elas ainda eram poucas e, o que importa devido à repressão do regime, clandestinas, não podendo fazer trabalho de agitação e propaganda abertamente.

Porém, não diminuimos sua importância na organização da greve, como provam a rapidez em paralisar tão grande unidade industrial e algumas das táticas utilizadas, como quando o entrevistado Jorge Monção, operário da manutenção mecânica “volante” (porque girava pela empresa), respondeu a pergunta se havia controle operário da CSN já na “primeira” greve, a de 1984:

*“Ah, sim. Na verdade, os arrastões, quando parou a CSN, se não me engano, se não me falha a memória, a assembleia foi às 16 horas, às 18 horas a CSN já estava parada, parada. Parou a SOM, passou os arrastões, essa estrutura já tinha... quem já veio da assembleia já sabia por causa do papelzinho, quem ficou foi pra controlar a máquina, e quem quis voltar, aí era controle operário. Era utilizado o que fosse possível... Com a definição da greve precisamos estabelecer tal, tal, tal, mas todo mundo já sabe... Aí vem essas grandes, esses grandes... codinomes: Poeira nos Olhos, que era o pessoal da sinterização; Trem Fantasma, que era do Átila, que é da locomotiva... E durante o dia, um dia antes, eu lembro, rolaram uns mosquitinhos, rolaram uns papelzinho pequenininho assim, que poucos recebiam, ... isso aqui não*

*pode vazar não... os arrastões, não tinha resistência... já tinha crachá, já sabiam, já tinham escolhido os que iam tocar o processo [siderúrgico]... ”<sup>86</sup>*

O que queremos dizer é que os dois trabalhos, das comissões e do “movimento popular” da cidade, se somavam, já se articulavam desde a primeira greve pós-1964.

Em outras seis paralisações feitas pelo operariado da CSN, guardadas as diferenças entre elas, a ação repressiva da empresa, já escaldada, apoiada pela polícia e exército, foi mais eficaz, o que impediu ou dificultou a ocupação da fábrica e determinou a redução no nº de dias parados e/ou o fim das greves. Os relatos dos operários falam da humilhação imposta pelos soldados com armas em punho, obrigando os metalúrgicos a retornarem ao trabalho, indignados e de “cabeça baixa”.

Na greve geral de 20 de agosto de 1987, que fracassou no país, mas foi forte em Volta Redonda, a repressão foi extrema: escaramuças com soldados, na usina e na cidade, demissão de ativistas e até de “cipeiros” (que tinham estabilidade), proibição de diretores do sindicato entrarem na usina, desmantelamento da greve. Mas o que explicaria, apesar da quebra da organização imposta pela CSN, que um ano depois os trabalhadores fizessem uma greve que, informada pelos acontecimentos nacionais, também ajudou a determinar a conjuntura política brasileira? Lembramos que a demissão de ativistas, cipistas e diretores gerou um efeito colateral (na perspectiva da empresa), que foi a luta pela readmissão. Fortalecida pela determinação aprovada na nova Constituição, tornou-se um dos pontos nevrálgicos para a eclosão da greve de 1988, quando o exército invadiu a cidade e a usina e matou três operários.

As mortes de William, Walmir e Barroso não significaram a derrota dos grevistas, pelo contrário, fortaleceram o movimento. A própria deflagração da greve foi resultado da pressão da massa operária, contra a direção do Sindicato. Esta massa, dirigida pelos ativistas das comissões de fábrica, cobrava itens não cumpridos pela CSN e as conquistas da Constituição de 1988, como a readmissão de demitidos em greves e o turno de seis horas. Exigiram a greve porque tinham plena consciência de sua força de mobilização, mesmo em caso de ação do Exército. Mais, esta massa considerava-se preparada para enfrentar os militares. Não se tratava de táticas de guerrilha, como governo e parte da mídia fizeram parecer para a nação, mas do firme propósito de

---

<sup>86</sup> Entrevista Com Jorge Monção Ferreira, realizada pelo autor, em 09/02/2009. Arquivo de voz nº 01, de 00:34:14 a 00:36:36.

permanecer no interior da CSN, ocupando-a para proteger os equipamentos. Ocupação que era a espinha dorsal da força da paralisação.

Havia então um acúmulo político-organizacional, entre os operários e entre os movimentos sociais que os apoiavam, que permitia dar um passo mais arriscado, sujeito a forte repressão. Para fazer um enfrentamento de tamanha envergadura, este acúmulo e as comissões de fábrica -que clandestinamente mantiveram a organização sindical no interior da usina, mesmo após as demissões de ativistas e “cipistas” e a proibição da entrada da direção do Sindicato na usina- conseguiram dar segurança e preparar milhares de operários, fortalecidos também pelo trabalho em conjunto com a direção do Sindicato.

Sobre estas comissões, importa destacar a atuação dos operários da FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN, responsável por reparos e montagens na UPV). Eram vistos pela CSN, de certa forma, como empregados de “segundo nível” da empresa. Pela discriminação e exploração sofridas, aliadas ao fato de circularem por toda a empresa (assim como os operários da manutenção “volante”), sempre foram ponta-de-lança das iniciativas de paralisação. Por vezes os arrastões se iniciavam na FEM e depois iam paralisando a Usina.

Destacamos também a atuação dos operários da SOM (Superintendência de Oficinas Mecânicas). Na planta industrial estudada, esta unidade era a que mais se assemelhava ao clássico da concentração operária em um grande galpão, com várias máquinas para manutenção e confecção de peças. Em torno destas máquinas os operários organizaram-se mais consistentemente, e tornou-se parte da “cultura da peãozada” fazer reuniões e assembleias no pátio da SOM (em frente aos galpões). Várias lideranças e diretores do Sindicato eram originários deste setor, como Juarez, Albano, Cerezo, Luizinho, etc.

E finalizamos a exemplificação com o trabalho militante de comissões na área do alto-forno, encabeçada por Vagner Barcelos, e da laminação, com José Emídio e Vanderlei Barcelos. Note-se que Vanderlei e Vagner eram técnicos, não se enquadrando na visão típica de senso comum do “peão”. Mas a militância de esquerda, orientada inicialmente pela Igreja Católica, depois pelo trotskismo da DS (Democracia Socialista), tendência interna do PT, superava essa suposta diferença.

Cientes do apoio dos outros movimentos sociais (do “lado de fora”), do apoio da maioria da população de Volta Redonda, apesar da repressão, e para muito além dela, os trabalhadores da CSN demonstravam que tinham o controle operário da CSN, como

demonstram os casos de montagem de equipes, controladas pelo Sindicato, para manter o funcionamento de áreas vitais da siderurgia. Isto se verificou em 1988, mas também em 1990, quando foi necessário sustentar 31 dias de greve, impasse que chegou a situação-limite dos operários trabalharem em regime de revezamento, durante trinta e seis horas, para salvar os altos-fornos da empresa. A direção da CSN, não apostando na durabilidade da greve, irresponsavelmente (como em 1988) mandou abafar os fornos. Os voluntários eram escolhidos em assembléia, e a direção do Sindicato providenciava crachás do movimento que os autorizavam a trabalhar, além de comunicar seus familiares. Não fosse esta clara demonstração de controle operário, a conta – cara – cairia sobre os cofres públicos.

O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vagner Barcelos, que era técnico em alto-forno, ajudou a organizar o trabalho de recuperação dos equipamentos. Vale lembrar que os operários só podiam entrar juntos para a “missão” em ônibus cedidos pela empresa, conforme exigência da assembleia. Muito aplaudidos, como heróis, tinham o respaldo de uma cidade que torcia e aguardava, do lado de fora, em assembleia permanente.

*“... A notícia de que a operação de salvamento fora bem sucedida foi recebida com aplausos por três mil operários que se concentravam diante do prédio da administração.*

*Sob orientação do Sindicato dos Metalúrgicos, foi iniciado ontem o trabalho para a recuperação do alto-forno 3.”<sup>87</sup>*

Destruir a força das comissões de fábrica era questão fundamental para se obter a privatização da CSN, projeto caro simbolicamente para a implantação do neoliberalismo no Brasil. As demissões, em cifra de milhares, foram precisas no corte de cabeças de ativistas das comissões. E ao mesmo tempo em que se quebrava a espinha dorsal do movimento sindical, que se impossibilitava o controle operário, implantava-se os novos modelos de gestão da força de trabalho (círculos de controle de qualidade), o que obrigava os trabalhadores a ficarem depois da hora em reuniões onde deveriam apresentar soluções para melhorar a produtividade em seus setores e, conseqüentemente, gerar mais demissões.

---

<sup>87</sup> Jornal “O Globo”, de 20/11/1988, p. 01

*“Tais greves perderam o seu caráter impulsivo, fortuito, e se tornaram a expressão da atividade consciente das massas revolucionárias.”<sup>88</sup>*

Podemos pensar na inexistência de um trabalho consciente de transformar as comissões de fábrica em embriões de uma organização social de outro tipo, socialista ou proletária, no sentido utilizado por Gramsci quando se refere ao “biênio vermelho” na Itália. O que não significa que não houvesse operários e militantes com essa compreensão e ação voltada para esse fim, muito importantes, dirigentes e influentes. Essas lideranças, de várias tendências políticas de esquerda, com profundas divergências entre si, terminavam por agir como “frente única” nos momentos de enfrentamento com a empresa e as forças repressivas do Estado. Não contradizendo o início do parágrafo, faziam conscientemente, assentadas na organização nos locais de trabalho, com o apoio dos movimentos sociais, e com o reconhecimento da liderança da direção sindical, um trabalho de aprimoramento do controle operário sobre a empresa.

No calor das mobilizações, no ir-sendo da luta de classes, demonstrava-se a desnecessidade da figura do capitalista, o que se torna complexo se tratamos de uma empresa que era estatal. Controlar a empresa levava à discussão do papel de uma estatal para a sociedade, à discussão da política econômica que a tornava supostamente inviável e deficitária, ao sentimento de pertencimento desta aos seus trabalhadores e à sociedade da cidade onde estava instalada.

Mas estas lideranças também enxergavam a existência de elementos espontaneístas na organização das comissões, na condução das greves, nos enfrentamentos ao aparato repressivo, etc. Isso pode fazer pensar em certa inconsistência teórica de parte das lideranças, mas principalmente dos quadros médio, para não falarmos da “massa”. Havia medo da perda de controle do processo de mobilização por parte da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, mas também da garantia de até onde aquela categoria e aquela população suportariam o enfrentamento.

Isso, no entanto, foi o suficiente para acender o sinal vermelho para a burguesia.

## 3.2. Outros movimentos sociais e relação com a institucionalidade.

### 3.2.1. Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base.

Como já apontamos no item 2.3, a participação da Igreja Católica é fundamental na reconstrução do movimento social organizado da cidade. O que nos referimos como participação da Igreja Católica, entenda-se, se dá a partir da nomeação de Dom Waldir Calheiros como bispo da Diocese da região. Oriundo de Alagoas, teve uma infância difícil na zona rural daquele estado, como relata em entrevista, apesar do parentesco com o famoso Renan Calheiros<sup>89</sup>.

Indicado pelo padre de sua região, cursou seminário e estudos de Filosofia ainda em Alagoas. O curso de Teologia já foi realizado no Rio de Janeiro, quando, após ser responsável pela Igreja de São Francisco Xavier, foi nomeado bispo auxiliar da Diocese do Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1964, como ele mesmo diz, “no dia da luta dos trabalhadores... nascido bispo... dentro do espírito do Concílio Vaticano II.”<sup>90</sup>

O Concílio Vaticano II realizou-se entre 1962 e 1965 e, segundo especialistas, teria sido o mais importante acontecimento no campo cristão durante o século XX. Determinava que a Igreja tivesse maior posicionamento quanto às questões sociais e isto permitia, ou apontava, para uma maior participação dos leigos nas tomadas de decisões da Igreja. Vale ressaltar que esta mudança de postura sofreu resistências no interior da instituição, dada a sua estrutura piramidal e autoritária. Dentro das orientações do Concílio citado, os bispos latino-americanos reuniram-se em Medellín, em 1968, para o CELAM (II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano) a fim de adaptar as resoluções ao continente latino-americano.

Onze anos depois, no III CELAM, em Puebla, no México, a chamada “opção preferencial pelos pobres” foi ratificada, o que serviu de base para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (as CEB’s) e da Teologia da Libertação, levando várias lideranças eclesiais e leigas a se engajarem nas lutas sociais do período. Há um debate sobre esta mudança de postura da Igreja no sub-continente. Teria sido uma reação aos regimes ditatoriais da região ao mesmo tempo em que tentava evitar a crescente influência do comunismo sobre os diversos movimentos que surgiam.

---

<sup>89</sup> Entrevista com Dom Waldir Calheiros, realizada pelo autor e Danilo Caruso, em 12/05/2008. Arquivo de voz nº 01, de 00:02:24 a 00:03:05.

<sup>90</sup> PEREIRA, Sérgio E. M. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de Doutorado em Sociologia – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 100.

No caso do Brasil, a Igreja oscilava de um majoritário apoio à Ditadura civil-militar para a contestação desta, devido à dureza da repressão. Dom Waldir chega a citar Dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, que inicialmente apoiou a “revolução” e depois teve um dos sobrinhos preso, torturado e que se “suicidou” no local onde estava preso.<sup>91</sup> Já neste contexto de enfrentamento de setores da Igreja com o regime, Waldir Calheiros foi nomeado bispo da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda, em 8 de dezembro de 1966. Embora tivesse na memória as imagens dos operários da CSN, em apoio a Jango (no famoso Comício da Central do Brasil, em 1964), ao chegar em Volta Redonda encontrou o movimento sindical e popular destroçado pela repressão. A tentativa (ou realização) de uma greve contra o golpe custou caro aos militantes da cidade<sup>92</sup>.

Com poucos meses de bispado envolveu-se numa polêmica com o comandante do I Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, ao proibir a realização de uma missa em homenagem ao terceiro ano da “revolução de 64”. Entre outros acontecimentos, tornou-se famosa na cidade sua autodecretação de preso, como no relato abaixo:

#### ***“Bispo declara-se preso ao Exército”***

*“Na última semana de dezembro de 1968, a atitude do então bispo de Volta Redonda, Dom Waldir Calheiros, surpreendeu a cúpula do 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada): ele declara-se preso aos comandantes do BIB. A atitude foi por solidariedade aos militantes presos após o Ato Inconstitucional (AI-5) e da comemoração do 20º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Os familiares dos presos foram se queixar comigo pessoalmente. ‘Dom Waldir, meu marido está preso. Fui ao quartel e o coronel Armênio disse que ele estava ali porque havia trabalhado com o senhor naquele dia das comemorações dos direitos humanos.’ Era Marisa, a mulher do Waldyr Bedê”, relembra dom Waldir. “Portanto, queria saber do comandante porque havia prendido os meus colaboradores e não a mim. O comandante da época não queria me prender, mas eu disse que só sairia do quartel depois que os presos fossem soltos”. No dia da visita de dom Waldir havia pelo menos 30 presos no BIB. Como o coronel Armênio reagiu ao pedido? “Ficou perplexo! Aí*

---

<sup>91</sup> Entrevista com D. Waldir Calheiros, realizada pelo autor e Danilo Caruso, em 12/05/2008. Arquivo de voz nº 01, de 00:08:57 a 00:09:20.

<sup>92</sup> Bedê, E. Op. cit., p. 325.

*começou o drama. Ele disse: ‘Mesmo que o senhor me dê um tiro, não posso te prender’. Respondi: ‘Não sei atirar, nem quero aprender’”, relata dom Waldir o diálogo que teve com o comandante do 1º BIB. O professor Waldyr Bedê relembra: “Lembro-me que foi anunciada no alto-falante a presença do dom Waldir no quartel. E os soldados que iam folgar no dia foram escalados para permanecerem no local. Isso fez com que os militares ficassem contra o bispo”. Na ocasião, os militares chamaram os prefeitos de Volta Redonda e Barra Mansa e os presidentes das Câmaras das duas cidades para convencer dom Waldir desistir da idéia. Após 12 horas de negociação, o comandante do BIB garantiu que os presos seriam escutados e liberados em seguida<sup>93</sup> ...”*

Sofrendo represálias, acusações de subversão, e inclusive um Inquérito Policial Militar (IPM), Dom Waldir ganhava repercussão com sua atuação, inclusive defendendo soldados vítimas do autoritarismo. Porém, conforme o trabalho de Soares, a luta política de enfrentamento à Ditadura, que o bispo afirmou sempre saber que era da burguesia e nunca ter tido ilusões quanto a seus objetivos, pode ocultar o outro trabalho desenvolvido em seu bispado. Citando Soares:

*“Ao mesmo tempo em que essas arbitrariedades e atritos aconteciam, articulava-se em Volta Redonda a primeira tentativa de superação do sistema paroquial tradicional. Para implementar seu projeto pastoral, estimular uma maior participação dos leigos nas decisões ... a Igreja de Volta Redonda articula uma importante mudança a partir do ano de 1969: a implantação de uma nova estrutura organizacional, a paróquia única, abandonando a estrutura tradicional e hierarquizada das antigas paróquias.<sup>94</sup>”*

Esta “centralização” das paróquias em uma só se deu, portanto, sob a batuta de um bispo de visão adequada ao Concílio e aos CELAM’s, o que permitiu maior participação dos leigos nos rituais católicos locais e a conseqüente necessidade de formação de “quadros” religioso-políticos dentro da nova filosofia. A mudança foi significativa pois os moradores das periferias deixaram de ter que se dirigirem às

---

<sup>93</sup> Jornal Diário do Vale, 21/03/2004. Especial “Ditadura Militar: 40 anos depois”.

<sup>94</sup> SOARES, Paulo Célio. *CEB’s: A construção de uma nova maneira de ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001, pp. 147-148.

paróquias centrais, permanecendo em suas comunidades, construindo e/ou utilizando salões e igrejas simples, despojadas da concepção do “luxo e grandeza” da Igreja Católica. Uma centralização que, paradoxalmente, gerou descentralização.

Os operadores desta mudança eram: o próprio Dom Waldir, que por força das circunstâncias assumiu a paróquia do bairro Retiro (o maior e mais populoso da cidade), até ser substituído; os leigos, já citados; as irmãs da Congregação Sacramentinas de Jesus Crucificado; e os padres operários. Os chamados padres operários são oriundos, em sua maioria, da França (embora Volta Redonda tenha recebido um belga e um canadense), e na cidade, como nos outros lugares em que atuavam, se empregavam nas fábricas e desenvolviam trabalho político-religioso de organização de pastorais operárias. Em Volta Redonda chegaram a fundar um seminário de formação para padres operários. As aulas eram na diocese, mas os alunos iam também a outros lugares ter aulas com figuras proeminentes da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff.

Alguns destes leigos que vieram a ter participação na nova forma de agir da Igreja na região, vieram a estudar no seminário dos padres operários, como foi o caso de Wagner Barcelos, diretor e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. E muitos destes leigos, como nas palavras de Calheiros, “despertaram para a nova dimensão da fé”, a da atuação política em diversas frentes do movimento social organizado, e não apenas o sindical. Como nas palavras de um entrevistado, que participava de uma comunidade católica ainda no modelo tradicional, na zona rural de Barra Mansa, limítrofe com Volta Redonda, convidado para uma reunião de campanha de Rosalice Fernandes, pelo PT:

*“...cheguei lá tinha um homem francês de bermuda, tomando cerveja, fumando, um casal de lésbicas, ... aí alguém me falou que ele era padre, ... aí foi um choque, ... fiquei três dias na casa dela, é aqui que vou ficar...”<sup>95</sup>*

A atuação das CEB's, através de seus “grupos de reflexão”, não se restringiu aos bairros típicos do operariado da CSN, se expandindo para as regiões periféricas. Chegaram a ser formadas mais de 80 comunidades deste tipo pelos bairros da cidade. Através do Boletim Diocesano, a atuação era centralizada politicamente, tendo organicidade. Organicidade que se desenvolvia através da incorporação, nos rituais religiosos, das diversas necessidades sociais e formas de luta política que floresciam no

---

<sup>95</sup> Entrevista com Alvino Lima, realizada pelo autor e Danilo Caruso, em 20/05/2008. Arquivo de voz nº 02, de 00:02:10 a 00:03:00.

período. Ação como de um partido político no sentido mais estrito, através de organismos às vezes até conflitantes, como a Pastoral Operária (PO), a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO), etc.

Muitos militantes foram lançados na cena política local, atuando não apenas na formação da Oposição Sindical, mas também na formação e/ou retomada das Associações de Moradores, nos movimento de Posseiros Urbanos, na organização do Centro Estadual de Professores (CEP), no movimento estudantil, etc.

A ação política católica baseada na Teologia da Libertação, portanto, não se limitava às disputas de cunho religioso, como entre os próprios católicos (concepção de Igreja) e entre católicos, protestantes, espíritas e outros no arrebanhamento de fiéis. Ia além, disputando politicamente com as esquerdas tradicionais, comunistas das mais diversas tendências e/ou remanescentes da luta armada, como atesta a formação do PT, onde a Igreja teve papel importante. Tudo no contexto de luta pela democracia, o que era traduzido na Cidade do Aço na luta o contra o despotismo das chefias da CSN, contra os prefeitos autoritários nomeados pelo fato da cidade ser Área de Segurança Nacional, contra o arrocho salarial, contra as péssimas condições de vida nas periferias.

Pereira, em seu trabalho já citado, afirma:

*“Para militantes e trabalhadores metalúrgicos, como para muitos moradores e moradoras, os anos 80 abririam a possibilidade de tomar a Cidade do Aço, sua história e o seu destino em suas mãos.”<sup>96</sup>*

### 3.2.2. Associações de Moradores e Comissão de Posseiros Urbanos.

No mesmo compasso do que ocorria nas principais cidades do país, o processo de formação de associações de moradores em Volta Redonda foi intenso. Na maior parte dos casos, as associações foram fundadas, e tomamos como exemplo a Associação de Defesa do Povo da Vila Brasília. Nos casos em que elas foram retomadas ou rearticuladas, tomamos como exemplo a principal delas, a Associação de Moradores do Retiro (AMARE), por ser a do maior bairro da cidade, tendo inclusive atuação sobre outros bairros e espécies de sub-bairros em seu interior.

---

<sup>96</sup> PEREIRA, S. E. M. op. cit., p. 110.

De acordo com o item 3.2.1, no caso das associações de bairro a presença de militantes oriundos do novo tipo de atuação da Igreja Católica é marcante. A partir das CEB's e seus grupos de reflexão, do movimento contra a carestia, e das demandas de cada localidade, como as questões de moradia, qualidade do transporte, saneamento básico, educação, saúde, contenção de encostas, etc.; os militantes iniciaram séries de reuniões no intuito de fazer existir uma associação. Com atividades político-reivindicativas concretas, como idas à Prefeitura e Câmara de Vereadores, fechamentos de ruas, pressão sobre as empresas de ônibus, entre outras, o núcleo inicial foi crescendo, mais pessoas se envolviam.

Importa ressaltar que alguns dos iniciais militantes católicos acabavam por se afastar organicamente da Igreja, quando do contato e filiação a partidos políticos, em especial o PT e o PDT. O crescimento numérico de associações pela cidade trazia consigo as disputas políticas que se davam na sociedade brasileira em torno da reorganização da esquerda. Disputas entre grupos da própria Igreja, entre grupos da Igreja e outros grupo de esquerda, entre grupos de esquerda e/ou partidos. Um exemplo que pode ser citado é o da Associação de Moradores do Bairro Açude, área periférica após o Retiro, onde a associação passou a ser dirigida por um grupo de extrema-esquerda ligado à Causa Operária na figura de seu presidente. Maurício “Boquinha” era também liderança metalúrgica do Grupo de Oposição Sindical, fruto da primeira divisão na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, após a greve de 1984.

A AMARE, como várias outras, possuía boletins próprios para a comunicação com os moradores. No caso desta associação estudada, os materiais não se limitavam apenas às questões reivindicativas locais. Trabalhavam consciências através de críticas ao moribundo regime militar e sua face na cidade, o último prefeito “biônico”, Benevenuto dos Santos Neto. Mesmo a partir de 1985, quando Volta Redonda passa a eleger seu próprio prefeito, os boletins demonstram uma preocupação com os rumos da cidade como um todo, insistindo em sua condição de cidade operária e na solução prioritária dos problemas das populações periféricas e/ou mais pobres.

A prática de interferir, quando não ditar, a agenda política municipal, guarda estrita relação com a atuação destas associações. A AMARE, por exemplo, foi dirigida por muitos anos pelo padre João Pedro (ou Jean-Pierre), um dos padres operários que contribuíram para a reorganização política da sociedade volta-redondense. Cabe lembrar que o primeiro prefeito eleito, o médico Marino Clinger, foi eleito pelo PDT com o apoio de várias lideranças de associações e sindicais. Rosalice Fernandes, apesar de

fundadora do PT, quando se desloca para o PDT carrega consigo várias lideranças comunitárias importantes no apoio a Clinger, o que contribuiu para a pressão sobre a prefeitura nas lutas travadas pelas associações.

Foram mais de quarenta associações formadas no início dos anos 80. O outro exemplo que citamos, da Associação de Defesa do Povo da Vila Brasília, guarda uma peculiaridade em relação à AMARE, embora várias outras tenham surgido a partir da mesma problemática: a ocupação de terras. A Vila Brasília é um entre vários morros próximos na região do Retiro, como Coqueiros, Mariana Torres e Pau D'Alho (hoje Belo Horizonte). Conforme o entrevistado João Helvécio, fundador e por vários anos diretor e presidente desta associação, tudo começou quando o prefeito Benevenuto mandou derrubar barracos de famílias que ocupavam o morro, com auxílio de força policial, defesa civil e apoio de alguns moradores do bairro. A resistência foi forte, e o conflito, inevitável.

Diante da política agressiva da Prefeitura, o entendimento foi da necessidade de se construir uma associação. Mas conforme o depoente, a luta deveria ir além das demandas tradicionais de uma associação:

*“... aí o que a gente priorizou? Os bairros que tinham áreas de posse. Onde tinha área de posse a gente falou: ó, o prefeito quer botar pra fora! Ao invés de fazer obra pra dentro de casa, fazer água, esgoto, botar energia, botar asfalto, botar isso, botar aquilo, ele quer é tirar o pessoal daqui...”<sup>97</sup>*

A luta seria então, também, pela posse da moradia. Uma luta política maior por se tratar da solução, por parte e à maneira da sociedade organizada, da falta de moradia, problema histórico do país. Isto sem falar que é uma questão que envolve o direito de propriedade, princípio pétreo do liberalismo possessivo, mesmo em se tratando de terras públicas, novas fora a prática da grilagem. Todas as associações, portanto, sem abandonar as outras demandas, passam a priorizar a regularização das áreas de posse e/ou estimular e organizar novas ocupações. Com essa tática, as associações cresceram em participação e liderança política da sociedade, pois tirar pessoas da situação de ausência de moradia possui um significado ímpar para quem se encontra nesta situação.

---

<sup>97</sup> Entrevista com João Helvécio, realizada pelo autor em 10/02/2009. Arquivo de voz nº 01, de 01:06:25 a 01:06:44.

O caso símbolo desta atuação das associações se deu na grande ocupação conhecida como Divinéia, hoje bairro Padre Josimo Tavares, em homenagem a este que, assassinado, se tornou um dos símbolos da luta pela terra. A primeira ocupação da área se deu sob a liderança de Edson Santana, militante do PT que, devido a esta atuação política, será eleito o primeiro vereador deste partido na cidade. Posteriormente, devido às divergências entre o grupo majoritário na direção do PT (de extrema-esquerda, ligado à nova Oposição Sindical) com os outros grupos petistas e com o PDT, Edson Santana seria lançado candidato a prefeito contra Juarez Antunes.

Como a necessidade era grande, uma nova ocupação da área foi organizada, sob a liderança da AMARE e Associação da Vila Brasília. Nesta segunda leva, a preocupação ia além do conseguir a terra para moradia. Foi feito um cadastro e um levantamento sócio-econômico dos interessados, para tentar evitar pessoas oportunistas, e a data para ocupação foi planejada. Havia a discussão de como seriam a socialização e a estrutura do novo bairro que se formava:

*“... não bastava ocupar, tinha que organizar o negócio... estabelecer regras para água, esgoto, área comum... fazer o negócio funcionar de forma cidadã, e não de forma bagunçada.”<sup>98</sup>*

*“Porque só pobre podia aceitar morar naquele lugar. É um lugar onde os ventos, a poluição, vai tudo pra lá... Então a ocupação da Divinéia teve esse viés, de organização, de que não podia ficar só na ocupação, tinha que ter escritura, tinha que construir escola, área de esporte, equipamentos de água e esgoto, energia... transporte, infraestrutura...”<sup>99</sup>*

Havia, para não fugir à regra, uma disputa política entre as lideranças da primeira e da segunda ocupação, embora tenham ocorrido de forma quase simultânea. Mas o que dificultava a ocupação definitiva acabou por transpor as divergências em busca de uma solução. A Divinéia, na origem, era uma propriedade particular adquirida pelo general Castelo Branco quando este foi diretor da CSN. Tendo percebido que não fez um bom negócio, e usando toda sua influência, conseguiu que esta sua propriedade fosse comprada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Como o BNH nada fazia, o

---

<sup>98</sup> Entrevista com João Helvécio, realizada pelo autor em 10/02/2009. Arquivo de voz nº 01, de 00:45:30 a 00:45:51.

<sup>99</sup> Idem, 00:59:48 a 01:00:26.

movimento social da cidade ocupou a área, e passou a exigir, através inclusive de caravanas à Brasília, que fosse transferida para o controle da Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR). Com as terras sob controle deste órgão público ligado à Prefeitura, a pressão dirigiu-se então ao prefeito, que por fim regularizou a situação dos posseiros.

Gostaríamos de ressaltar que, apesar de termos citado apenas a atuação de duas associações de moradores, em um universo de formação de cerca de quarenta delas, e apesar da especificidade de cada uma; que o nível de organização e mobilização destas comunidades se tornou alto a ponto de dialogar e/ou impor execução de políticas públicas ao bloco de poder local, contribuindo decisivamente no apoio e articulação com o movimento sindical, como veremos mais à frente. A título de demonstração da mobilização das comunidades nos bairros, no apoio e participação nas lutas sindicais, podemos citar:

*“A gente fazia algumas plenárias na Cúria pra, com representação das igrejas e dos movimentos populares pra poder, pra quando tava se preparando pra uma greve. A gente tirava tarefas assim, não era pra nós, militantes, as tarefas eram pra os lugares onde a gente era representante... porque você tava lá representando alguma coisa, você não tava lá em seu nome... E aí, nessas épocas, tirava por exemplo, a região leste, com a igreja, com todas as associações de moradores, com toda a mobilização que tiver lá, vai parar a Viação Agulhas Negras... a região não sei o quê vai parar a Sul Fluminense... a região não sei o quê vai para a Passagem Superior [entrada principal da CSN]... organização nossa mesmo, independente dos metalúrgicos... Então lá no nosso bairro a gente fazia o que era definido pra nossa região, então várias atividades diferentes, a gente já fez, a gente já parou a Agulhas Negras, a Viação Elite... a gente já foi pra lá, passar a noite lá, ia uma penca, ia duzentas pessoas, pra poder impedir que os ônibus saíssem, a gente já fez barricada nos bairros pra poder impedir que as kombis da CSN entrassem pra buscar operário em casa, a gente já furou muito pneu de Kombi, tinha gente que espalhava miguelito pelas ruas pra furar pneu dos carros, entendeu? Então, assim, a gente fazia comida, fazia os panelões de comida pra levar pra porta da CSN, pra poder garantir que o pessoal lá de dentro pudesse comer, que o povo cá de fora também não tivesse que se deslocar, se dispersar... fazia celebrações na rua pra tentar ver se sensibilizava outras pessoas que não tava participando... Na verdade quando tinha greve a gente praticamente não entrava em casa... quer dizer, as*

*mulheres, as crianças, os homens, a gente praticamente não entrava dentro de casa, a gente ficava na rua pra garantir que a greve acontecesse... ”<sup>100</sup>*

Diante do quadro de liderança das associações de moradores à processos de ocupação de terras, é possível perceber a urgência desta questão na cidade na década de 80. Nos anos finais de condição de Área de Segurança Nacional, com um território urbano reduzidíssimo se comparado a outros municípios (áreas para expansão urbana) e várias propriedades da CSN em seu interior, a questão da ocupação de terras para solução da falta de moradias teria que ser resolvida naquele momento histórico, sob pena de não se conseguir mais fazê-la.

Cabe então analisar rapidamente outro movimento surgido desta frente política da sociedade civil: a Comissão de Posseiros Urbanos (CPU). Interessante notar que, embora muitos dos participantes desta Comissão atuassem também nas associações de moradores, algumas das associações surgiram a partir das áreas de posse que a Comissão dirigia. E, mesmo em relação com as diversas diretorias de associações e/ou trabalhos conjuntos, tornou-se um ativo e determinante agente da sociedade civil no que tange à questão da moradia, mas também em relação à definição das prioridades do poder público, ou sociedade política local. A CPU era fruto autônomo desta específica frente de luta.

Poderíamos citar mais de vinte ocupações e/ou lutas pela posse da terra com a participação da CPU. Optavam por áreas públicas e sua tática, superficialmente, era: primeiro, garantir que ninguém fosse despejado. Segundo, lutar pelo reconhecimento por parte do poder público, de que aquelas áreas eram habitadas “por pessoas”, para que se efetuassem a regularização da propriedade. Demos destaque à expressão anterior porque, conforme nossa entrevistada, os últimos prefeitos biônicos (Aluísio Campos Costa e Benevenuto dos Santos Neto) argumentavam que as áreas a que o movimento social se referia, no mapa oficial, não correspondiam a bairros habitados. Sendo assim, só com uma mudança na lei a Prefeitura poderia atender as reivindicações. Como Prefeitura e Câmara dos Vereadores não modificavam a lei, a solução foi forçar a mudança via ocupações, que pipocaram pela cidade.

Uma das lideranças da CPU era Maria de Lourdes Lopes, conhecida como Lurdinha. Ela mesma uma posseira urbana, da Comunidade Boa Esperança, no bairro

---

<sup>100</sup> Entrevista com Maria de Lourdes Lopes, realizada pelo autor em 11/11/2008. Arquivo de voz nº 02, de 00:18:03 a 00:20:25.

Santo Agostinho, teve sua militância oriunda das CEB's, apesar de o rumo da luta de classes tê-la afastado da relação orgânica com a Igreja Católica. Numa interessante passagem ela fala sobre o porque de sua filiação ao PT:

*“Ih, caraca! Todo mundo tava filiando, menino, todo mundo. Todo mundo que dizia que tinha que construir um mundo novo, e que o mundo novo tinha que ser construído pelos pobres, de baixo pra cima, tava filiando...”<sup>101</sup>*

No PT, abriria diálogo com outros grupos políticos, embora não tenha se vinculado organicamente a nenhum. Configurando-se o PT local (até mais que o PDT, que abrigava também setores não vinculados ao movimento social) como uma caixa de ressonância do movimento social organizado, sua atuação no partido logo foi lida e interpretada conforme as disputas internas. Interessante **notar que** em uma reunião a entrevistada foi “acusada” de trotskista. Sem saber se aquilo era um elogio ou um xingamento, chorou. Hoje, considera-se, ou concorda em linhas gerais com o pensamento de Trotski. Mas teme se definir assim por discordar da atuação de quem se autoproclama trotskista.

Este comentário, aparentemente de ordem particular, remete à questão da mistura de esferas de atuação política nos diversos movimentos sociais da cidade, condição *sine qua non* para a articulação entre estes, o que ajuda a compreender o quadro de relativa hegemonia política das forças populares na cidade.

Voltando ao tema, essa grande efervescência de organização de associações de moradores e de luta dos posseiros urbanos, acabou confluindo para um organismo superior, o Conselho das Associações de Moradores (CONAM). Cumpre registrar que o processo de ocupação de terras e organização de associações suplantava os grupos políticos mais atuantes, o que exigia um articulador entre todas elas a fim de evitar “desvios” e potencializar a solução dos problemas comuns.

A partir da experiência da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores) no Rio de Janeiro, decidiu-se pela criação de um conselho, pois avaliou-se que não havia a necessidade de uma federação por ser Volta Redonda uma cidade pequena para os padrões da capital. O CONAM organizava-se através de uma coordenação geral, sem presidencialismo. Desta coordenação faziam parte representantes regionais (divisões

---

<sup>101</sup> Entrevista com Maria de Lourdes Lopes, idem, Arquivo de Voz nº 1, 00:19:28 a 00:19:40.

geográficas), além de um coordenador-geral, um secretário e um tesoureiro. Todos eram eleitos em Congresso, onde havia disputas entre chapas e discussão de teses, o que demonstra o nível de organização deste movimento.

Apesar da maioria de lideranças vinculadas e/ou estimuladas pela Igreja Católica, as maiores disputas políticas se dão, inicialmente, contra a cooptação de lideranças implementada pelo governo municipal biônico. Diante do crescimento e organização do CONAM, e da “ameaça” que isto representava, prefeito e vereadores, corporificando os interesses de frações da classe dominante, tentaram obter a liderança do processo, sem sucesso.

Um fato curioso na história do CONAM ocorreu na gestão de Marino Clinger, primeiro prefeito eleito. Como já citamos, por ser eleito pelo PDT e apoiado por várias lideranças populares (algumas migradas do PT, como Rosalice Fernandes, João Helvécio, Marino Clinger, etc.), seu governo foi desde sempre pressionado pelo CONAM. Por ocasião de fortes chuvas na cidade, a oposição de direita na Câmara de Vereadores identificou irregularidades na doação de alimentos para as vítimas das enchentes. Esta oposição conseguiu instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que levou ao processo e ao pedido de cassação do mandato do prefeito.

Mesmo com maioria numérica, a oposição não conseguiu que o processo seguisse seu curso, sendo engavetado, porque a Câmara passou a ser diariamente ocupada por manifestantes (principalmente posseiros e associações) que lotavam suas galerias. Mesmo com cadastro para dificultar entrada na Câmara, repressão policial, mudança de horário de sessão, a oposição não suportou a pressão popular. Pode-se pensar, erradamente, que os manifestantes estariam a reboque, ou mobilizados pelo governo. Mesmo que isso seja verdade com a menor parte dos manifestantes, o fato é que foi fruto de discussão política e deliberação, no entendimento da maior possibilidade de arrancar conquistas no governo recém-eleito. Com tensões, evidentemente, como demonstrou a posição dúbia do vereador Edson Santana, único do PT. Liderança de ocupações, sua “base” exigia não apoiar a cassação do prefeito. Mas o Diretório Municipal petista, dominado pela Oposição Sindical a Juarez Antunes, totalmente inserido na disputa PT x PDT, votou que o parlamentar se posicionasse contra o prefeito.

A disputa mais interessante no interior do CONAM se dava em torno do que fazer com a terra após a obtenção do título de posse, ou melhor, como seria sua regularização. Intensos debates opunham os defensores do título de propriedade para

cada posseiro aos defensores da fórmula da “concessão real de uso”. Os primeiros argumentavam que se os ricos podem, os pobres também deveriam ter esse direito, o que garantiria definitivamente a posse da moradia para a família. Já o outro grupo discutia a função social da propriedade anos antes dela ser definida pela Constituição Federal de 1988. Argumentavam que o proprietário poderia se desfazer da propriedade, jogando por terra toda a luta travada, o que exigia elaborar um impedimento ao risco.

O debate dividiu a Igreja Católica, provocou divisões entre o pessoal da AMARE e da CPU. Mas um acordo foi feito, com uma proposta que buscou atender as duas concepções. Atingido o consenso, elaborou-se um anteprojeto de lei que, por pressão popular, estabelecia uma pioneira lei no país de regularização de áreas de posse. Nos dois casos, limitou-se a renda e proibiu-se ser proprietário de outro imóvel. No caso da concessão real de uso, o posseiro ficava proibido de dispor do terreno no futuro.

Argumentos à parte, foi um bom debate, que possibilitou a estas pessoas se apropriarem do conhecimento sobre a questão, o que contribuiu para a elaboração do FURBAN (Fundo de Urbanismo), instituição ligada à Prefeitura que administrava fundos para a urbanização de áreas de posse, gerida por um conselho comunitário onde as associações tinham participação. Esta experiência, anos mais tarde, já na década de 90, durante a elaboração da Lei Orgânica Municipal (que também teve grande participação do movimento social organizado), inspirou a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU). Como o nome já aponta, tinha a participação das entidades da sociedade civil e traçava a política pública para o desenvolvimento da cidade, indo além das experiências de Orçamento Participativo de algumas prefeituras petistas.

Tanto o FURBAN quanto o CMDU sofreram um processo de esvaziamento e burocratização/cooptação no governo de Paulo Baltazar (Frente Popular PSB-PT, de 1993 a 1996), já em plena campanha da cidade contra a privatização da CSN, e continuou nos governos seguintes. Hoje, são sombras pálidas e governistas completamente antagônicas ao período anterior. O CONAM, vítima do mesmo processo, praticamente se extinguiu, tendo sido substituído pela Federação das Associações de Moradores (FAM), que atua em modelo similar ao disseminado pelo país: correias de transmissão do governo municipal, estrutura de vereadores, pequena participação popular.

Foge à nossa delimitação aqui tentar analisar o esvaziamento deste processo, mas, para encerrar, importa ressaltar que durante os anos 80 um setor específico da

burguesia local ficou assombrado com o espectro que rondava Volta Redonda. Os donos de empresas de ônibus, mistura de burguesia com coronelismo através de concessão do Estado. Como as associações de moradores, dentro de suas pautas de luta, incluíam a qualidade do transporte coletivo, a prefeitura, pressionada, chegou a discutir a implantação de uma empresa municipal de transporte coletivo e mudança no sistema viário, além de manter o valor das tarifas menor que em outras cidades. Como mostra reportagem do Jornal de Volta Redonda, de Rosalice Fernandes, o proprietário da Viação Sul Fluminense (a maior da cidade) andava armado na portaria da garagem da empresa para intimidar os fiscais e, conseqüentemente, a Prefeitura.<sup>102</sup>

Quando o movimento social organizado se tornou agente fundamental da sociedade civil, incidindo sobre a sociedade política, a reação burguesa, neste caso, foi visível.

### 3.2.3. Os professores e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE).

As lideranças sindicais dos professores de Volta Redonda fazem questão de afirmar que sua organização político-sindical é anterior à organização dos metalúrgicos, e que contribuíram, com sua luta específica, mas também com sua participação, para a organização da oposição sindical metalúrgica no final dos anos 70.

Isto porque a organização sindical dos professores inicia-se em 1977, também em plena Ditadura civil-militar, quando ainda era vedado aos funcionários públicos o direito de sindicalização. Mesmo com a proibição, os professores fundaram neste ano a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), cuja denominação, que “driblava” a legislação, não impedia que de fato agisse como uma entidade sindical. Neste mesmo ano, o SEP fundiu-se com a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ) e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que juntos passaram a se denominar CEP (Centro Estadual de Professores).

Já em 1979 o CEP, através de uma poderosa e pioneira greve, consegue atingir o piso de cinco salários-mínimos para os professores do Estado e imprimir uma dinâmica de democratização crescente do ambiente escolar, além de dialogar com as comunidades sobre a escola pública como um direito de todos e não privilégio de alguns, sobre a importância de sua universalização com qualidade. Mesmo com a cassação do registro

---

<sup>102</sup> Jornal de Volta Redonda, nº 42, de 02/07 a 09/07/1988, p. 9.

civil da entidade pelo então governador Chagas Freitas, o CEP continuou a representar efetivamente a categoria. Em 1986, o CEP liderou outra greve muito forte, que sofreu dura repressão do governador Leonel Brizola, com enfrentamentos de rua no Rio de Janeiro, fato que se repetiria nos anos seguintes com o governador Moreira Franco, sem que isso enfraquecesse as mobilizações da categoria.

Em outubro de 1987, no seu III Congresso, o CEP admitiu em seus quadros os outros trabalhadores de escolas, mudando sua denominação para CEPE (Centro Estadual dos Profissionais de Educação). Com a promulgação da nova Constituição Federal, em outubro de 1988, que eliminou a proibição de sindicalização aos funcionários públicos, o CEPE realizou uma Conferência Estadual e alterou sua denominação para SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação), decisão que foi referendada no IV Congresso, em 1989, e que persiste até hoje.

O movimento em torno da fundação e crescimento do SEPE guarda paralelo com o ocorrido nos outros Estados, o que demonstra ser parte do processo de luta pela redemocratização do país e organização da classe trabalhadora. Registramos este pequeno histórico apenas para localizá-lo em Volta Redonda, já que o núcleo municipal deste sindicato teve participação importante para a sua estruturação. Hoje, com cerca de cinquenta mil filiados, é considerado um dos maiores sindicatos do Estado do Rio de Janeiro e do país. O núcleo de Volta Redonda tem aproximadamente dois mil filiados.

Estando inserido no movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”, o SEPE construiu uma estrutura democrática de gestão, após demorados e exasperantes debates. Sua direção se dá de forma colegiada, inexistindo o presidencialismo de muitos sindicatos. Suas maiores deliberações só podem se dar em Conferências Estaduais ou nos Congressos ordinários, aos quais as conferências estão subordinadas. Tanto um quanto o outro são compostos em franca maioria por profissionais de educação da “base” da categoria, que supera o número de diretores. A direção estadual, com 48 membros, delibera semanal ou quinzenalmente o que será encaminhado pela coordenação geral, com cinco membros. Mas a direção estadual está subordinada ao Conselho Deliberativo, onde a direção também pode ser minoritária em relação às delegações de escolas de todo o Estado.

A composição da diretoria se dá sob a fórmula da proporcionalidade, ou seja, de acordo com o percentual de votos obtido por cada chapa no processo eleitoral, o que gera, ao mesmo tempo, tensões entre os agrupamentos políticos representados na direção, e fiscalização permanente de uns aos outros. Não há remuneração (salário)

para nenhum diretor, o que exige “doação militante” destes. Por ter feito parte do “Novo Sindicalismo”, combateu a estrutura sindical corporativista e não faz uso nem autoriza o desconto do imposto sindical compulsório. Só contribui (e vota) quem é filiado, através de desconto mensal de 1% do salário.

Como dito acima, o processo de estabelecimento e reconhecimento do SEPE como interlocutor dos profissionais de educação do Estado do Rio de Janeiro teve, desde o início, forte presença na cidade de Volta Redonda. Isto se dava também pelo fato da cidade ter se tornado pólo aglutinador da organização de núcleos na região, processo que aliás ainda acontece. E nas primeiras greves da categoria as paralisações foram, também, muito fortes na cidade.

As primeiras lideranças, que articularam a construção deste sindicato, tinham diferentes origens políticas. Uma parte significativa tinha diálogo (não necessariamente vínculo orgânico) com Rosalice Fernandes, do Departamento Trabalhista do MDB, como Marlene Fernandes e Eloá, e em menor medida, Débora Sales e Elvi Vasconcelos. Organizações de esquerda disputavam estas lideranças, como a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), em torno de Jussara Nunes. E, oriunda de grupos de jovens da Igreja Católica, Maria das Dores Motta, a Dodora. A trajetória de Dodora ilustra bem as tensões a que os militantes estavam submetidos no que diz respeito às disputas entre as organizações políticas. Tendo iniciado sua participação por conta de suas atividades na Igreja, vem a se desvincular desta com seu crescente envolvimento na construção do SEPE, da CUT e do PT.

Com presença constante nas atividades centralizadas no Rio de Janeiro, estas e outras lideranças iniciaram um processo de envolvimento do maior número possível de escolas na busca da organização da categoria docente no então CEP. O fato que atesta tal afirmação foi a greve dos professores de 1979, que obteve adesão maciça em Volta Redonda, e este núcleo tornou-se responsável pela organização da paralisação nas vizinhas cidades de Barra Mansa e Barra do Piraí, entre outras. As lideranças dos outros municípios dirigiam-se a Volta Redonda para buscar materiais e apoio político-organizacional.

Na esteira da organização dos professores da Rede Estadual, efetivou-se também a sindicalização dos professores da Rede Municipal de Ensino, que também fizeram greves, porém na fase em que Volta Redonda já havia deixado de ser Área de Segurança Nacional. Há um complicador nesta questão que é o fato da existência da Fundação Educacional de Volta Redonda (FEVRE), uma autarquia municipal que ficou

responsabilizada pelas maiores unidades educacionais do município, cobrindo inclusive o então Segundo Grau. Complicador porque os profissionais de ensino desta autarquia ficaram sob a abrangência sindical do Sinpro (Sindicato dos Professores) local, que é mais voltado para a rede particular de ensino. Mesmo assim houve mobilizações importantes e greves dos professores e funcionários da Fevre

Embora não tenhamos nos dedicado especificamente ao estudo do Sinpro, consideramos importante registrar que a fundação deste sindicato data da década de 60, tendo sofrido desmobilização durante a Ditadura civil-militar. A fundação da Fevre se deu durante os anos de ditadura, e os funcionários desta autarquia (inclusive os professores) eram regidos pela CLT, portanto, não fazendo parte do que se denomina como “estatutários” da Prefeitura. Desde o início as unidades educacionais da Fevre foram acompanhadas pelo Sinpro, bem antes da fundação do CEP, e por uma questão, digamos, cultural local, a militância em torno do SEPE “respeitou” o que seria de responsabilidade do Sinpro. Hoje, embora as direções dos dois sindicatos tentem articular mobilizações em conjunto (mais por iniciativa do SEPE), já há uma penetração do trabalho de filiação do SEPE nas unidades educacionais da Fevre.

Outro sindicato ao qual, infelizmente, não nos dedicamos especificamente foi o Sindicato dos Funcionários Públicos, responsável também por muitas das greves realizadas na cidade na década de 80. Importa ressaltar que suas paralisações colocavam os prefeitos em situação delicada, dado o alto índice de adesão do funcionalismo. Os casos mais simbólicos se deram, porém, na década de 90. O primeiro, quando o prefeito era Wanildo de Carvalho, que assumiu após a morte de Juarez Antunes. Administração recheada de escândalos e denúncias de corrupção e tráfico de armas/grupos de extermínio, com débil serviço de manutenção da cidade, o nível de organização atingido na cidade contra sua administração, no que diz respeito ao envolvimento de todas as entidades do movimento social organizado e participação popular gerou um acampamento na praça da Prefeitura durante vários dias em 1992 sob a insígnia “Fora Wanildo!”. O segundo, no governo de Paulo Baltazar (PSB-PT), em 1995. Rompido com sua vice, Glória Amorim, do PT e ligada às Associações de Moradores, não transferiu o poder para ela quando de uma viagem. Por dois dias a população ocupou a Prefeitura e “nomeou” Glória prefeita, o que estremeceu as relações entre o PSB e parte do PT, definitivamente.

As principais formas de paralisação dos funcionários públicos se davam, inicialmente, com fortes piquetes na “garagem” da Prefeitura, o que impedia a saída dos

meios de transporte da “peãozada”. Outro piquete, também forte, impedia o trabalho do “pessoal da obra”, antes que se espalhassem pela cidade, do que dependia o sucesso do piquete na garagem. O mesmo expediente usavam para paralisar o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), outra autarquia municipal, o que não significava deixar a população sem água. Com estes setores parados, os trabalhadores se dividiam: uma parte continuava a garantir a greve em suas unidades e outra se juntava na Prefeitura para reforçar o piquete local e/ou retirar possíveis fura-greves. Apenas os serviços médicos funcionavam nos casos de emergência. Em todas estas atividades, os funcionários públicos tinham o apoio e participação das Associações de Moradores, CEB’s e Sindicato dos Metalúrgicos.

Cumprir registrar que as direções dos sindicatos procuravam se articular de modo a garantir que as paralisações fossem conjuntas. Para isto elegiam em assembléias a “Comissão de Negociação” que tinha em seu interior dirigentes dos sindicatos e representantes de suas bases. Em um episódio específico, o então prefeito Marino Clinger se via às voltas com mais uma greve do funcionalismo como um todo. Repetindo o que fez Brizola, quando governador pela primeira vez, em uma greve da Rede Estadual, se dirigiu para a assembléia, com todo seu secretariado, a fim de negociar/apresentar proposta diretamente à base das categorias. Tendo recusado negociar com a citada Comissão, e insistindo para falar na assembléia, a direção do movimento submeteu à decisão do plenário se o prefeito poderia lhes falar. A assembléia deliberou pela negociação com a comissão, e o prefeito teve que aceitar, para só depois poder falar no plenário sobre a proposta de acordo. Após sua saída, a assembléia se dedicou, de forma unificada, a escolher delegados para o Congresso da CUT Sul Fluminense<sup>103</sup>. Em outra assembléia, a preparar a greve geral de 20/08/1987.

O apoio dos outros movimentos sociais também se dava em relação às lutas dos professores, mas o fato das greves serem articuladas em conjunto favorecia a participação dos chamados “movimentos populares”. O Sindicato dos Metalúrgicos contribuía com carros de som, gráfica, papel, divulgação em seus materiais e participação de militantes. Estamos insistindo com essa imbricação entre os movimentos para tentar encerrar com uma fala que demonstra bem o espírito de solidariedade que prevalecia entre os diversos movimentos sociais organizados da cidade:

---

<sup>103</sup>

Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, nº 03, de 07 a 13 de agosto de 1987, p. 2.

*...tava comemorando o Dia do Mestre lá na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, entra pela igreja adentro dois peões da... que eram da Pastoral Operária pedindo socorro porque tinham servido... isso eram sete horas da noite mais ou menos, eles estavam o tempo inteiro lá esperando a janta e foi servida comida estragada, e a peãozada tava quebrando o galpão da Odebrecht, que era em frente à igreja do Conforto e, aí nós paramos e fomos conversar com eles e fomos atrás, porque tudo a gente ia atrás...<sup>104</sup>*

### 3.2.4. Movimento Estudantil.

O movimento estudantil sempre foi um fenômeno interessante, em diferentes contextos políticos e geográficos. O Maio de 68 francês, entre tantos outros exemplos, é simbólico. No caso brasileiro, a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em nossa história política já é assunto por demais debatido, e pode-se afirmar que foi muito importante nas lutas pela redemocratização do Brasil.

Não nos cabe aqui fazer uma análise do movimento estudantil no Brasil. Foge ao objeto de estudo e temeríamos também chegar à situação atual da UNE, por sermos obrigados a decifrar porque a maioria de sua direção mantém uma postura de pouca independência em relação ao governo federal e como funciona a máquina (já apelidada de “máfia das carteirinhas”) político-empresarial que sustenta parte da direção da entidade.

Para começar, com o movimento estudantil ocorrem fenômenos peculiares, se comparado com outros movimentos sociais. O primeiro deles é o da origem poli-classista de sua base e lideranças, que não se constituem exclusivamente de trabalhadores e seus filhos, embora numa cidade operária como Volta Redonda essa peculiaridade seja pouco sentida. O segundo fenômeno específico é o da substituição de lideranças em prazo mais rápido, mesmo reconhecendo que ocorram profissionalizações partidárias de lideranças estudantis. É simples, o jovem termina seu curso, e a tendência é seguir para outro nível de ensino (caso dos secundaristas), ou para o “mercado” de trabalho e/ou especialização, no caso dos universitários e cursos técnicos. A substituição

---

<sup>104</sup> Entrevista com Maria das Dores Motta (Dodora), realizada pelo autor e Danilo Caruso em 03/06/2008. Arquivo de voz nº 03, de 00:05:20 a 00:06:00.

geralmente ocorre em outros movimentos devido a, principalmente, disputas políticas. O mesmo ocorre com o movimento estudantil, com o agravante do curso acabar.

No caso de Volta Redonda, o universo para o desenvolvimento de um movimento estudantil universitário era muito restrito, devido à escassez de faculdades na cidade e ausência de universidade. Bem diferente da realidade atual, apesar do movimento continuar incipiente. No recorte temporal estudado, a Cidade do Aço tinha apenas um curso superior público e gratuito, a Escola de Engenharia Metalúrgica da Universidade Federal Fluminense (UFF). A universidade em questão mantinha convênio de cooperação com a CSN, que contribuía com recursos para equipar o curso e permitia que sua planta industrial fosse utilizada para a aprendizagem dos formandos em engenharia. Interessava à empresa, evidentemente, contribuir para a formação de mão-de-obra qualificada em seu benefício, ou seja, para trabalhar para a CSN já conhecendo melhor o processo siderúrgico local e o chão-de-fábrica.

Em função das relações com a empresa, parte do professorado e da gestão da Escola de Engenharia Metalúrgica, era de profissionais da própria empresa, portanto sujeitos à “filosofia de gestão” da CSN. O que significa dizer uma relação autoritária com os futuros e possíveis “chefes” da empresa, o que explica, ao mesmo tempo, a dificuldade de se organizar o movimento no interior desta faculdade (e o emprego?) e focos ou momentos de insatisfação que culminaram com gestões contestadoras no Diretório Acadêmico. Mas havia um agravante inibidor da mobilização. Alguns estudantes “driblavam o vestibular” da UFF cursando dois anos em faculdades particulares e depois se transferindo para a UFF devido a relações de influência no interior da CSN.

Nas faculdades particulares a dificuldade de organização se dava, principalmente, pelo fato de serem pagas, evidentemente, o que exigia de grande parte dos alunos trabalhar durante o dia, dificultando a existência de pessoas liberadas para construir o movimento, como no caso da FERP (Fundação Educacional Rosemar Pimentel). No caso da FOA (Fundação Osvaldo Aranha), além deste fator pesava também o fato de muitos alunos serem de outros municípios. Sem querer cair no erro de desmerecer possíveis mobilizações nestas unidades, é fato que em geral os centros acadêmicos se dedicavam a manter serviços de reprodução (xerox) de livros, pouco investindo em organização, apesar de terem ocorrido movimentações contrárias à alta das mensalidades.

É o caso, por exemplo, do ano de 1988, quando estudantes das instituições públicas se mobilizaram em todo o país contra quatro decretos do governo Sarney que apontavam para a privatização do ensino superior público. E das particulares, que se mobilizaram e saíram às ruas, contra o decreto que estabelecia a “liberdade vigiada” para os reajustes. Derrubado o decreto, a luta passou a ser para que os mantenedores de instituições privadas cumprissem o novo decreto, que vinculava os reajustes às URP’s (unidades referenciais de preços). O Brasil caminhava para a hiperinflação e já havia caído o engodo do Plano Cruzado. Em Volta Redonda, as manifestações ocorreram, mas pequenas em relação à Barra Mansa, onde os alunos (muitos de Volta Redonda) chegaram ao enfrentamento físico com seguranças da SOBEU (Sociedade Barra-Mansense de Ensino Universitário, hoje UBM), passeatas, recurso à Justiça, pois esta insistia em não cumprir o novo decreto<sup>105</sup>.

Resta-nos então averiguar a atuação dos estudantes secundaristas, que passavam pelo mesmo problema de esvaziamento e burocratização de sua entidade nacional, a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), o que se arrasta até os dias de hoje. Mais novos em sua maioria, estavam mais sujeitos a ações espontaneístas, embora, com o crescimento de sua atuação, tenham sido alvo de disputa de organizações de esquerda e Igreja Católica.

As escolas de segundo grau, como assim eram denominadas, dividiam-se entre as da Rede Estadual de Ensino e as da FEVRE (Fundação Educacional de Volta Redonda), além das privadas. Nestas últimas, a exemplo do ocorrido em Barra Mansa na SOBEU, travou-se uma grande luta contra os proprietários do Colégio Volta Redonda, instituição que possuía, também, ensino técnico profissionalizante. Protestando contra o aumento das mensalidades e o autoritarismo da direção do colégio, os estudantes chegaram a ponto de fazer paralisações, boicote ao pagamento das mensalidades, recurso à Justiça e acampamento em torno da escola. Nesta ocasião chegaram a receber a visita e apoio de Fernando Gabeira, então em campanha para divulgação do PV (Partido Verde), partido pelo qual foi candidato derrotado a governador em 1986 em aliança com o PT<sup>106</sup>.

Os alunos que em maior quantidade despontaram para a luta política eram egressos da Rede Estadual, que vivia uma efervescência política naquele momento, provocada pela movimentação sindical dos professores e da luta pela democratização

<sup>105</sup>

Jornal de Volta Redonda, n° 38, de 07 a 20 de maio de 1988, p. 06 e 07.

<sup>106</sup>

Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, n° 05, de 14 a 20 de agosto de 1987, p. 03.

das escolas, principalmente através da conquista da eleição direta para diretores de escolas. A defesa da escola pública se fazia através de poderosas e **longas** greves. Levados pela compreensão de que a qualidade do ensino passava também pelo apoio à luta dos professores, surgem as primeiras lideranças estudantis da cidade nos anos 80.

As escolas que mais “forneceram” militantes foram o Colégio Estadual Barão de Mauá, o Instituto de Educação Professor Manuel Marinho (IEPMM – Magistério, público feminino) e o Colégio Estadual Santos Dumont, além de alunos da Rede Municipal e privada. Em fins de 1980 empresas de ônibus, vereadores e prefeitura tentaram extinguir o direito dos estudantes ao pagamento de meia entrada nos ônibus, através de um sistema conhecido como “Passe Escolar”, a que cada estudante tem direito a 180 passes mensalmente. Para evitar a perda do direito, os estudantes foram às ruas, sofreram ameaças e represálias, o que exigiu a criação de um organismo que os unificasse, a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas). Mesmo tendo sido vitoriosos, a UMES acabou por esvaziar-se devido a perda de seus quadros dirigentes, extinguindo-se em 1981.

Um ano depois os estudantes foram vítimas de um ataque de mesmo tipo, efetuado pelos mesmos interessados, e tiveram reduzida a quantidade de vales a que tinham direito por mês (passou para 60). Com novas lideranças, refundaram a UMES e, em 1983, após muitos enfrentamentos, repressão, passeatas e danificação de ônibus, conseguiram reverter a lei aprovada, voltando a ter os 180 passes. Neste mesmo ano, em eleição direta nas escolas, fizeram a primeira escolha da diretoria da UMES, que teve significativa atuação por dois anos, sendo extinta em 1985 pelos mesmos motivos.

Pois em 1987, no compasso das greves dos professores da Rede Estadual de Ensino e da FEVRE, os estudantes voltaram a se organizar, como demonstram passeatas realizadas por sua própria iniciativa em apoio aos professores, idas às assembleias destes no Rio de Janeiro, visitas às escolas ainda não participantes, fundação de Grêmios “Livres” Estudantis pela cidade e reuniões semanais no extinto coreto da Praça Brasil, a principal da cidade. Os grêmios formados se autodenominavam “livres” para marcar posição contra os centros cívicos e grêmios tutelados pelas direções de escolas. Posteriormente, estes encontros no coreto constituíram a Comissão pró-UMES, de livre participação colegiada, estimulada pelos principais grêmios que se formaram, como do Barão de Mauá, Colégio Getúlio Vargas (FEVRE), IEPMM e ETPC.

No entanto, um fenômeno novo ocorria, que era a mobilização e formação de grêmio “livre” na Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC), de propriedade da CSN e

famosa por sua formação extremamente autoritária, voltada, desde a origem, a preparar mão-de-obra para a empresa, já disciplinada conforme o modelo de gestão adotado. Até antes do acirramento da crise econômica no país (anos 80), os alunos desta instituição eram todos aproveitados na CSN, alguns inclusive já eram “fichados” (contratados com carteira assinada) durante os anos de estudo, o que permitia uma aposentadoria mais cedo. No imaginário social da cidade, o autoritarismo era sinônimo de qualidade de ensino, e até 1986 mulheres não podiam estudar na ETPC.

Neste ano tudo começa a mudar, não apenas, evidentemente, pelo ingresso de mulheres. Diante das dificuldades econômicas da empresa, a CSN estabelece um convênio com a Secretaria Estadual de Educação, para que esta fornecesse, nas dependências da ETPC, a chamada “Formação Geral”, competindo à CSN suprir as disciplinas da grade “técnica”. Apesar da CSN ter escolhido a dedo, via provas e indicações, aqueles que ela considerava os “melhores” professores, não evitou que todos eles aderissem maciçamente às greves realizadas na Rede Estadual. A barreira ilusória à penetração da luta de classes na escola foi furada.

A combinação ascenso das lutas sociais em todo o país, com o “Novo” Sindicalismo à frente, e repressão por parte da CSN na figura da direção da ETPC, fez surgir o movimento estudantil na unidade escolar, com o apoio dos professores do “convênio” (como eram chamados), gratos pela participação dos estudantes em suas lutas. Os alunos que enfrentaram a repressão foram vitoriosos, no sentido de fundar um pioneiro grêmio estudantil, o que possibilitou ser desta escola uma significativa quantidade de estudantes envolvidos nas mobilizações dos anos 1987 a 1990. Porém foram, senão expulsos, proibidos de trabalhar na CSN. Cabe ressaltar que neste momento a CSN já não mais absorvia em seus quadros todos os formandos, devido à crise.

Esta terceira geração do movimento secundarista, diferente das anteriores que encaminharam demandas específicas, sem deixar de fazê-lo, acabou por ser absorvida pela mobilização sindical e popular da cidade, de luta contra a Nova República e sua “era Urutu” e contra a privatização. Os estudantes passaram a ter então, nos momentos mais agudos da luta de classes na cidade (como por exemplo as greves de 1988 e 1990 e a greve geral de 1989), uma participação ativa neste processo, submetendo-se às instâncias criadas para a consecução destes enfrentamentos. Auxiliavam em piquetes (quando foram necessários), distribuição de alimentos e materiais de convencimento,

paralisavam escolas, participavam de convencimentos em bairros e dos enfrentamentos à polícia e ao exército.

Alguns mais “integrados” votavam em assembleias de metalúrgicos e entravam na Usina Presidente Vargas, contra a vontade da direção do Sindicato dos Metalúrgicos. Ficou célebre a assembleia da noite de 22/11/88, quando a direção do Sindicato propôs o fim da greve, contra o sentimento de uma parcela significativa da categoria, e os estudantes fizeram um “trenzinho” com cartazes exigindo 26% de reajuste ainda pendente, entre aqueles milhares de metalúrgicos e populares. A direção do Sindicato, que discursou sem defesa contrária, mesmo assim foi derrotada. A ação estudantil demonstrava que a greve já era da cidade toda.

Tentando concluir, estes estudantes eram disputados principalmente pela Convergência Socialista (trotskista, tendência interna do PT), pela Democracia Socialista (DS, idem), Causa Operária (idem), Juventude Socialista do PDT (JS), PC do B (UJS) e Igreja Católica. Embora a Comissão pró-UMES fosse hegemônica pela Convergência Socialista, na realização do Congresso da UMES em 1990 (?), a Igreja Católica mobilizou toda a sua estrutura através das CEB's e venceu com folga a eleição em Congresso, com o apoio do PDT e PC do B. A UMES desta geração extinguiu-se em 1991.

### 3.2.5. Outros movimentos

Para ajudar na compreensão da simultaneidade de atuação de diferentes movimentos sociais na cidade, não poderíamos deixar de mencionar outras frentes de luta política, embora não nos tenha sido possível aprofundar pesquisas sobre elas devido a, também, desarticulação posterior destas frentes.

Algumas são mais diretamente ligadas à questão sindical. Citamos primeiro o caso da “Luta contra a Leucopenia”, doença que acomete trabalhadores da área dos fornos da coqueria da CSN, que lidam diretamente com o gás benzeno. À permanente negligência da CSN para com o problema, os trabalhadores responderam com uma Comissão dos Leucopênicos, organizada pelo Departamento de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos, e trabalhos em conjunto com a prefeitura, INAMPS e Ministério do Trabalho. O “gás da morte”, inodoro e incolor, afeta o sangue através da medula óssea, e se transforma em câncer nos casos graves. A descoberta da doença começou por Santos (Cosipa) e em Volta Redonda também percebeu-se que a doença atingia não só

os trabalhadores das baterias de coque como a população dos bairros para onde incidia a fumaça da coqueria. O acampamento em torno do Escritório Central da CSN com um caixão representando um leucopênico, deu visibilidade e urgência ao problema.<sup>107</sup>

É interessante notar que a direção do Sindicato se desfazia de seu atendimento médico, rompendo com a prática assistencialista do período dos “sindicatos da Ditadura” e se aproximando do modelo do “Novo Sindicalismo”, assentado no privilegiamento da mobilização. Por isso recebeu muitas críticas, a mais recorrente, de defender trabalhadores e não respeitar os seus. Mas ao mesmo tempo ganhava reconhecimento por se dedicar a organizar a luta dos leucopênicos, através de mobilizações, negociações com a CSN e recursos à Justiça.

Citamos também a organização dos aposentados da CSN, através da UNAPEN (União de Aposentados e Pensionistas), ligada ao Departamento dos Aposentados do Sindicato. Atuaram pressionando e ocupando o prédio da CBS (Caixa Beneficente dos Empregados da CSN), fazendo caravanas à Brasília e incluindo suas questões específicas na pauta das negociações com a empresa. Muito diferente do que ocorre hoje com a Associação de Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda (AAP-VR), possuidora de rico patrimônio imobiliário e que se dedica prioritariamente à organização de festas e bailes da terceira idade, dominada por Ubirajara Vaz há mais de dez anos, e peça importante na composição do bloco histórico local dirigido pela burguesia comercial na figura de Antônio Francisco Neto.

Cumprе destacar, embora isto já tenha sido citado no ponto 2.3, a importância da luta contra a privatização das empresas estatais, elemento que favoreceu a unidade política na cidade, e fez prevalecer a opinião contrária à privatização da CSN no debate local. Apesar da derrota ideológica no debate nacional na questão da privatização, este movimento foi muito forte em Volta Redonda, já que também era embalado pelo sentimento de defesa de um patrimônio nacional. E mais, por um sentimento local de que a CSN pertencia à cidade e seus trabalhadores. Como já mostramos, a campanha pela “moralização” e contra a privatização encontrou na cartilha “Privatização? Não, obrigado” (do Sindicato dos Engenheiros em colaboração com o dos metalúrgicos e DIEESE), sua mais acabada expressão.

Porém, a força da campanha pela redução do Estado, levada a cabo já no governo Sarney, era bloqueada pela crise econômica e conseqüente desgaste do governo

---

<sup>107</sup>

Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, nº 01, de 17 de julho de 1987, p. 03.

e pela resistência liderada pela CUT, cujo recurso à greve geral já comentamos. Mas no ano de 1988, o mais dramático dos enfrentamentos na cidade, esta Central passou por uma inflexão em seu Congresso, reduzindo a participação das bases em favorecimento das direções sindicais. O setor hegemônico da direção, ligado à Articulação Sindical, passou a privilegiar os diálogos de concertação em detrimento da mobilização e combatividade. Na Cidade do Aço, isto foi percebido no crescente isolamento a que a cidade foi submetida (em termos de participação e apoio de lideranças nacionais da esquerda) no mesmo momento em que as mobilizações locais cresciam.

Em relação aos metalúrgicos, outra questão que muito os mobilizou e suscitou apoio dos outros movimentos foi a da readmissão dos demitidos em greves. Principalmente após a greve geral de agosto de 1987, quando a CSN demitiu todas as lideranças, e entre estas, diretores do Sindicato, cipeiros e “ativistas” (membros das comissões de fábrica). Esta luta, pela organização dos demitidos e pela atuação da direção do Sindicato apoiado pelos outros movimentos, tornou-se significativa a ponto de ser um dos principais pontos de pauta de negociação com a CSN durante a greve de 1988. A vitória da greve (apesar das mortes) fez valer a então recém-promulgada Constituição Federal que exigia a readmissão. Mas como parte dos metalúrgicos demitidos fazia parte da oposição sindical a Juarez Antunes, a comissão dos demitidos transformou-se em campo de disputa política entre as duas posições, disputas que chegaram a acusações, por parte da oposição, de que a direção do Sindicato não estava encaminhando esta luta.

Em uma cidade operária, a cultura operária refletia em certos aspectos a predominância masculina no ambiente fabril. Para combater o machismo e organizar as mulheres enquanto protagonistas da luta política, foi organizada a Organização Popular de Mulheres (OPM). Contrastando com a exclusividade masculina na direção do Sindicato dos Metalúrgicos, os outros movimentos tinham forte participação feminina, quando não eram maioria, caso do CEP e algumas associações de moradores.

Reuniam-se na Cúria Diocesana, o que demonstra o vínculo de suas lideranças com a Igreja Católica, e em sua maioria eram ligadas ao PT. Fruto da efervescência política em Volta Redonda, assim como no país, teve papel importante na organização da “Frente Sindical e Popular 9 de Novembro”, tentativa de coordenação de todos os movimentos na cidade durante a greve de novembro de 1988 e maior responsável pelo sucesso do “Abraço à CSN”. Cumpre ressaltar que a OPM dialogava diretamente com

as “esposas” dos operários, tinham maior frequência nas missas católicas, enfim, foi uma estratégia interessante para intensificar o chamamento à participação dos operários.

Com a organização da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), e apesar da existência do CONAM, ambos já citados no item 3.2.2, a representação local da Federação organizou a luta dos mutuários do bairro Volta Grande, um grande conjunto habitacional, para fazer cumprir os contratos, que rezavam que o reajuste das prestações deveria se dar pelo menor índice do mercado. Porém, com a forte aceleração inflacionária dos anos 80, e com os salários sendo reajustados pelo menor índice, foi necessário “brigar” com os bancos, recorrendo à Justiça, para que estes respeitassem os contratos. Dos três mil mutuários de Volta Redonda, 1380 tinham o financiamento feito pelo banco Bradesco. Nesta luta, os mutuários chegaram, em termos de ação política, à ocupação da agência do banco Bradesco.<sup>108</sup>

Outra atividade que envolveu parcela significativa dos militantes e lideranças da cidade foi em torno das emendas populares para a Assembléia Nacional Constituinte. Em Volta Redonda formou-se o “Comitê Municipal pela participação popular na Constituinte”, que conseguiu juntar as trinta mil assinaturas necessárias para apresentar propostas sobre reformas agrária e urbana, direitos do trabalhador e da mulher, reforma do ensino, etc. Ainda em 1985, quando foi lançada a Campanha Nacional pela Constituinte, em Volta Redonda formou-se o Comitê que passou a dedicar-se a estudar outros processos constituintes, colher materiais e divulgar o processo. Associações de moradores, sindicatos e CEB’s faziam parte do Comitê, que também organizou estudos sobre as Constituições brasileiras, divulgação e reuniões nos bairros, e assembleias municipais mensais com a participação de até quatrocentas pessoas.<sup>109</sup>

O processo foi muito interessante, pois nos bairros as pessoas iam de casa em casa para divulgar o processo e o Comitê e para recolher assinaturas, além de pedir apoio para uma maior obtenção de assinaturas. O mesmo se dava nos centros comerciais da cidade, com “banquinhas” permanentes, e vale ressaltar como pessoas, desconhecidas para os organizadores e participantes, pegavam os abaixo-assinados e traziam corretamente para o Comitê.

E não podemos esquecer que o presidente do Sindicato, Juarez Antunes, foi eleito deputado federal constituinte pelo PDT, tendo atuação destacada no Congresso

---

<sup>108</sup> Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, nº 03 (07 a 13 de agosto de 1987, p. 02) e nº 06 (22 a 28 de agosto de 1987, p. 09).

<sup>109</sup> Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, nº 02, de 24 a 30 de julho de 1987, p. 03.

em defesa dos projetos de iniciativa popular. Recém-entronizado na dinâmica parlamentar, chegou a ponto de deixar de lado o tratamento aparentemente respeitoso de “vossa excelência” e ir às vias de fato contra um deputado do Centrão. Sua condição de deputado federal foi usada pelo mesmo para garantir sua entrada na Usina em momentos de greve ou enfrentamentos.

Vários debates também eram realizados na cidade pelas mais diversas entidades e/ou organizados entre elas. Podemos citar: sobre a água, organizado pelo CONAM; sobre “Déficit público e estatais”, organizado pelo jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”; sobre “Habitação e crise”, pelo mesmo jornal, embora com outro nome<sup>110</sup> (Jornal de Volta Redonda) junto com a Associação Comercial, Associação dos Engenheiros e Companhia de Habitação (COHAB – VR); sobre os temas das emendas populares para a Constituinte, organizados pelo Comitê Municipal que citamos; sobre as greves gerais, pela CUT – Sul Fluminense e Sindicato dos Metalúrgicos; sobre “Educação: para que? Para quem?”, pela UMES; etc

O fato é que qualquer questão que se tornasse pública na cidade adquiria tons de mobilização e ganhava apoio militante de outras entidades. Era a dinâmica de “ascenso” do movimento social organizado, visível em todo o país e especificamente forte em Volta Redonda. Até questões supostamente menores, como de maus tratos aos menores da Fundação Beatriz Gama (instituição municipal de acolhimento de menores sem lar) ou pela readmissão da professora responsável pela implantação do método natural de alfabetização na cidade, vítima de perseguição por parte da Secretaria de Educação; tudo se convertia em significativas manifestações, apoiadas pela rede que se formava de solidariedade entre os diversos movimentos.

Para tentar fechar este ponto, no ano de 1988 foi organizado um movimento chamado “De Volta Redonda a volta por cima”, que propunha a discussão e compreensão do risco de fechamento da CSN. Propondo a aliança de “Entidades, Sindicatos, Clubes de Serviço, Igrejas, Associações de Moradores, Associações de Classe” para a realização de um “Fórum de debates e alternativas de Volta Redonda” que não fosse totalmente hegemonizado pelas lutas políticas e suas entidades, responsabilizadas pelo radicalismo da luta de classes. Porém, afirmavam peremptoriamente a injustiça da política do preço do aço no país como a causa da crise da CSN, e não citavam a proposta de privatização em seus materiais.

---

<sup>110</sup> A partir da edição nº 20, de 28/11 a 04/12 de 1987, o jornal passou a se denominar “Jornal de Volta Redonda”.

De tom mais moderado, dado que a organização contava com a Associação Comercial e Maçonaria, por exemplo, mas espremidos pela hegemonia dos movimentos sociais na cidade, falavam que “o destino de nosso país, nossa família, nosso trabalhador, da nossa democracia, da nossa vida, passa hoje por Volta Redonda!”<sup>111</sup> Registramos o caso para demonstrar a relativa falta de condições para a articulação do espaço político à direita na cidade. Apesar de não concordarem com as crescentes mobilização e combatividade, de clara visibilidade, as frações de classe burguesas de Volta Redonda se viam obrigadas a convidar estes movimentos hegemônicos pela esquerda, dadas a liderança e interlocução destes com a sociedade. Restava-lhes apenas dar um tom alarmista às dificuldades da CSN e catastrofista quanto às conseqüências para a cidade, como tentativa para dialogar com a população.

### 3.2.7. Formas de comunicação no movimento.

Hoje, um dos principais debates que se colocam para as forças de esquerda diz respeito às formas de comunicação com a sociedade em geral. O somatório de novas tecnologias, brutal domínio televisivo e “descenso” das lutas políticas e sociais, cujas razões não discutiremos aqui, sem falar no descrédito da “classe” política; todos somados proporcionaram uma despolitização/alienação que dificultou muito o diálogo, e conseqüentemente, a capacidade de mobilização desta sociedade. A mudança de paradigmas de parte considerável da esquerda, que se deu também com o advento do governo Lula, colocou mais confusão na divisão ideológica. Um grande problema atual, principalmente se observarmos a distância em relação aos anos 80.

Como já vimos, um dos critérios para se afirmar que a nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos fazia uma gestão de novo tipo, no estilo do “Novo Sindicalismo”, era a comunicação com os operários. Boletins diários nas entradas das empresas garantiam o esclarecimento da maioria da categoria, e importa ressaltar como estes boletins, num fenômeno parecido em outros locais do país, iam passando de mão em mão, atingindo àqueles que a direção do Sindicato não conseguia, chegando aos bairros populares ou periféricos.

As associações de moradores, como também vimos, produziam seus boletins de comunicação e/ou publicavam-nos nos jornais da cidade. A Igreja Católica, através das

---

<sup>111</sup> Material de divulgação da campanha “De Volta Redonda a volta por cima”, tipo “folder”.

CEB's, e do Boletim Diocesano, também se relacionava diretamente com a população. O mesmo se dava com professores, funcionários públicos, estudantes, partidos, etc. E havia a troca: materiais que circulavam de uma frente para outra, apoiados/viabilizados por outras entidades. Ganha destaque então o Sindicato dos Metalúrgicos, que colocava sua gráfica, papel, arte, à disposição dos outros movimentos sociais, assim como carros e caminhão de som.

A ação do caminhão de som nos bairros levava à curiosidade em ler o material que se havia recebido, movimento parecido ao de um militante que solicitava espaço em uma missa para pedir apoio a uma luta, por exemplo. A rede de solidariedade “operária” se formava. Destacamos o caso do jornal “A Verdade”, distribuído regularmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos, onde encontravam-se as informações necessárias a uma maior compreensão das questões que envolviam os metalúrgicos, análises de conjuntura local/nacional/mundial, auto-avaliação do movimento e informações sobre os outros movimentos. Vale ressaltar que seu papel, além de organizador dos metalúrgicos e trabalhadores da cidade em geral, era o de fazer o debate necessário, a disputa de hegemonia, com os grandes órgãos de comunicação, tanto os “jornalões” quanto as TV's.

Por iniciativa de Rosalice Fernandes, o “Jornal de Volta Redonda” era aparentemente um jornal normal, pois tratava dos acontecimentos gerais, locais e nacionais. Tinha editoriais de Rosalice Fernandes; esportes (com prioridade de cobertura ao Volta Redonda Futebol Clube, o “Voltaço”); não exatamente uma coluna social como dos outros jornais, mas que cobria os acontecimentos dos clubes da cidade, em especial do Clube dos Funcionários da CSN; uma boa seção sobre cultura, que divulgava os trabalhos dos artistas locais de qualquer área de Arte; e, como não poderia deixar de ser, propagandas variadas, de governo, CSN, outras empresas, comércio, etc.

Porém, se propunha a ser o porta-voz do movimento social organizado. As associações de moradores, por exemplo, utilizavam o jornal como canal de divulgação das lutas travadas, mas também de suas atividades estatutárias. A AMARE (bairro Retiro) chegou a ter página própria no jornal. O mesmo faziam os sindicatos, que sempre acionavam o jornal para cobrir as atividades. E vice-versa, pois a relação era de mútua procura, pois o jornal também estimulava a organização da sociedade em movimentos sociais.

Importante personagem na história política da cidade, por ser filha de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos antes do Golpe Militar, ser ela mesma presa e torturada

durante a Ditadura civil-militar, e participar da origem da organização do movimento social na cidade através do Departamento Trabalhista do MDB, Rosalice tinha trânsito entre as lideranças locais, apesar de todas as divergências possíveis, ainda mais se tratando de uma fundadora do PT que depois migrou para o PDT.

Sua intenção era clara, como em seu primeiro editorial, deixado propositalmente para o número 2:

*“... quem ler e observar atentamente o conteúdo do nosso jornal, entenderá nossa proposta de trabalho.*

*O jornal pretende ser um veículo de informação que aprofunde as questões de interesse do conjunto da população.(...)*

*Sabemos da nossa responsabilidade, sobretudo estamos preocupados com a conquista da verdade, de buscar a partir dos fatos da vida social, a explicação da nossa complexa realidade.*

*(...) temos compromisso até com as paredes desta casa que agora trabalhamos, com quem as levantou, tijolo por tijolo, com quem morou nesta rua há 46 anos, com as esperanças que traziam quando aqui chegaram. Hoje... muitos não sobreviveram às leucopenias, mas muitos ainda estão firmes, alicerces de nossa história.*

*(...) e esta briga gerará transformações.”<sup>112</sup>*

Apoiando-se na história local e em sua participação, apontava para a tarefa de atuação das gerações atuais, e se propunha a ser o instrumento de informação e articulação destas tarefas, ou mobilizações. Como explicar, portanto, que frações da burguesia local, governos e até a CSN pagassem propagandas neste veículo? Acreditamos que isto não se explique pelo prestígio pessoal da proprietária. Nem tampouco pelo fato de não haver opções, pois havia outros jornais mais identificados com a manutenção do *status quo*. Ora, mesmo que existisse, por parte das empresas, a intenção de “cooptar” o jornal, tentando torná-lo dependente dos anúncios (risco sempre presente nos meios de comunicação), consideramos bastante plausível que isto era fruto da dinâmica de prevalência dos movimentos sociais e suas lutas na cidade, como procuramos demonstrar.

---

<sup>112</sup>

Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje”, nº 02, de 24 a 30 de julho de 1987, p. 02.

Mesmo e apesar da hegemonia dos movimentos sociais na cidade, por uma sutil ironia da história, este jornal, importante para a divulgação e fortalecimento das lutas sociais, faliu poucos dias antes do ápice destas mobilizações, a greve de novembro de 1988, não podendo cobri-la.

Logo após esta greve, o grupo de Rosalice conseguiu alugar um espaço diário de duas horas na Rádio Stéreo Sul FM, com o programa “Cidade Aberta” (nome da seção do jornal que divulgava informações rápidas sobre as mobilizações e intrigas políticas).

*“Mas, e aí, a gente começou a querer, achou que acabar o jornal tudo bem, mas e aí? Aí a gente teve a idéia de alugar um espaço numa rádio qualquer e montou um programa de rádio... no final de 88... pra liberar o microfone pra quem quisesse falar... durou até 94, era um programa que, assim, não teve um militante combativo que não tivesse passado por lá...”<sup>113</sup>*

O programa “caiu no gosto” do movimento social, pois tornou-se de fato um porta-voz deste, contribuindo também para sua organização. A produção do programa nem precisava convidar as entidades, elas iam utilizar o espaço. Conforme testemunho de um dos nossos entrevistados, as pessoas ligavam de diversos pontos da cidade para informar sobre a dinâmica das greves, a situação nas entradas da usina, chamamento de apoios, etc.

*“Era uma rede mesmo, fazia parte de uma rede bem conectada com essas demandas do movimento...”<sup>114</sup>*

O nosso entrevistado, Alvino Lima, foi liderança estudantil da primeira geração citada no item 3.2.4, participante dos primeiros anos do PT e, apesar da divergência partidária com Rosalice Fernandes, sempre trabalhou com esta. O programa se tornou tão reconhecido nos seus anos de veiculação que as divergências no interior das entidades do movimento social organizado encontravam no “Cidade Aberta” o palco para suas disputas. Na campanha presidencial de 1989, quando de suas visitas a Volta Redonda, os candidatos Ronaldo Caiado e Mário Covas fizeram questão de conhecer o

---

<sup>113</sup> Entrevista com Alvino Lima, realizada pelo autor e Danilo Caruso em 20/05/2008. Arquivo de voz nº 02, de 00:08:33 a 00:09:40.

<sup>114</sup> Entrevista com Alvino Lima, idem. Arquivo de voz nº 02, de 00:12:49 a 00:12:56.

estúdio onde o programa era feito, sendo que no caso do candidato do PSDB esta era atividade prioritária de sua campanha na cidade.

Com o advento do neoliberalismo no país, traduzido em Volta Redonda pela privatização da CSN e demissão de mais de uma dezena de milhares de operários, sem falar na chegada da Força Sindical à direção do Sindicato, assentada em traições de antigos diretores, o “descenso” do movimento social organizado da cidade foi brutal. Alvino hoje trabalha no Ministério Público Estadual e Rosalice foi embora para o Rio de Janeiro. Os meios de comunicação impressos da cidade hoje são todos defensores da ordem do capital, aparelhos privados de hegemonia burguesa.

### **3.3. Poder popular em Volta Redonda?.**

Editorial do Jornal “O Globo”, de 12/11/1988:

*“O cerne da questão não é a greve, mas a ocupação – ilegal e violenta, sem sombra de dúvida – de uma propriedade da União.*

*Cabia às autoridades impedir, com todo o rigor... Mais relevante ainda, cabia-lhes manter o primado da ordem. Assim determina a Constituição.*

*Isto está longe de significar que o conflito e as mortes eram inevitáveis.(...)*

*A falta de agilidade e de capacidade política por parte da direção da CSN e de noção do dever por parte do Governo do Estado foram certamente fatores que contribuíram para o desenlace.*

*Não foram, no entanto, o mais importante desses fatores.*

*Este reside em que o conflito foi desejado e provocado a partir da decisão de ocupar a usina e ameaçar sua desativação.(...)*

*Não há qualquer equivalência entre a defesa de reivindicações trabalhistas... e a estratégia de guerrilha. Esta se liga a outro tipo de objetivo: a conquista do poder através do enfraquecimento da estrutura do Estado.*

*É este o plano básico traçado pela CUT(...) sob as ordens de um comando de intenção revolucionária.(...)*

*Dessa culpa [das mortes] os donos da CUT e seus ideólogos não escapam.”*

Nota do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e região, publicada no Jornal “O Dia” de 12/11/1988.

*“ACERCA DA GREVE EM VOLTA REDONDA.*

*É preciso que fique bem claro: ao paralisarem as atividades da CSN, os metalúrgicos de Volta Redonda exercem tão somente seu direito constitucional. Aliás são também direitos constitucionais algumas de nossas reivindicações(...)*

*Infelizmente no Brasil não bastam que as leis sejam aprovadas, elas precisam ser conquistadas.(...)*

*Rechaçamos igualmente a chantagem de pacto social e golpe militar(...)*

*Não nos intimidamos. Nem mesmo o fuzil e a baioneta(..). violenta agressão perpetrada contra o povo de Volta Redonda foi capaz de nos fazer recuar da defesa de nossos direitos. A greve de Volta Redonda é um fato nacional. Do seu lado estão aqueles que defendem a*

*democracia e os direitos dos trabalhadores. Contra estão os golpistas, os fascistas e os assassinos de operários. Cabe a cada cidadão brasileiro tomar sua posição.*

*Nossa greve continuará até a vitória. Cremos ser esta uma posição coerente com a defesa de dias melhores para o povo brasileiro.*

*Em defesa da democracia, da liberdade e da barriga cheia iremos até o fim.*

*A DIRETORIA”*

Partindo do princípio que a greve de novembro de 1988 tornou-se um acontecimento nacional, a solução seria nacional. Mas observemos reflexões que se colocam sobre o exercício do poder na cidade em conflito aberto com a institucionalidade.

Ultrapassar as formas institucionais de governo e controle social/de classe, em atividades massivas, permanentes e de democracia direta (ou “operária”). Superação da ordem burguesa vigente em suas formas coercitivas e consensuais. Dualidade de poderes. Ação política de classe no sentido de terem se tornado os trabalhadores conscientes de suas relações entre si e com a classe dominante, de como entraram em conflito, criaram instituições, transmitiram valores, etc. Definições que podem contribuir para a inteligência do processo vivido em Volta Redonda, protagonizado pela classe trabalhadora da cidade. No sentido atribuído por Thompson, classe como relação social e consciência disso.<sup>115</sup>

Para estudar a possível ocorrência de uma experiência de poder popular, necessário se faz estudar a cultura e a memória do grupo social pesquisado. Cultura popular, por se tratar da classe trabalhadora, mas também por ser subordinada e ao mesmo tempo estar em tensão contínua e permanente com a cultura dominante, como bem colocado por Hall.<sup>116</sup>

Citamos ainda o trabalho de Thompson, para a compreensão da concretude do processo, da experiência humana, o que não é empirismo, mas:

*“... pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura... das mais complexas*

---

<sup>115</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001, p.260.

<sup>116</sup> HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte, Ed. UFMG/Unesco, 1981, p. 257.

*maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida... agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.*<sup>117</sup>

Antes mesmo da vitória da Oposição Sindical em 1983, já se procedia a uma certa mistura dos movimentos sociais na cidade. A Oposição contava com espaços cedidos pela Igreja Católica para se articular, pois o bispo Dom Waldir Calheiros, da Diocese da região, era vinculado à Teologia da Libertação. Os sindicatos dos trabalhadores da construção civil e dos professores já estavam em franco processo de organização e enfrentamento em suas frentes de atuação, e apoiavam a iniciativa da Oposição Sindical dos metalúrgicos. As associações de moradores também participavam desta retomada das lutas, processo visível no país e inserido nas lutas contra a carestia. Funcionários públicos e estudantes também se organizavam na “Cidade do Aço”. As discussões sobre a formação da CUT e do PT também se fizeram presentes na região.

Apesar da riqueza econômica produzida na cidade, Volta Redonda ainda era relativamente pequena, ainda não se enquadrava nos padrões de cidade média do Brasil, como hoje. O que facilitava o contato entre os habitantes, especialmente entre aqueles que se dedicavam a alguma atividade política, ou mais de uma. Formava-se uma rede de movimentos sociais e religiosos (no caso, as Comunidades Eclesiais de Base).

A novidade consistiu na greve de 1984, que como já vimos, foi a primeira da história da CSN após a Ditadura civil-militar. Novidade porque já foi de ocupação, com controle operário. Sendo de ocupação, como garantir o controle sobre as entradas da usina, impedindo a entrada de milhares de operários? Como garantir alimentação para os operários em greve e para a população que apoiava? Como enfrentar a repressão? Consideramos que fica clara a necessidade como fator determinante, como condição objetiva, o pensar a partir do fazer, o que não exclui o planejamento necessário para uma greve. Mas veremos também como as condições subjetivas foram construídas.

Nos bairros mais mobilizados, as associações de moradores e as missas católicas, ou a mistura destas, incentivavam a população local a fornecer mantimentos e irem para as entradas da usina, onde em acampamentos improvisados fazia-se comida para os grevistas e apoiadores, com a participação de outros movimentos, como o

---

<sup>117</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, p. 182.

estudantil. Esta socialização produzia um ambiente de profícua discussão política, não só sobre a greve, mas sobre a conjuntura nacional. Algumas pessoas definiam inclusive sua filiação a um partido político, e neste contexto PT e PDT eram os mais “cotados”.

Alguns depoentes enfatizam que esta greve foi o ápice da organização, chegando a citar que os grevistas e movimentos sociais chegaram a alimentar os soldados da Polícia Militar que deveriam ter reprimido a manifestação, ou pelo menos vigiar os equipamentos.

*“... a greve sim, não fosse isso [o apoio e envolvimento do movimento ‘popular’], é, os operários não iam aderir à greve, porque a mulher falou, o vizinho falou, o padre falou, o amigo falou... .. Essa fase de convencimento da greve, é, não foi na porta da fábrica, foi nos bairros através dos familiares, e dos amigos... .. Ninguém precisava se preocupar com nada, tudo tava ali na porta...”<sup>118</sup>*

Ficamos, também, com a interpretação de que pesou, a favor da greve, o elemento surpresa (apesar da ampla divulgação da mesma). O governo, a empresa e a polícia não acreditavam na intensa adesão e no maciço apoio da população? Isto explicaria a falta de uma repressão efetiva, como nas greves posteriores? Os órgãos de informação sabiam, conseqüentemente o governo, mas avaliamos que apostaram que ela, a greve, não seria possível.

Foram cinco dias de relativa tranqüilidade (se compararmos com as outras paralisações), mas a greve não terminou tranqüila, pois parte da direção do Sindicato não concordou com o encerramento desta, gerando a primeira cisão do movimento. Ficaram célebres, à época, as pichações com o texto “Juarez traiu a greve!” espalhadas pela cidade. Estes diretores foram “devolvidos” à categoria, eufemismo para a expulsão da direção.

Apesar dos problemas de divisão na direção do Sindicato, é fato que o processo de imbricação com os outros movimentos sociais já estava iniciado, e se intensificava. Nas outras oportunidades de paralisação da CSN, a ação repressiva foi mais rápida, e por vezes impediu a ocupação da usina. Mesmo assim, os outros movimentos sociais, apesar de suas divergências internas, chegavam até a ponto de tensionar a direção do

---

<sup>118</sup> Entrevista com João Helvécio, realizada pelo autor em 10/02/2009. Arquivo de voz nº 01, de 01:43:38 a 01:45:49.

Sindicato dos Metalúrgicos no sentido do enfrentamento com as forças da repressão, mas geralmente prestavam apoio incondicional aos metalúrgicos.

Na cidade, a predominância das demandas operárias interferia em outros movimentos como, por exemplo, com os estudantes, que abandonavam a luta pelo passe livre e se dedicavam apenas ao apoio aos metalúrgicos. A participação nos conselhos municipais de saúde, criança e adolescente, e nas discussões do Plano Diretor da cidade eram estimuladas pelos movimentos sociais que por vezes dirigiam estes processos. Até quando setores da burguesia local se articulavam (como no evento “De Volta Redonda a volta por cima”), os movimentos sociais marcavam presença e imprimiam uma dinâmica “popular”. Na antiga Praça do Relógio, hoje Memorial Getúlio Vargas, jovens, a boemia e a intelectualidade local se encontravam para discussões políticas e culturais. Um original grupo de teatro, o “Anti-grupo”, se apresentava inclusive em assembléias dos metalúrgicos com temáticas sobre a compreensão do papel de cada um na vida em sociedade, sobre a liberdade, etc., em franco debate com o Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

Outras frentes de luta que se destacaram, além dos metalúrgicos, professores, estudantes e associações de moradores foram: o Movimento de Posseiros, que liderou várias ocupações de áreas públicas que hoje são bairros bastante povoados; greves do funcionalismo público; passeatas pela redução do preço das passagens de ônibus; defesa dos leucopênicos; coleta de assinaturas de emendas populares à Constituinte; mutuários; demitidos da CSN; construção civil; aposentados; etc. Em contrapartida ao apoio que os metalúrgicos recebiam, em todos os movimentos o Sindicato dos Metalúrgicos emprestava sua estrutura material como forma de fortalecê-los.

Quando falamos em “poder popular” tomamos o cuidado de não confundir com experiências que utilizaram tais termos (ou similares) em administrações municipais, principalmente do PT. Não se trata de usar a expressão povo/popular como algo fluido, ou que aceite todas as pessoas sem distinção de classe social. Repetimos que a referência é o popular enquanto classe trabalhadora, ainda subordinada, mas em tensão contínua com os grupos dominantes. Poder popular porque ultrapassou-se a institucionalidade formal da democracia liberal, porque mesmo em momentos de curta duração os destinos da população eram decididos em assembléias massivas, o que configurava uma dualidade de poderes. Quem governava a cidade, o prefeito, o Legislativo, a polícia? Ou a população mobilizada atuando numa experiência de democracia direta? Ou nenhum dos dois? Ou os dois?

O fato é que nestes momentos, como no que relataremos abaixo, o prefeito e vereadores, ordens judiciais e a ação policial, estavam comprometidos (não impedidos), devido às deliberações das assembléias, com dezenas de milhares de pessoas que já haviam rompido as barreiras profissionais: todos votavam independente da condição profissional, lideranças de outros movimentos falavam nas assembléias, o que gerava tensões dentro do movimento. Comparemos o depoimento de Lurdinha, importante liderança do Movimento de Posseiros Urbanos, com o de Albano, diretor do Sindicato, ligado ao PDT:

*“Pra mim naquele momento foi uma luta política. Foi o momento que a gente olhava pra cara do outro e perguntava quê que foi que a gente fez que a gente não se preparou pra tomar essa cidade... o lance dos caras não é com metalúrgico, o lance dos caras é com Volta Redonda, eles acham que a gente vai conseguir passar um exemplo que eles não querem que seja passado pro resto do Brasil... a cidade é que tá incomodando, a questão é muito mais que uma negociação salarial... Assembléias feitas ali [na rua, fora da CSN] ninguém perguntava quem era metalúrgico quem não era metalúrgico, é claro que tinha muita raça de metalúrgico, mas botava uma assembléia ali com quarenta, cinqüenta mil pessoas, não era assembléia de metalúrgico... você via mulher com criança, senhora, pai de família ... era o povo de Volta Redonda, como se fosse uma assembléia popular na rua... mas na minha avaliação a gente não tava preparado...”<sup>119</sup>*

*“Eles sempre querem mais [a oposição sindical ligada a Cerezo e à Convergência Socialista]. Se a gente propõe 100 eles pedem 500”, exemplifica Luís Albano, diretor do sindicato. Essa fração é, segundo a direção do sindicato, responsável pela manutenção da greve na assembléia da noite de terça-feira. “Eles trouxeram um bando de estudantes para a praça e rejeitaram tudo.”... Ou ainda Vagner Barcelos: ... “Nossa greve extrapolou a categoria dos metalúrgicos e, em mais alguns dias, ninguém a controlaria.”<sup>120</sup>*

---

<sup>119</sup> Entrevista com Maria de Lourdes Lopes, realizada pelo autor em 11/11/2008. Arquivo de voz nº 02, de 00:25:29 a 00:27:00.

<sup>120</sup> Jornal do Brasil, 24 de novembro de 1988, p. 8.

Várias lideranças, dos mais diversos movimentos, compreendiam a importância daquela greve para muito além das questões específicas, corporativas, dos metalúrgicos. Que o que estava em jogo eram projetos de sociedade brasileira díspares: de um lado o neoliberalismo corria mundo e se anunciava para o Brasil. De outro, o segmento dominado da sociedade civil que explodia sua energia represada por tantos anos de autoritarismo, buscando forjar uma sociedade que tivesse o seu rosto.

Não é de se estranhar a opinião de Luís Albano sabendo-se depois que ele se vendeu para a Força Sindical. Setores da direção sindical temiam a perda do controle por motivos burocráticos, de não perder o mando sobre a instituição mais poderosa da cidade naquele contexto. Vagner representava o grupo nesta direção que compreendia o significado e a importância da superação da luta corporativa sob uma perspectiva socialista, mas estava limitado pela correlação de forças na direção do Sindicato.

Ambos omitiram que, embora os estudantes participassem ativamente das atividades de greve e controle da cidade, eram poucos para mudar uma assembléia no voto. Sua agitação encontrava respaldo, ia de encontro ao sentimento dos metalúrgicos e população em geral porque reafirmava, apesar da greve ser vitoriosa, a necessidade do reajuste salarial, ou seja, “apenas” uma questão corporativa (embora contrariasse a política econômica do Governo Federal).

Aqui reside uma polêmica que até hoje é sentida pelas lideranças locais: a população de Volta Redonda estava preparada para dar continuidade em uma experiência de poder popular? O depoimento citado acima, de uma liderança dos posseiros urbanos, dá a entender que o povo, na rua, controlava a cidade, mas não havia se preparado para dar consequência a isso. Segundo a depoente, isso se tornou visível pelo fato da liderança sindical metalúrgica, em contradição com o apoio intenso recebido dos outros movimentos sociais, decidir pelo término da greve (esta que proporcionou o embrião de poder popular) sem submeter tamanha decisão ao movimento como um todo, já que a greve não pertencia mais apenas aos metalúrgicos, mas a toda a cidade.

Apesar do fato, já citado, de que as assembleias tinham a participação (e votação) de milhares de pessoas para além dos metalúrgicos, a direção do Sindicato, presente na Executiva Nacional da CUT, elegendo sua principal liderança como prefeito, não se permitiu deixar o enfrentamento (e a embrionária experiência) seguir seu curso, como se depreende dos depoimentos dos ex-diretores. Inserem-se aqui também as críticas ao tipo de liderança exercida por Juarez Antunes, assentada no

carisma particular em detrimento da organização e formação de lideranças. Juarez mobilizava, a liderança era inegável, mas freava também, como alguns depoentes criticam, além de ter pretensões político-eleitorais. Crítica reforçada pelo fato dele ter sido refratário à participação em organizações de esquerda.

O fato da greve ser encerrada e os metalúrgicos voltarem ao trabalho (e a cidade à normalidade) somente após o Exército deixar a usina e a cidade, é emblemático do controle do movimento sobre a cidade. O Exército, após o 9 de novembro, ficou sem função na Usina parada, numa greve sem fura-greves, e impossibilitado, moral e politicamente, de reprimir a população cada vez mais organizada do lado de fora. Era nítido, mesmo que supostamente a direção do Sindicato e/ou a Igreja Católica quisessem por um fim àquele movimento, por temerem as conseqüências da continuidade daquela embrionária experiência, que a população só aceitaria o encerramento greve e do controle sobre a cidade se (e apenas se) o Exército se retirasse da cidade.

Que fique claro que este processo não se deu em todas as greves e/ou outras formas de luta. Isto foi fruto de um acúmulo que se concretizou na greve de 1988. Em um movimento paralelo ao que ocorria no interior da usina com as comissões de fábrica, as redes de comunicação e atuação dos outros movimentos sociais repetiam o processo da greve de 84, aperfeiçoando-o, dado o acirramento político na cidade e no país, que caminhava para uma hiperinflação. Mas a população organizada partilhava do interesse dos metalúrgicos de resistir à invasão do Exército, de não aceitar a interferência excessiva das forças de repressão, pois embora a CSN fosse ainda estatal, Volta Redonda não era mais área de segurança nacional e a Constituição de 1988 aprovava o direito de greve, readmissão de perseguidos, turno de seis horas. Isto explica a forte reação da população, durante horas, ao ataque dos soldados, apesar de todo o aparato militar, do corte da luz, dos tiros com munição real, etc., pois ela se sentia agredida dentro de sua casa.

A conseqüência inesperada para o governo foi que a repressão, mesmo tendo vitimado três pessoas, provocou a adesão de toda a população, aí incluídos grupos sociais até então refratários ao movimento (burguesia comercial, classe média, chefias da empresa, etc.) e uma comoção nacional reforçada pelo trabalho da mídia em um contexto de descrédito do governo Sarney. A greve não determinou, mas teve influência no resultado eleitoral de 15 de novembro: o PT se elegeu em importantes cidades, como São Paulo. Em Volta Redonda, com a greve fortíssima e sem necessidade de piquetes,

arrastões e ocupação, com manifestações gigantescas em reverência aos operários mortos, foi eleito prefeito com 60% dos votos Juarez Antunes, deputado constituinte e maior liderança do “Novo Sindicalismo” na região. O pleito ocorreu de forma tranqüila, sem provocações.

E enquanto o Exército nada tinha a fazer no interior da usina, a população se articulava através da Frente Sindical e Popular 9 de Novembro, que se propunha a coordenar as ações cada vez mais massivas em apoio aos metalúrgicos. Consideramos fundamental informar que a Frente não iniciou o trabalho de articulação de todos os movimentos, como se esta necessidade se colocasse durante a greve de novembro. Isso já vinha sendo feito, de forma coordenada, pela CUT Sul Fluminense (ou CUT/SF). Ora, a greve de 1984 foi precedida de meses de preparação, através de reuniões em bairros e igrejas, onde se destacaram as figuras do CONAM e CEB's, além da direção sindical.

Baseados no sucesso da organização da greve de 1984, os movimentos sociais da cidade incorporaram a necessidade de uma articulação permanente, que passaria pela organização de uma seção local/regional da CUT. Todos os sindicatos e movimentos combativos, na esteira das mobilizações, filiaram-se à CUT mas a participação concreta se dava na seção sul fluminense, que organizava seminários, debates e congressos, com a participação de delegados eleitos nas mais diversas assembléias dos movimentos.

A CUT/SF chegava a superar a CUT nacional em abrangência de movimentos. Nas greves gerais, por exemplo, estabelecia o debate prévio na cidade, e através de muitas, muitas reuniões nos bairros, e assembléias também de categorias, colocava as greves na ordem do dia em termos municipais, envolvendo toda a cidade. Antes da paralisação o movimento já era tão definido que a Prefeitura se via obrigada a dar ponto facultativo para os funcionários públicos.

Como afirmou um dos nossos entrevistados:

*“... Na verdade eles recuavam, eles tinham medo. O governo Clinger, por exemplo, ele morria de medo do servidor. A Câmara Municipal morria de medo de posseiro, queria ver o capeta mas não queria ver três posseiros dentro da Câmara... a CUT mandava na cidade né, a CUT assim, o Sindicato dos Metalúrgicos era uma força*

*... muito grande, com esses satélites todos, é, apoios de autoridade, ninguém se atrevia muito a peitar o movimento... ”<sup>121</sup>*

Ora, a decisão de velar os corpos dos operários mortos no prédio da Prefeitura não foi do prefeito, mas da assembleia dos metalúrgicos e populares. O prefeito limitou-se a encaminhar o decidido, apesar de sua concordância. E a Prefeitura foi tomada, literalmente, pela população, mesmo antes da chegada dos corpos.

Se a CUT cumpria esse papel, porque a formação da Frente Sindical e Popular 9 de Novembro? Por causa de disputas entre as lideranças? Provavelmente sim, pois os primeiros articuladores da Frente eram ligados à Igreja, que não tinha controle sobre a CUT/SF. Mas também pelo fato de ser uma resposta política à agressão sofrida pela cidade, uma tentativa efêmera de organização de uma instância mais abrangente que a CUT/SF para coordenar a luta do povo da Cidade do Aço.

Um bom exemplo foi a realização do “Abraço à CSN”. O governo federal, em lugar de negociar e/ou reconhecer o erro da truculência, endureceu o discurso (entulho autoritário), defendendo a privatização da empresa ou seu fechamento. A ação da população foi exemplar, pois mais de sessenta mil pessoas atenderam ao chamado e todo o gigantesco perímetro da usina foi cercado, e com sobras. Mais de quinhentos motoqueiros monitoravam o abraço.<sup>122</sup> Apesar das mortes, e em relação com elas, a greve foi vitoriosa, conquistando o turno de seis horas para todo o país.

*“... mas nesse período, eu diria, eu vou chamar isso de um convencimento popular muito grande, de que tudo que se fazia coletivamente estava certo.”<sup>123</sup>*

E a partir desta greve, utilizando o raciocínio de Juarez Antunes, o “tripé político” da cidade estava nas mãos do povo: Igreja Católica, Sindicato dos Metalúrgicos e Prefeitura (com ele mesmo prefeito). O raciocínio pode ser reducionista, pois omite os outros movimentos e a dependência do Sindicato por seu apoio, mas faz sentido para a análise de crescente controle da cidade por aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, em conflito com a classe dominante. Não queremos

---

<sup>121</sup> Entrevista com Alvino Lima, realizada pelo autor e Danilo Caruso em 20/05/2008. Arquivo de voz nº 3, de 00:01:30 a 00:02:38.

<sup>122</sup> VEIGA, S. M. & FONSECA, I. op. cit., p. 198.

<sup>123</sup> Entrevista com Vanderlei Barcelos, realizada pelo autor em 28/01/2009. Arquivo de voz nº 2, de 01:06:15 a 01:06:26.

aqui mergulhar em teorias conspiratórias, mas é necessário afirmar que a repressão em 1988 não foi um erro de dosagem, por excessiva, do governo/exército contra o movimento, mas de uma tentativa truculenta, na base da força, de encerrar a experiência que se desenvolvia na cidade. Os tiros saíram pela culatra, pois a comoção provocada pela ação repressiva acentuou a embrionária experiência de controle da cidade, por elevar os níveis de consciência de classe no enfrentamento concreto ao exército.

Como em 1988, durante a greve geral de 14 e 15 de março de 1989, contra o arrocho do Plano Verão de Sarney, a cidade de Volta Redonda paralisou completamente. Por deliberação de grande assembléia unificada dos movimentos sociais, decidiu-se pelo fechamento do comércio e paralisação do transporte. Durante dois dias inteiros manteve-se o decidido nas assembléias, enquanto passeatas e arrastões mantinham o controle sobre a cidade. CSN para com adesão maciça, o que impedia a ação do Exército. Nos bairros as associações de moradores controlavam a entrada e saída de pessoas para impedir tentativas das empresas de buscar funcionários. Ausência de condições para a repressão, povo na rua, a pé, em passeatas, arrastões, reuniões ou assembleias. Poder popular? Não, mas embrião deste, pois coexistiram poderes de tipo diferente.

Ora, para esta greve, por bandeiras nacionais, a organização foi exemplar. Cabe repetir que ela realizou-se após a morte de Juarez Antunes. Os eventos em torno à morte do prefeito eleito, com apenas dois meses de governo, demonstram o significado político das lutas travadas em Volta Redonda, dada a presença das principais lideranças políticas do país e a impressionante mobilização popular, de quase cem mil pessoas, a entoar a “Internacional” pelas ruas da cidade em direção ao cemitério municipal.

Mesmo que consideremos que a morte de Juarez teria contribuído para a organização da greve geral, que as versões sobre seu suposto assassinato tenham mobilizado o sentimento de indignação das pessoas, os estertores do governo Sarney possibilitaram a mais ousada ação sindical nacional, uma greve geral de dois dias, significativamente forte nas principais cidades do país. E em Volta Redonda, onde a adesão foi fortíssima, não se pode esquecer a organização prévia para a paralisação e a coordenação das atividades pela CUT/SF.

*... pra greve geral de 89 também, foi a única greve geral... onde a greve geral foi discutida também, na população também, muita reuniãozinha com associação de moradores, as outras greves gerais é o seguinte, a CSN tem que fazer a greve geral...*

*mas era uma greve da CSN. A greve geral de 89 foi uma greve muito discutida com a população também, havendo mais articulação entre os sindicatos, mais boletins comuns entre os vários sindicatos, ou seja, a articulação pra ela foi maior também, apesar do resultado ter vindo de uma greve vitoriosa, de mobilização vitoriosa em 88, mas foi a greve mais discutida. Eu te falo, ..., eu tava como presidente da CUT Sul Fluminense, e eu reuni pra cacete cara! O carro de som andava nessa cidade... não era só boletim do Sindicato, [era] boletim da CUT Sul Fluminense... consegui bancar que o Sindicato ia bancar os boletins da CUT, ou melhor, a CUT não existia, existia a entidade política, estrutura não tinha... não saía meu nome não, do Juarez tinha que sair o nome dele... inúmeros boletins da CUT Sul Fluminense, milhares, milhares... Volta Redonda, Barra do Piraí, Barra Mansa... a população ficava sabendo, notícia de jornal que a CUT convocou uma greve geral... foi muito discutida... ”<sup>124</sup>*

Portanto, apesar das divisões políticas e divergências entre as lideranças sindicais (mas também entre estas e lideranças dos movimentos “populares”) e da ainda, em 1989, falta de estrutura material da CUT/SF, que funcionava na sede velha do Sindicato, esta “entidade política”, como afirma o entrevistado, conseguiu dar visibilidade à proposta de paralisação. Isto se deu através de intensas reuniões e articulações que custaram muitas noites e finais de semana anteriores à greve, com associações de moradores, posseiros, estudantes, professores, etc.

Como nas greves de 1988 e 1989, no ano de 1990 a cidade continuava tendo como trilha sonora principal em suas manifestações a Internacional Socialista. Depoimentos de pessoas que vinham de outros municípios dão conta da sensação de chegar a parecer inverossímil aquelas cenas: dezenas de milhares de pessoas (ou cem mil, como no enterro de Juarez) entoando juntas o hino dos comunistas. Sinal vermelhíssimo, de alerta para a burguesia, que se pôs a agir rápido, representada pela extrema direita do Exército, como no atentado, na madrugada seguinte ao 1º de Maio, ao Memorial 9 de Novembro, que homenageia os três operários mortos na greve de 1988. Ou também como sugere o, ainda misterioso, incêndio do auditório da Escola Estadual Santos Dumont, a então mais mobilizada pelos professores da cidade, dirigida por Dodora, também diretora do SEPE. O incêndio se deu no mesmo horário da invasão da cidade pelo Exército.

---

<sup>124</sup>

Entrevista com Vanderlei Barcelos, idem. Arquivo de voz nº 02, de 01:14:20 a 01:16:04.

Na greve de 1990 os exemplos anteriores e outros se somaram. Vale destacar a elaboração do documento analisando as razões da crise das estatais, com propostas para sua superação, em contraposição à privatização. De grande elaboração, mas também de forma reduzida, como cartilhas, para a população. A entrega de uma gigantesca chave para a população mobilizada mostrava simbolicamente que o poder a ela pertencia, e só ela teria como resolver os impasses colocados, as ameaças de fechamento da empresa. O acampamento da resistência, como o nome já diz, tentava evitar a destruição da cidade, que se iniciava com as demissões em cifra de milhares. Mas o canto da sereia capitalista já tinha levado parte da direção do Sindicato para a Força Sindical, que defendia a privatização. A CUT nacional, já hegemônica por um projeto que abandonou o enfrentamento da dureza do capitalismo selvagem no Brasil, optando por estratégias de “concertação” com o capital, não produziu um apoio à altura da dramaticidade da luta de classes em Volta Redonda, contribuindo para seu isolamento. A derrota de Lula e vitória de Collor era o sinal do que estava por vir: a avalanche neoliberal, “atrasada” quase dez anos no Brasil pela força dos movimentos sociais organizados, com o “Novo Sindicalismo” à frente. E na cidade um contexto de governo pós Juarez com muitas acusações de corrupção, que deixou a cidade à beira do caos, em termos de serviços públicos.

Em semelhança ao abandono sofrido pela classe operária de Turim no biênio vermelho, o que custou sua derrota, em Volta Redonda o movimento social, embora tenha sido derrotado e/ou cooptado, tenta se recompor até os dias de hoje.

Encerramos, portanto, afirmando que Volta Redonda não viveu uma experiência de poder popular, se observarmos experiências históricas como da Comuna de Paris, dos soviets na Rússia e, quiçá, dos conselhos na Itália do biênio vermelho. Não teve uma experiência clara de dualidade de poderes, que colocasse o rumo da História em indefinição. E nem poderia ser assim, pela sua limitação como apenas uma cidade e pelo fato de não ter se inserido em um processo revolucionário mais amplo. Mas pelo que apresentamos, os movimentos sociais estabeleceram-se como um poder de fato na cidade, em diálogo e em enfrentamento com os poderes institucionais (Prefeitura, Câmara, Fórum, CSN/Governo Federal, Polícia Militar/Governo Estadual), inclusive ganhando a Prefeitura e quase dominando a Câmara de Vereadores.

Opção pela via institucional? Para algumas tendências era o caminho único a seguir. Mas a própria existência do debate prova que outro caminho se vislumbrava. Era

concreta a opção da ação direta, da democracia direta e operária, das grandes assembleias para definição do que fazer.

Quando percebemos sindicatos, movimentos sociais, jornais, igrejas, apesar das divergências, ditando o ritmo de uma cidade, seu funcionamento, colocando a reboque de si as instituições do Estado burguês (Câmara paralisada, Fórum fechado, Prefeitura à disposição, repressão inviabilizada), percebemos também que, se não houve poder popular, nos moldes clássicos, houve, sim, embriões deste poder.

Embriões de poder popular, que muitas lideranças perceberam e defenderam que dali em diante não haveria mais volta: ou se avançava, ou a derrota seria dura. A cidade, apesar e motivada por um processo nacional de “ascenso” das lutas sociais, apontava um caminho significativo, um exemplo perigoso para o bloco histórico no poder: o exemplo da população mobilizada tomar-para-si as decisões que se colocavam naqueles enfrentamentos, e de aprender com este processo. Portanto, viveram-se embriões de poder popular nas greves de 1988 e 1989, e a burguesia, nacional e associada, percebia isto também, e não titubeou na arrancada para a quebra desta experiência.

Repetimos que não se trata de “teoria conspiratória”, de uma malévola articulação burguesa direcionada contra a cidade. A implantação do neoliberalismo, com recessão, desemprego e quebra de direitos, era um processo nacional, e internacional. Entre as empresas estatais siderúrgicas, o movimento sindical considerado mais “indócil” era o da CSN. Com o agravante de ter atrás de si, mobilizado e impondo ritmo, todo um leque de movimentos sociais que dirigiam politicamente uma cidade. Apesar da inflexão por que passou a CUT, em nível nacional, a partir de 1988, em Volta Redonda mantinha-se a linha da combatividade e mobilização. Para implantar medidas neoliberais, portanto, era necessário derrotar a CUT na cidade, condição imprescindível para se conseguir privatizar a CSN, projeto caro do ponto de vista simbólico para o projeto que se implantava no Brasil.

As embrionárias experiências de poder popular na cidade, na greve de novembro de 1988 e na greve geral de 14 e 15 de março de 1989, não foram suficientes para enfrentar o duro ataque a que a cidade foi submetida. Mesmo assim, em condições políticas bem mais adversas, esta população sustentou 31 dias de uma fortíssima greve em 1990, já no contexto de luta contra a privatização da CSN. Greve que, apesar da força e controle dos movimentos sociais sobre a cidade, foi duramente derrotada.

Por falta de definição ideológica de lideranças; por inconsistência organizatória; por traições; pela desproporção em relação às forças que têm no Brasil um ponto

estratégico para o capitalismo mundial; por ser uma experiência limitada a uma cidade, sem vínculo com um processo revolucionário mais amplo: o baque da derrota foi grande em Volta Redonda.

Os tempos eram outros com a queda do Muro de Berlim. Mas aí já é outra história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto tão adverso podemos compreender a importância da “memória subterrânea” do grupo de operários em estudo, enquanto memória coletiva que contribuiu para a rearticulação da movimentação política desse grupo social, mesmo e apesar de todo o trabalho de enquadramento da memória implementado pela empresa, Estado e seus ideólogos da repressão.<sup>125</sup> Com a memória viva do período de suposta condição diferenciada de trabalhador de estatal e da perda desta condição, se assumindo como peões metalúrgicos como outros quaisquer, o fato é que a nova geração de operários da CSN se constituía em terreno fértil para o sindicalismo combativo, adubado pela aversão ao autoritarismo e sua falta de participação política.

Memória, enquanto memória coletiva e espaço de disputa de hegemonia, de luta de classes. Porém, para estudar a memória dos acontecimentos, o trabalho de História Oral se deu com trajetórias individuais e coletivas que contribuíram para a inteligência do “fazer-se” classe, das formas de organização e ação que tiveram resultado na experiência de poder popular. Depoimentos e depoentes dão conta da memória dominante e da subordinada, para a compreensão da relação recíproca, assim como das frações dentro de cada uma delas, qual pode ser considerada hegemônica, etc.

Tendemos a identificar pelo menos três gerações de operários da CSN, a saber:

- A primeira, heterogênea em sua formação; com significativa origem rural; de aprendizagem do processo fabril no próprio chão-de-fábrica; sujeita a forte controle social/de classe pelo modelo de *company-town*; exposta à ideologia populista da “CSN-mãe”, do Estado Vargasista “pai dos pobres”, que camuflava a exploração com uma suposta “cidadania diferenciada” (estabilidade, moradia, salários acima do mercado); sujeita a uma concepção militarizada e militarizante do trabalho; e que mesmo assim efetuou lutas que levaram a uma noção de direitos (assegurar e ampliar direitos inscritos na CLT). Na transição de uma geração para a outra, o que não é estanque, as tensões do período pré-64 de crise do populismo (de hegemonia).

- A segunda geração, despojada das “vantagens” do período anterior, devido às racionalizações impostas pela empresa, sofre as duras conseqüências do golpe e das mudanças autoritárias para a gestão sindical. Esta mesma geração “emerge” nos anos 80

---

<sup>125</sup> POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

com as radicalizadas ações do “Novo Sindicalismo”. Ações que desembocam, ao mesmo tempo em que são impulsionadas, pela crescente imbricação do movimento operário com os outros movimentos sociais, que culminaram com experiências embrionárias de poder popular e na luta contra a privatização da CSN.

- A terceira geração, que após a derrota do movimento sindical-popular, da luta contra hegemônica, sofre as conseqüências da privatização da empresa, da domesticação, desmantelamento e cooptação deste mesmo movimento. Das milhares de demissões, precarização do trabalho e intensificação da repressão. Da traição e cooptação de lideranças e da perda do referencial de combatividade, mobilização e participação em movimentos sociais organizados.

Vale ressaltar que viveram-se experiências em comum diferentes no tempo e na forma, mas que se alimentaram, já que as divisões entre as gerações não são estanques. Que produziram memórias ricas, por vezes “subterrâneas”. E que estas experiências e memórias somam-se e são fundamentais para compreender como foi possível atingir grau tão grande de organização e enfrentamento à ordem dominante.

A contra-hegemonia popular, que partia das relações de produção na Usina e, porque não dizer, era hegemônica na cidade de Volta Redonda, foi derrotada. Nos quinze anos de Força Sindical à frente do SMVR, muita coisa mudou, na cidade e no país. No caso dos operários da CSN, para pior. Não houve o propalado enriquecimento com a compra de ações. Algo em torno de 2/3 dos trabalhadores foi demitido. Perderam-se direitos que saíram caros (14º salário; hora para sair do trabalho; turno de revezamento de 6h; etc.) e aumentou a repressão no interior da empresa. Na cidade, a CSN fechou o acesso a campos de futebol, Mata da Cicuta, hortas comunitárias; tenta retomar os clubes sociais; atrasa e/ou não paga IPTU; desrespeita o controle sobre a poluição atmosférica e do Rio Paraíba do Sul; privatizou os serviços do Hospital e da Escola Técnica Pandiá Calógeras; etc.

Porém, em 2007, uma nova direção sindical foi eleita contrariando expectativas e controles da empresa e do “peleguismo”. Fez-se uma greve, fraca para os padrões anteriores, mas importante para se tentar rearticular o movimento social organizado na cidade. Mesmo tendo claro que a História não se repete, fica a dúvida sobre a capacidade dos operários da CSN, agora em muito menor número que os terceirizados das empreiteiras, e junto com estes, de reencontrarem formas de luta que exijam da CSN, no mínimo, os direitos retirados nos anos de desmobilização e peleguismo. A conjuntura é adversa mas, dialeticamente, por piores que sejam as condições objetivas

para a rearticulação do movimento, não existe mais a “camuflagem” da exploração da “família siderúrgica” e/ou “CSN-mãe”, ou seja, o conflito entre capital e trabalho é claro. E neste conflito, como atuará sobre a trajetória dos atores políticos da cidade a memória coletiva, rica em acontecimentos dramáticos e experiências de organização, esta que se transmutou em “memória subterrânea” no último período, não pela Ditadura civil-militar, mas pela ditadura do mercado em plena “normalidade” institucional do selvagem capitalismo brasileiro?

A nova direção enfrenta também suas próprias contradições, pois o Sindicato, dominado politicamente pelo PC do B, enfrenta de um lado um burguês poderoso e influente junto ao governo federal de Lula, ao mesmo tempo em que este partido é base política deste governo, mesmo admitindo que haja tensões entre eles.

No plano político municipal, um novo e forte bloco histórico local se formou, capitaneado pela burguesia comercial. Associados a ela estão: famílias tradicionais (Neto, Gonçalves); burguesia industrial (para além da CSN); todos os meios de comunicação (rádios, jornais, televisões); a Associação de Aposentados e Pensionistas (AAP), potência econômica que se dedica apenas ao assistencialismo e lazer; a Federação das Associações de Moradores (FAM), pelega e cooptada, que substituiu o CONAM; Câmara de Vereadores sem oposição que não seja fisiológica, mera carimbadora de portarias do Executivo; sindicatos da Construção Civil e Metalúrgicos; Igreja Católica; e partidos como PC do B, PSB, PMDB, PV, parte do PT, etc.

O atual prefeito, Antônio Francisco Neto, que inicia seu terceiro governo sob risco de cassação, por denúncia de compra de votos e abuso de poder econômico nas últimas eleições, ainda tem o apoio do governador Sérgio Cabral e boas relações com o governo federal. Oposição partidária, programática, apenas dos pequenos PSOL e PSTU. O PT, dividido, com a candidatura da deputada federal Cida Diogo, amargou dura derrota, o que fortaleceu os setores adesistas ao governo no partido, representados pelo vereador Paiva, o mais votado da cidade. Mas como o PDT e o outro candidato (Zoinho, o segundo colocado), o PT também faz ou fez parte do bloco que se sucede há 16 anos no poder.

A própria trajetória de Neto ilustra bem essa salada de siglas e apoios. Nos anos em que a cidade era hegemônica pelos movimentos sociais e conhecida por sua combatividade, Neto era do extinto PL (Partido Liberal), e apesar do posicionamento contrário ao processo que se desenrolava na cidade, que culminou com os estudados

momentos de embrionário poder popular, enquanto deputado estadual na ALERJ votava “a favor” dos trabalhadores, visto que o DIAP monitorava o trabalho dos parlamentares.

Ora, em uma cidade operária, e mobilizada, atuação diferente lhe custaria não se reeleger. Para entrar na Prefeitura, filiou-se ao PSB, um típico representante da burguesia comercial no Partido Socialista. Eleito como o candidato de continuidade do governo Baltazar, com o apoio da maioria do PT, traiu seu patrono, episódio célebre que custou a inimizade dos dois políticos. Hoje, pertence aos quadros do PMDB. Dos aparelhos privados de hegemonia, apenas o SEPE, na totalidade da composição política de sua diretoria, pode ser considerado não cooptado pelo projeto dominante.

Mas voltemos à questão da memória.

Como se refletirá nos “costumes em comum”<sup>126</sup> da classe a mistura cultural da memória da primeira geração de operários, agora aposentados, que têm forte a idéia da melhoria social com o trabalho na usina; com a segunda geração, que primeiro silenciada pela Ditadura civil-militar depois explodiu em mobilizações radicalizadas e conquistas até nacionais (como o turno de 6 horas); com a terceira geração que viveu o desencanto com a privatização da empresa e trabalha oprimida e em número reduzido; com a memória coletiva da cidade como um todo e a gama de representações sobre as lutas travadas pelos outros movimentos sociais organizados da cidade? Uma população que experimentou o controle operário da CSN e formas, mesmo que embrionárias, de poder popular, será capaz de não alterar o quadro atual de falta de compromisso social e ambiental da CSN para com a cidade? De ver o poder político municipal ser transmitido como herança entre as mesmas frações da burguesia local?

São perguntas cujas respostas não podem ser elaboradas, apenas especuladas, posto que dependem da ação concreta dos agentes históricos na realidade objetiva da luta de classes no Brasil, e no mundo. Algo que estimula a mobilização das condições subjetivas para as transformações de que tanto necessitamos, é o fato de que as memórias subterrâneas trabalham como raízes, silenciosas mas permanentemente, e podem vir a florescer um dia.

---

<sup>126</sup>

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 13-24

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O sindicalismo no Brasil*. Revista Debate e Crítica. São Paulo: Hucitec, nº 6, julho de 1975.
- ANTUNES, Juarez. *A explosão da Siderúrgica*. In Revista Ensaio. São Paulo: Ensaio, nº 17-18, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do Trabalho*. s/r. sd. Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (org.). *A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ARAÚJO, Ângela (org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BENJAMIN, César [et. al.]. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BEDÊ, Edgar D. A. T. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado em Educação, 2007.
- BEDÊ, Waldyr. *Volta Redonda na Era Vargas – (1941-1964) História Social*. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITTO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BORGES, Altamiro (org.). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRECHT, Bertolt. *Os Dias da Comuna*. Tradução de José Coutinho. Lisboa: Editorial Caminho, 1981.
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Arigó, o pássaro que veio de longe*. Coleção Trabalhadores em Luta, nº 1, Rio de Janeiro: CEDI, 1989.
- COGGIOLA, Osvaldo (seleção e introdução). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002.
- COMIM, Álvaro. *A Experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil*. In: *O Mundo do Trabalho*. Crise e Mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1996.
- CÔRREA, Hércules. *O ABC de 1980*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- COSTA, H. *Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)*. In: *Na luta por direitos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS, Edmundo F. *Democracia Operária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Edusp, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- \_\_\_\_\_. *Constituinte e Revolução*. In *Revista Ensaio*, nº 17/18, São Paulo: Ensaio, 1989.
- \_\_\_\_\_. & JÚNIOR, Caio Prado. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entrevistas: abordagens e usos da história Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FONSECA, Isaque. *Panela de ferro*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FONTES, Ângela Maria M. & LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* Niterói: Revista Rio de Janeiro. V. 1, n. 4, p. 15-23. set./dez. 1986.
- FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*. In: Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Bom Texto.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. *O Novo Sindicalismo em Volta Redonda: greves, relação com os outros movimentos sociais, controle operário e resistência à privatização da CSN*. Niterói: Monografia de Graduação, UFF, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Novo Sindicalismo X Neo-liberalismo: greves, controle operário e luta contra a privatização da CSN*. Niterói: Monografia de Pós-graduação lato sensu, UFF, 2001.
- GIANOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O que é estrutura sindical?* São Paulo: Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. & NETO, Sebastião L. *Para onde vai a CUT?* São Paulo: Scritta, 1993.
- GOMES, Ângela M. de Castro Gomes. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- GRACIOLLI, Edílson. *Um caldeirão chamado CSN*. Uberlândia: Edufu, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Um laboratório chamado CSN – greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda 1989-1993)*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Privatização da CSN – Da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Escritos Políticos*. Vol 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Unesco, 1981.
- HUMPHREY, John. *As raízes e desafios do ‘novo’ sindicalismo da indústria automobilística*. In: Estudos Cebrap, nº 26, São Paulo: CEBRAP, 1979.

- LÊNIN, Vladimir I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. (Tomo 1).
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1988. (Tomo 2).
- \_\_\_\_\_. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Global, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- LINHART, Robert. *Lênin, os camponeses*, Taylor. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- LISSAGARAY, Hippolyte Prosper Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero e Universidade de Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. (coord.) *A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- \_\_\_\_\_. (coord.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1993.
- MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*. In *Praga – Revista de Estudos Marxistas*. São Paulo: Boitempo, nº1, set./dez. 1996.
- MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. In: Marx (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. *Textos*. vol.1. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Ômega, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1, volumes I e II. São Paulo: Difel, 1985.
- \_\_\_\_\_. & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. In: COUTINHO, Carlos Nelson [et. al.]. *O Manifesto Comunista – 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MATOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. In: *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, nº 14. São Paulo: 2006.
- \_\_\_\_\_. (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões de História, UFF, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1998)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. In: *Lutas Sociais*. nº 5, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca*. In: *Lutas Sociais*. nº 6, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura.
- \_\_\_\_\_. & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 1996.

- MÉSZÁROS, István. *O século XXI – socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MOISÉS, José Álvaro. *As Estratégias do Novo Sindicalismo*. In *Revista de Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, nº 5/6, Paz e Terra, 1981.
- MONTARROYOS, Carlos. *História incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Companhia Siderúrgica Nacional*. In: *O Trabalhador Carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC, 1994.
- MORAES, João Quartim de. *O efeito desmistificador de “A Conquista do Estado” na análise das bases sociais da contra-revolução*. Dossiê Dreifuss, nº 01, junho/dezembro, 2006.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e fogo. Construção e crise da família siderúrgica: O caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Neoliberalismo à brasileira*. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). *Pós Neo-liberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60 – Rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- PEREIRA, Sérgio E. M. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de Doutorado em Sociologia – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- PESSANHA, Elina G. F. & MOREL, Regina L. M. *Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 17, 1991.
- POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, nº 10. Rio de Janeiro: 1992.
- \_\_\_\_\_. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: 1989.
- \_\_\_\_\_. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- RAMALHO, José Ricardo. *Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical*. In *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. & SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FASE, 1990.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Lula sem censura*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

- SOARES, Paulo Célio. *CEB's: A construção de uma nova maneira de ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)*. Campinas, 1992, Dissertação de Mestrado, IFCH – Unicamp.
- TEIXEIRA, Aloísio. *O ajuste impossível*, mimeo, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I - A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964*. Dossiê Dreifuss, n° 01, junho/dezembro, 2006.
- TRONCA, Ítalo. *O exército e industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: O Brasil Republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964). GOMES, Ângela M. de C. et. al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- TROTSKI, Leon. *A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets*. In: Escritos sobre a Comuna de Paris. São Paulo: Xamã Editora, 2002.
- VEIGA, Sandra Mayrinck & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A revolução passiva – Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Transição - da Constituinte à Sucessão Presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- VIANNA, Oliveira. *A Política Social da revolução de 30*. In: Direito do Trabalho e Democracia Social. São Paulo: José Olympio Editora, 1951, p. 66-103.
- WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil – a conjuntura do após-guerra*. In: Estudos Cebrap, n° 4. São Paulo: Cebrap, abril-junho de 1973.
- \_\_\_\_\_. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WILLARD, Claude [et ali.] *A Comuna de Paris de 1871 – história e atualidade*. São Paulo: Ícone editora, 2002.

## FONTES

### Documentos sindicais

- Boletins do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE) – 1987/1989.
- Boletins do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e região – 1987/1992.
- Boletins de chapas para as eleições sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e região (1992).
- VERDADE (Órgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos) – 1988/1990.
- Boletins da Frente Sindical e Popular 9 de Novembro – 1988.
- Boletins da CUT/ Sul Fluminense – 1989.
- Boletins do Diretório Municipal do PT Volta Redonda – 1988/1989.
- Material de divulgação da campanha “De Volta Redonda a volta por cima”.
- Cartilha “Privatização? Não, obrigado!” – Sindicatos dos Metalúrgicos e Engenheiros.

### Jornais, revistas e periódicos

- Jornal “Opção” – 1988.
- Jornal “Diário do Vale” – 1992/2004.
- Jornal “Folha de São Paulo” – 1988/1989.
- Jornal do Brasil – 1988/1989.
- Jornal “O Dia” – 1988/1989.
- Jornal “O Globo” – 1988/1989.
- Revista “Veja” – 1988/1989.
- Revista “Isto É Senhor” – 1988/1989.
- Jornal “Volta Redonda Jornal de Hoje” – 1987.
- Jornal de Volta Redonda – 1988.
- Jornal “Aqui” – 1998.

### Vídeo

COUTINHO, Eduardo. *Volta Redonda – Memorial da Greve*. Instituto Sociológico de Estudos sobre Religião (ISER), 1989.

### Arquivos

- Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e região.
- Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda.
- Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) - UFRJ.

## ANEXOS

### Entrevistas em arquivo de voz:

**Alvino Lima**- líder estudantil no início dos anos 80; colaborador de Rosalice Fernandes no Jornal de Volta Redonda e Programa Cidade Aberta; hoje trabalha no Ministério Público Estadual e é militante do PSOL.

**Carlos Alexandre Honorato (Cerezo)**- participante da primeira gestão do Sindicato dos Metalúrgicos com Juarez Antunes, rompeu com este após a greve de 1984; Participou da Convergência Socialista e Causa Operária; hoje participa da “Liga Quarta-internacionalista Bolchevique” (LQB).

**Dom Waldir Calheiros**- bispo da Diocese de Barra do Piraí/ Volta Redonda, responsável pela atuação das CEB's em Volta Redonda; hoje, aposentado, é bispo emérito da Diocese.

**Isaque Fonseca**- diretor do Sindicato dos Metalúrgicos na “era Juarez”; vereador em Volta Redonda (1989-1992) pelo PDT; hoje presta consultorias sobre cooperativismo e é escritor.

**João Helvécio (Joãozinho da Vila Brasília)**- liderança da Associação de Moradores da Vila Brasília e do CONAM; hoje é defensor público.

**Jorge Monção**- liderança metalúrgica nos anos 80/90; liga à Convergência Socialista; hoje é assessor parlamentar do PT Volta Redonda e militante do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

**Maria das Dores Pereira Motta (Dodora)**- iniciou militância na Igreja Católica; fundadora do SEPE, PT e CUT; atualmente é diretora estadual do SEPE e militante do PSOL.

**Maria de Lurdes Lopes (Lurdinha)**- liderança do Movimento de Posseiros Urbanos nos anos 80/90; hoje é militante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e filiada ao PSOL.

**Sérgio Murilo Braitto**- um dos fundadores da Oposição Sindical; ligado à Convergência Socialista e posteriormente Causa Operária; hoje é previdenciário do INSS.

**Vanderlei Barcelos**- diretor do Sindicato dos metalúrgicos na “era Juarez”, eleito vereador pelo PT em 1989, foi cassado por ter agredido um vereador de direita; ligado à Democracia Socialista (DS – PT); presidente da CUT/ Sul Fluminense nos anos 80/90; hoje é advogado trabalhista.